

( EDITORAufmg )

# Produção de conhecimento em Estudos do Lazer

Paradoxos, limites e possibilidades

Hélder Ferreira Isayama  
Marcus Aurelio Taborda de Oliveira

ORGANIZADORES



Como direito humano fundamental, destacado na Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), o lazer é consubstanciado como relevante ferramenta na busca de satisfação e expressão, em nível individual ou coletivo. Seus benefícios são inúmeros e incluem bem-estar, afirmação cultural, preservação e conservação ambiental, desenvolvimento econômico sustentável, entre outros fatores. Em contraposição ao reduzido aspecto técnico ou mercadorizado, tenta-se compreender lazer como esfera fundamental para a afirmação de valores e identidades exaltando seu potencial para a transformação social e a redistribuição de poder e privilégios na sociedade e nos mais distintos contextos culturais. Sob a competente regência de seus organizadores, a presente obra reúne autores reconhecidos por sua notória contribuição aos Estudos do Lazer no Brasil. Trata-se de temática de aguçada importância, destacando a produção de conhecimento em Estudos do Lazer, bem como seus paradoxos, limites e possibilidades. Na escala de conhecimento apresentado, buscam-se os fundamentos do lazer a partir de sua concepção histórica, no Brasil ou na América Latina. Soma-se a isso o entendimento dessa significativa esfera social numa conjuntura contemporânea, marcada por sua complexidade e apontando

Produção de  
conhecimento em  
Estudos do Lazer  
Paradoxos, limites  
e possibilidades

PRESIDENTE DA REPÚBLICA Dilma Rousseff

MINISTRO DO ESPORTE José Aldo Rebelo Figueiredo

SECRETÁRIO NACIONAL DE ESPORTE,  
EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL Ricardo Garcia Cappelli

DIRETORA DO DEPARTAMENTO  
DE DESENVOLVIMENTO E  
ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS E  
PROGRAMAS INTERSETORIAIS Andrea Nascimento Ewerton

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS  
E PESQUISAS DE ESPORTE E LAZER  
(CGEPEL) Ana Elenara da Silva Pintos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS REITOR Jaime Arturo Ramirez  
VICE-REITORA Sandra Regina Goulart Almeida

EDITORA DIRETOR Wander Melo Miranda  
UFMG VICE-DIRETOR Roberto Alexandre do Carmo Said

CONSELHO EDITORIAL Wander Melo Miranda (presidente)  
Danielle Cardoso de Menezes  
Eduardo de Campos Valadares  
Élder Antônio Sousa Paiva  
Fausto Borém  
Flavio de Lemos Carsalade  
Maria Cristina Soares de Gouvêa  
Roberto Alexandre do Carmo Said

DIRETOR DA ESCOLA DE  
EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA  
E TERAPIA OCUPACIONAL Sérgio Teixeira da Fonseca

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE  
EDUCAÇÃO FÍSICA José Alfredo Oliveira Debortoli

COORDENADOR DO PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR  
EM ESTUDOS DO LAZER Sílvio Ricardo da Silva

Hélder Ferreira Isayama  
Marcus Aurelio Taborda de Oliveira  
ORGANIZADORES

Produção de  
conhecimento em  
Estudos do Lazer  
Paradoxos, limites  
e possibilidades

Belo Horizonte  
Editora UFMG  
2014

© 2014, Os autores  
© 2014, Editora UFMG

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

---

P964      Produção de conhecimento em Estudos do Lazer: paradoxos, limites e possibilidades / Hélder Ferreira Isayama e Marcus Aurelio Taborda de Oliveira, organizadores. – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2014.

207 p. :il.  
ISBN: 978-85-423-0075-8

1. Lazer. I. Isayama, Hélder Ferreira. II. Oliveira, Marcus Aurelio Taborda de, 1964-.

CDD: 790.01  
CDU: 790.0135

---

Elaborada pela Biblioteca Professor Antônio Luiz Paixão – FAFICH/UFMG

COORDENAÇÃO EDITORIAL Michel Gannam  
ASSISTÊNCIA EDITORIAL Eliane Sousa  
DIREITOS AUTORAIS Maria Margareth de Lima e Renato Fernandes  
COORDENAÇÃO E PREPARAÇÃO DE TEXTOS Maria do Carmo Leite Ribeiro  
REVISÃO DE PROVAS Lira Córdova e Roberta Paiva  
PROJETO GRÁFICO Cássio Ribeiro  
FORMATAÇÃO E MONTAGEM DE CAPA Alessandra Magalhães  
PRODUÇÃO GRÁFICA Warren Marilac

EDITORA UFMG  
Av. Antônio Carlos, 6.627 – CAD II / Bloco III  
Campus Pampulha – 31270-901 – Belo Horizonte/MG  
Tel: + 55 31 3409-4650 – Fax: + 55 31 3409-4768  
www.editoraufmg.com.br – editora@ufmg.br

## Sumário

	Apresentação	07
<i>Juan Manuel Carreño Cardozo</i>	Poder e hegemonia na construção do conhecimento do lazer	13
<i>Marcus Aurelio Taborda de Oliveira</i>	Marcos históricos da “invenção” da natureza ou para uma crítica do conceito de “natureza”: ginástica, esporte e organização da cidade na modernidade ocidental	31
<i>Cleber Dias</i>	Emergência histórica do lazer no Brasil	49
<i>Rafael Fortes</i>	Produção do conhecimento em lazer e o campo da Comunicação	65
<i>Mirleide Chaar Bahia</i>	Lazer e relações socioambientais: limites e possibilidades	79
<i>Simone Rechia</i> <i>Aline Tschoke</i>	Espaços e equipamentos de lazer nas cidades brasileiras: o que a produção científica aponta sobre essa realidade?	91
<i>Christianne Luce Gomes</i> <i>Rodrigo Elizalde</i>	Produção de conhecimentos sobre o lazer na América Latina: desafios e perspectivas	113
<i>Silvia Cristina Franco Amaral</i>	Apontamentos sobre a produção em políticas públicas de lazer	139

<i>Marcia Cristina Pinto Bickel</i>	O Serviço Social do Comércio e os Estudos do Lazer no Brasil na década de 1970	161
<i>Hélder Ferreira Isayama</i> <i>Victor Andrade de Melo</i>	A produção de conhecimento sobre lazer: o olhar do periódico <i>Licere</i>	187
	Sobre os autores	205



## Apresentação

No Brasil, a produção do conhecimento vem aumentando, influenciada, principalmente, por uma política científica que envolve o desenvolvimento da pós-graduação, o financiamento de pesquisas e a crescente possibilidade de divulgação desse conhecimento produzido em livros e periódicos. No que se refere ao campo dos estudos do lazer, o final da década de 1980 foi um marco para o avanço no contexto da produção de conhecimento científico. O crescimento de pesquisas foi resultado de abertura de cursos de pós-graduação em diferentes áreas que possibilitaram o desenvolvimento de dissertações e teses sobre lazer, bem como de investimentos em pesquisas sobre a temática por parte de órgãos de financiamento, tais como: CNPq, Capes, Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, Rede Cedes do Ministério do Esporte.

Na atualidade, os cursos de pós-graduação, *lato e stricto sensu*, se configuram como espaços de produção de conhecimento sobre lazer, tendo em vista a formação de docentes e de pesquisadores interessados em aprofundar conhecimentos sobre a temática. No entanto, ainda é pequena a oferta de vagas, se comparada ao número de profissionais interessados. No contexto brasileiro, desde 2006, é possível desenvolver a formação *stricto sensu* (mestrado), específica em lazer, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E desde 2012 a instituição aprovou o funcionamento do curso de doutorado, que passou a integrar o Programa de

Pós-Graduação em Estudos do Lazer. O número de trabalhos produzidos pelo Programa já ultrapassa 80 dissertações, no entanto ainda não ocorreu a primeira defesa de tese.

Outro aspecto fundamental para a crescente produção científica sobre lazer é o aumento de grupos de pesquisa existentes no Brasil. Isso pode ser visualizado em levantamento realizado na plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Até o início de 2014 foi possível identificar 246 grupos, cadastrados na plataforma, vinculados a diferentes áreas de conhecimento, porém as áreas que se destacam em termos numéricos são: Educação Física, Turismo e Educação.

Para a divulgação desse conhecimento é importante destacar que diversas editoras têm linhas editoriais e coleções relacionadas à temática, bem como abertura de espaços para a publicação em periódicos científicos de diferentes áreas. Além disso, temos a revista *Licere*, atualmente o único periódico brasileiro específico sobre lazer, e com a criação da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação e Estudos do Lazer, em 2013, teremos uma nova possibilidade de periódico específico denominado *Revista Brasileira de Estudos do Lazer* (RBEL).

A produção do conhecimento no campo do lazer também vem sendo influenciada pela realização de eventos técnico-científicos específicos. O Encontro Nacional de Recreação e Lazer (Enarel) e o Seminário “O Lazer em Debate”, que em 2014 passa a acontecer juntamente com o Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer (CBEL), são eventos realizados periodicamente e contam com participantes de diferentes áreas de conhecimento. As temáticas abordadas nesses eventos têm nos mostrado a abrangência dos estudos do lazer e a necessidade de qualificarmos o conhecimento produzido no campo.

Assim, o objetivo deste livro é contribuir para o debate acadêmico interdisciplinar no campo do lazer, a partir de textos apresentados no XIII Seminário “O Lazer em Debate”, realizado em junho de 2012, na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. Além disso, foram convidados alguns pesquisadores que vêm se debruçando sobre a temática da produção do conhecimento científico em

estudos do lazer. Dessa forma, o livro procura contribuir com a formação de estudantes, profissionais e pesquisadores que se dedicam ao debate no campo dos estudos do lazer no Brasil e na América Latina.

O texto que abre o livro é do pesquisador colombiano Juan Manuel Carreño Cardozo, que discute a produção do conhecimento na América Latina, demonstrando como o ócio/lazer é um espaço de disputas acadêmicas e institucionais. O autor aponta que esse conhecimento é fruto de disputas de poder e tem relações com os processos hegemônicos.

Marcus Aurelio Taborda de Oliveira, em trabalho apresentado no XVII Congresso do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, realizado em 2013, discutiu o conceito de natureza, espaço de realização de diferentes vivências no âmbito do lazer, e a maneira como este se converteu em um dos mais refinados produtos da propaganda do capitalismo tardio, afetando diretamente a sensibilidade no contexto atual.

O terceiro texto, de Cleber Dias, apresenta um estudo sobre o processo de emergência histórica do lazer no Brasil e questiona a demarcação cronológica que vem sendo adotada para a indicação da emergência histórica do lazer, em suas especificidades. Para o autor, é possível localizar a ocorrência histórica do lazer em nosso país já no final do século XVIII, o que caracteriza um processo de construção social do lazer, tal como prescrito em suas definições conceituais clássicas.

O trabalho apresentado por Rafael Fortes no XIII Seminário “O Lazer em Debate” procura discutir caminhos para a pesquisa científica nesse campo, tendo como referência a área de Comunicação. Nesse sentido o autor discute três questões: 1) a comunicação como lazer; 2) o lazer nos meios de comunicação; e 3) o texto sobre Comunicação Social na Constituição Federal e possíveis implicações para o lazer.

Compreender o lazer como constituinte de uma estrutura complexa da vida social, discutindo as relações entre o lazer, as relações socioambientais e possibilidades de superação de limites foi o objetivo de Mirleide Chaar Bahia. Para a autora, as relações socioambientais passam a sofrer intensas modificações, gerando preocupações quanto ao modelo produtivo que lhes dá sustentação, o que acarreta problemas às pessoas, em função de uma vida cada vez mais insustentável.

Tendo como ponto de partida o painel de debates desenvolvido no XIII Seminário “O Lazer em Debate”, Simone Rechia e Aline Tschoke tiveram como objetivo identificar e analisar estudos e pesquisas sobre espaços e equipamentos de lazer divulgados em bancos de dados institucionais ligados aos programas de pós-graduação em Educação Física e/ou Lazer.

Christianne Luce Gomes e Rodrigo Elizalde analisam a produção de conhecimento sobre lazer na América Latina, destacando limites e possibilidades vivenciados por pesquisadores e instituições. Para tanto, os autores problematizaram a noção adotada sobre a América Latina e, em seguida, desenvolveram uma análise da produção teórica do lazer e da recreação no contexto latino-americano, identificando algumas características.

Sílvia Cristina Franco Amaral apresenta um estado da arte sobre a produção em políticas públicas de lazer no Brasil, identificando abordagens, conceitos, instituições, grupos de pesquisa e pesquisadores que têm se destacado no contexto brasileiro. A autora enfatiza avanços nos estudos, tendo como referência o aumento de estudiosos que vêm se dedicando ao tema, bem como a ampliação do diálogo com diferentes áreas do conhecimento, que tem levado à diversificação de pesquisas e suas abordagens.

O texto resultante do estudo desenvolvido no mestrado em Estudos do Lazer por Marcia Cristina Pinto Bickel teve como objetivo apresentar um panorama da produção de conhecimento sobre lazer na década de 1970, buscando identificar a influência do Serviço Social do Comércio (SESC). A autora identificou que é recorrente a existência de bibliografia sobre o lazer publicada pela instituição, que é de autoria ou organizada por seus servidores.

O texto de Hélder Ferreira Isayama e Victor Andrade de Melo busca relatar a experiência da revista *Licere*, periódico brasileiro específico do campo do lazer, que é publicado desde 1998 pela UFMG. O texto analisa a trajetória e os princípios da *Licere* e os limites e possibilidades de periódicos brasileiros, que são, em maior ou menor grau, publicações artesanais.

O conteúdo da presente obra pode ser de interesse de estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais e pesquisadores de diferentes áreas: Administração, Antropologia, Arquitetura, Ciências Sociais, Economia, Educação, Educação Física, História, Pedagogia, Psicologia, Terapia Ocupacional, Turismo e Hotelaria.

Para finalizar, agradecemos aos autores dos textos, que aceitaram participar do projeto deste livro desde que lhes foram feitos os convites. Esperamos que este livro possa contribuir com os debates e possibilitar a construção de novos conhecimentos relacionados ao campo de estudos do lazer em nossa realidade.

*Os organizadores*

*Juan Manuel Carreño Cardozo*

## Poder e hegemonia na construção do conhecimento do lazer

### **Introdução**

Este artigo apresenta o modo como o conhecimento sobre o lazer torna-se um conflito acadêmico e institucional, por sua vez originado e imiscuído no lazer vivenciado. Três discursos parecem ter se configurado nesse transcurso: o idealizado, o lazer como resíduo do tempo de trabalho e o lazer educativo. Nesses três casos, o conflito acadêmico é formado também por transcursos do poder que têm a ver com processos hegemônicos. A partir desses pontos de vista surgem perguntas em torno da pesquisa nesse campo e sobre algumas implicações desses processos na América Latina.

### **Poder, hegemonia e verdade**

O conhecimento sobre o lazer está regulado, como todos os discursos acadêmicos, sobre processos de circulação do poder. Este, a partir dessa perspectiva, será entendido como aquilo que circula entre os corpos. A

hegemonia é uma forma na qual esse poder circula. Além disso, considera-se, conforme Foucault (1976, p. 15), que “não há exercícios de poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionem em, a partir de e através desse círculo: estamos sujeitos à produção da verdade do poder e só podemos exercer o poder através da produção da verdade”. Nesse sentido, é previsível que o exercício acadêmico sobre o lazer seja uma forma na qual se manifestam e se estabelecem mecanismos de poder; em outras palavras, a partir dos efeitos do poder são construídos discursos sobre o lazer que, por sua vez, pretendem exercer poder (sobre outros).

No entanto, é necessário esclarecer que o exercício do poder não é necessariamente ditado ou estabelecido por hegemonias ideológicas, pois a construção do saber está constituída por estruturas complexas que, em última análise, têm a ver com mecanismos sutis, cotidianos, inseridos nas formas de viver das pessoas (Foucault, 1976). Isso é relevante no desenvolvimento de discursos sobre o lazer, na medida em que a compreensão de formas de vida é feito e mecanismo reprodutor do lazer, e não apenas um produto residual de uma ideologia ou sistema econômico.

Agora, o transcurso do poder que construiu o lazer se apresentou, aparentemente, de forma hegemônica, no sentido em que se considera uma aliança de classes, afirmada e reproduzida por construções intelectuais e morais, difundidas por estilos de vida que expressam a aceitação geral da dominação (Balsa, 2006). Nesse sentido, entende-se que os discursos sobre lazer foram construídos por grupos de intelectuais que deram homogeneidade, nos termos de Gramsci (1963), à disposição hegemônica do grupo social dominante.

Mais além da discussão *intelectual*, a tensão do poder no processo hegemônico envolve “dispositivos difusores da ideologia” (Balsa, 2006, p. 20). A relação entre o *intelectual* e esses dispositivos se apresenta de forma dinâmica, na medida em que o poder dominante e o poder difuso estão envolvidos nos corpos, nas formas de vida, nas tendências da relação, hábitos inscritos no cultural e no cotidiano.

Para esse processo, o saber que se orienta para constituir verdades é fundamental para formar a linguagem comum, produzindo as ações de uma sociedade. A geração de verdade sobre o lazer tem particularidades,

como conceito e como termo, que contêm experiências cotidianas, já que as verdades que convencionalmente se reafirmam não são especificamente do lazer, mas da residualidade do tempo de trabalho. A produção de verdades sobre o lazer esteve associada à reflexão sobre o trabalho, e seu desenvolvimento, nos processos hegemônicos, foi construído de maneira privilegiada por enunciadores centrados no trabalho e na produção. Se considerarmos que “nas disputas hegemônicas, o primeiro combate é travado pela legitimação ou deslegitimação, não tanto dos discursos, mas dos enunciadores” (Balsa, 2006, p. 31), é fácil deduzir que a discussão sobre o lazer é originada em enunciadores provenientes de grandes correntes, ou de escolas, que ganharam sua legitimidade através da construção da verdade sobre o trabalho, no lugar de discursos sobre o lazer.

## **O estudo do lazer**

De modo semelhante à pesquisa em física quântica, uma discussão que foi trasladada às Ciências Sociais, é evidente que a delimitação do objeto do conhecimento sobre o lazer modifica o próprio objeto, dependendo da forma como é assumida. Somado a isso, o lazer parece conter uma carga importante das experiências vividas pelos autores, envolvendo aspectos fundamentais da vida cotidiana.

Além disso, ao falar do lazer são feitas associações conceituais com outros termos que continuam apoiando a delimitação – prazer, tempo, jogo, entre outros – que servem para determinar um foco para narrar, sugerir ou planejar os aspectos do lazer. Isso é influenciado pelo fato de que a institucionalização do lazer ainda é recente, sendo que seu planejamento em políticas públicas apresenta um transcurso geralmente difícil em relação à discussão teórica. Sendo assim, quando falamos de uma construção hegemônica do saber sobre o lazer é necessário entender que os intelectuais sobre o assunto são, de maneira privilegiada, atores não oriundos da discussão sobre o lazer, daí o fato de que a hegemonização ocorra, em grande medida, pela negação de outras possibilidades de leitura do lazer diferentes da perspectiva vinculada ao trabalho e à produção econômica. Ainda que pudéssemos dizer que processos como a educação



também apresentam conflitos importantes entre a institucionalidade e a academia, uma característica do lazer é que a dificuldade para assumi-lo faz com que a simplicidade do imaginário prevaleça com facilidade, criando abismos entre as políticas e o desenvolvimento teórico sobre o lazer.

Balsa (2006, p. 20) afirma que “a hegemonia intelectual começa a ser construída essencialmente através da ‘batalha das ideias’. Esta ‘batalha’ tem os ‘intelectuais’ como combatentes”. Dessa forma, a “batalha” no campo do lazer está acontecendo de maneira interessante entre as universidades e, em muitos países, entre as universidades e a institucionalidade estabelecida, reguladora dos aspectos relacionados. As tensões entre a academia e a vida cotidiana ainda parecem estar nascendo e perdendo continuamente a batalha, sem encontrar interlocutor acadêmico nas forças de mercado, que parecem prevalecer na educação que rege a cotidianidade do lazer. O consumo, como afirma Arendt (1958, p. 146), dá uma força ao lazer, que parece ser sua única realidade: “O tempo de lazer do *animal laborans* é sempre gasto no consumo, sendo que quanto mais ele dispõe de tempo livre, mais ávidos e insaciáveis são seus apetites”.

Nessa discussão existem lugares-comuns que, inevitavelmente, fazem parte de um denominador mínimo comum para entrar em debate. Isso quer dizer que para se discutir e fazer frente a uma posição diferente sobre o lazer é necessária uma negociação para entender que se trata do mesmo objeto de discussão. Para isso, de uma maneira ou de outra, se recorre às “categorias intelectuais preexistentes” (Gramsci, 1963, p. 24), a fim de criar as bases de fundamentação que garantam a legitimidade dos interlocutores e facilitem os novos consensos sobre o lazer.

Nesse sentido, a formação do discurso sobre o lazer a partir do trabalho e da produção foi, inevitavelmente, o ponto de partida de muitos discursos sobre o lazer, especialmente a partir do século XIX (Elizalde; Gomes, 2010, p. 6), mas ganhou uma força tal que muitos dos aspectos históricos do lazer se afirmaram, e foram compreendidos, a partir dessa relação entre o lazer e o trabalho. É o caso do conhecimento convencional do lazer grego, que foi idealizado e narrado a partir de um modelo de compreensão de trabalho, economia e experiência capitalista que, embora saibamos agora não ter muito a ver com o que se assume como lazer, persiste como um ideal de ações de vida.

É claro que o lazer não é o único aspecto determinado com essa força toda pelo trabalho e pela produção. Desde uma perspectiva humana, é visível que muitos aspectos relacionados com o que agora articula o desenvolvimento humano estão implicados: a felicidade, o prazer, as relações humanas, a comunicação, a exclusão, entre outros. No entanto, uma mudança importante nas tendências acadêmicas das Ciências Sociais não ocorreu, o que permitiria reconhecer que se havia mantido um único olhar sobre o humano. Em outras palavras, estar imersos no mesmo mundo social parece ser uma barreira difícil de transpor, a fim de ver as outras possibilidades de entender e alterar a realidade do lazer.

Assim, se por um lado é possível entender os conceitos do lazer como colaborador e legitimador de regimes, um dispositivo de dominação e domesticação reprodutor de um modelo capitalista (Molina, 2007), é preciso compreender que a dinâmica dos discursos e a experiência sobre o lazer ocorrem de maneira complexa, em batalhas pela legitimidade acadêmica, institucional, política e econômica, que, embora pareça cair numa tensão polarizada entre o dominante do mundo globalizado e a resistência a ele, é um conjunto que afirma suas tensões em vários âmbitos. A discussão não se reduz aos mecanismos de dominação, o que parece ser, atualmente, um âmbito privilegiado de estudo; é necessário compreender o lazer a partir de sua discussão epistemológica, política, econômica e, também a partir de suas possibilidades de ação, como discussão pedagógica, psicológica e psicanalítica.

Balsa (2006, p. 24) reitera que no processo hegemônico “a operação básica é buscar apresentar (...) os interesses particulares da classe dominante como sendo interesses gerais do coletivo”. No caso do lazer, a pergunta versa sobre quem apresentou interesses sobre o lazer dessa maneira. A princípio, é necessário afirmar que o coletivo não é um conjunto de sujeitos passivos de pensamento e comportamento homogêneo. Nesse coletivo, o lazer é o resultado de um emaranhado de intenções de diferentes instituições e estruturas econômicas e políticas, cujo eixo não é o lazer propriamente dito, mas a negação dos aspectos humanos que, agora, são centrais no que chamamos lazer.

Sendo assim, se o hegemônico parece representar uma realidade homogênea universal, a única possibilidade distinta seria o contra-hegemônico.

A partir de outras perspectivas, se o hegemônico é sem forma, variável e disperso, o que difere do hegemônico seriam as compreensões e apostas de discursos e formas de vida que surgem e se projetam nos vértices da rede hegemônica, a fim de estabelecer outros cursos do poder, não necessariamente enquadrados nos termos de dominação, hegemonia, coerção etc.

### **Lazer idealizado, lazer como resíduo do tempo de trabalho, lazer educativo**

Diferentes formas de entender os discursos sobre o lazer são conhecidas. Por exemplo, para Igarza (2009, p. 39), o assunto se resume a dois paradigmas:

- a) o paradigma liberal consumista, que interpreta o lazer exclusivamente como descanso e liberação do trabalho, que busca especialmente fazer do tempo livre um espaço de consumo;
- b) o paradigma criativo cultural, que procura integrar, durante o lazer, valores e processos provenientes da educação, da criação e da cultura, o qual se aproxima mais da definição clássica de *otium*.

Para a presente reflexão, como forma de entender o hegemônico na construção de discursos sobre o lazer, são consideradas três categorias de análises desses discursos. Diferentemente de Igarza, considera-se que o que ele denomina como paradigma criativo cultural implica, pelo menos, dois conjuntos diferentes: um orientado aos ideais clássicos do lazer, e outro que não tem, necessariamente, essa orientação e pretende se definir na organização sociopolítica. Nas três categorias propostas a seguir, o discurso hegemônico atua tanto como forma de legitimação acadêmica de suas origens, como na orientação de ações para a sociedade.

- A. Por lazer idealizado, entendem-se os discursos excessivamente arraigados na concepção do lazer que busca interpretá-lo de forma semelhante como era na antiguidade, como privilégio humano por excelência para as artes e a filosofia. Frente ao sistema econômico, o lazer idealizado se apresenta como uma alternativa ao consumo mercantilizado, assumindo uma perspectiva psicológica na qual

predomina uma escolha individual de atividades que satisfaçam às necessidades de nível superior, relacionadas à contemplação, meditação e transcendência da vida. Hanna Arendt (1958, p. 39) interpreta de Aristóteles algumas formas desses ideais que têm em comum o interesse pelo belo, ou seja, pelas coisas que não são nem necessárias nem úteis; a vida na qual se desfruta dos prazeres corporais e do consumo do belo, a vida dedicada aos assuntos das cidades, em que a excelência produz belos feitos e, por último, a vida do filósofo dedicada a examinar e contemplar as coisas eternas, cuja eterna beleza não pode se realizar mediante a interferência produtora do homem, nem ser mudada pelo seu consumo.

- B. O lazer resíduo do tempo de trabalho é, talvez por sua clássica relação com o trabalho-descanso, o mais fundamentado teoricamente, cuja estrutura tornou-se o centro da maioria dos discursos sobre o lazer. Em geral, coincide com a consideração de Veblen (1899, p. 27) sobre a origem e o estabelecimento de uma “classe ociosa como fator econômico da vida moderna”; em outras palavras, o lazer é considerado no contexto do tempo e na experiência do *não trabalho*, delimitado por condições econômicas e situações relacionadas às formas sociais de utilização do resíduo do trabalho, tanto de tempo, quanto do benefício econômico individual (remuneração) voltado para a satisfação sentida e escolhida. A partir desse ponto de vista, entende-se o tipo de consumo próprio do capitalismo, compreendido por Arendt (1958, p. 146) como uma “economia de resíduos na qual as coisas devem ser devoradas e descartadas quase tão rapidamente quanto aparecem no mundo”.

Historicamente, esse tipo de discurso sobre o lazer se orienta em torno das justificativas do comportamento social, que tomam o estudo da humanidade a partir de sua relação com a manipulação de ferramentas e a divisão social do trabalho. Nesse percurso, aceita-se que a distinção de grupos e trabalho não está orientada para a valorização do trabalho, mas, ao contrário, visa à aquisição de bens, em virtude de luta ou honra, que em termos gerais se manifesta, simbolicamente, em não provar que se trabalha melhor, mas que não se trabalha (Veblen, 1899). Para Veblen, essas demonstrações

são aspectos herdados do exibicionismo bárbaro, que fazem do lazer o principal mecanismo de distinção social.

Os discursos sobre o lazer que o assumem como resíduo do tempo de trabalho concebem o consumo e o mercado como eixos centrais que organizam as ações das pessoas. A partir dessa perspectiva, inclui-se também a tradição higienista do uso do tempo livre.

- C. Nesse conjunto, podem-se determinar os discursos que propõem o lazer intencionado, dirigido, motivado para modificar aspectos do mundo social. Os discursos sobre o lazer educativo compreendem todas as tendências da educação, que vão desde a instrumentalização de jogos para o aprendizado (educação lúdica) até propostas do lazer como mediação de novas formas de organização social ou de influência sociocultural. Tabares (2005), retomando conceitos de Bustelo, menciona que essas propostas podem ser divididas em duas perspectivas: de cidadania assistida e de cidadania emancipada, em que a primeira é eminentemente assistencialista, configurando a recreação para o entretenimento, ao passo que a segunda tende à organização social, chegando ao reconhecimento do lazer e da recreação como direito.

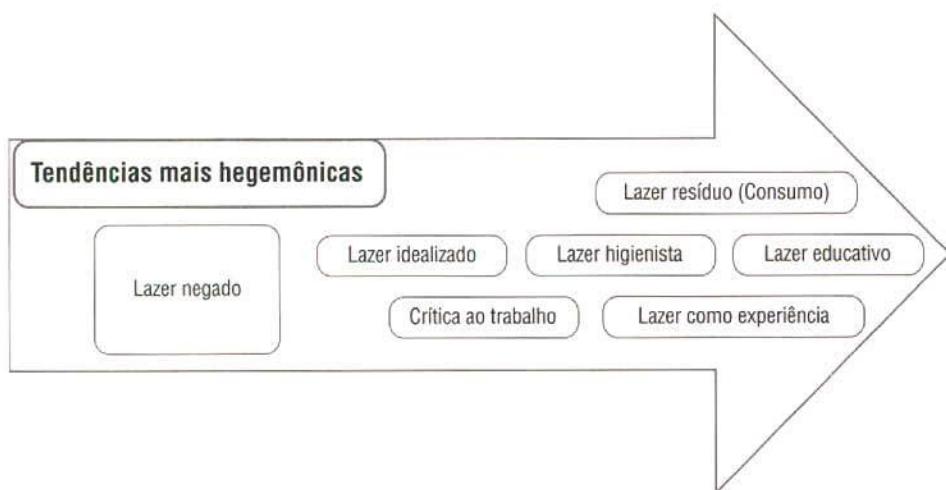
Nas três categorias é visível a construção hegemônica, na medida em que existem verdades preexistentes para desenvolver suas afirmações, facilmente vinculadas a interesses ideológicos, econômicos ou políticos; também se pode afirmar que as posições contra-hegemônicas, ao partirem de pressupostos semelhantes, desempenham um papel relevante no processo hegemônico. É o caso dos discursos que atacam o lazer consumista, com base em afirmações sobre o tempo livre, ou propondo ações que se apresentam apenas como resposta às condições privilegiadas da produção econômica.

Ainda assim é visível a existência de modificações importantes nos discursos, que incluem novas perspectivas do lazer, tendendo a visibilizar as dimensões do humano e a reduzir o privilégio do econômico. Para autores como Cuenca (2004), o século XXI marca uma mudança de mentalidade na concepção sobre o lazer, razão que fundamenta a diferença de identificar o lazer como entretenimento, em lugar de considerá-lo

como experiência humana orientada à autorrealização, direito e qualidade de vida.

Essas mudanças, que se deram com intensidade há apenas duas décadas, implicaram, em princípio, a crítica ao estabelecido, a fim de originar propostas especialmente relacionadas com a categoria educativa do lazer. Daí que a tendência do lazer como direito, ou como autorrealização, seja incluída nas declarações com objetivo educativo, e também explica, junto a certas tradições higienistas, que a institucionalidade do lazer em vários países se insira em órgãos competentes do âmbito educativo ou cultural.

Podemos resumir o percurso da construção do conhecimento sobre o lazer no seguinte esquema:



O lazer é construído no percurso hegemônico, num marco fundamentado numa transição de época que estabeleceu o trabalho como aspecto privilegiado das sociedades. Durante os séculos XIX e XX, reconstruiu-se uma reinterpretação do lazer idealizado, que apoia discursos críticos sobre o trabalho. Discursos econômicos que enfatizam o consumo e o mercado são constituídos a partir do estabelecimento do laboral como eixo central da vida social, sendo vital a concepção do não trabalho para

a própria qualificação do trabalho e do consumo. Em contraposição, são construídos discursos que reinterpretam o lazer como elemento que valoriza o aspecto humano, como possibilidade educativa e como âmbito de experiência humana para a qualidade de vida.

Agora, esse percurso não se origina essencialmente nas tensões intelectuais. Podemos afirmar que entre o institucionalizado, o teórico e a experiência cotidiana, apenas recentemente o lazer está qualificando sua discussão acadêmica, enquanto a experiência cotidiana, fortemente estruturada pelo mercado e pelo consumo, tem um caminho particular e uma dinâmica em constante mudança. Por sua vez, o institucionalizado compartilha tensões, contradições e desenvolvimentos que parecem mediar o cotidiano e o teórico, mas que, inevitavelmente, persegue o caminho hegemônico que persiste em privilegiar a perspectiva de produção da economia e da política.

## **Pesquisar o lazer e a recreação**

Podem-se, então, distinguir três discursos predominantes na recreação: o teórico, o institucional e o cotidiano. Os três têm a ver com a academia, à medida que são estudados, discutidos e, a partir de várias perspectivas, orientam seus propósitos.

Quanto ao teórico, Elizalde e Gomes (2010) apresentam em síntese duas grandes tendências dos Estudos do Lazer: a recreação desenvolvida nos Estados Unidos e os estudos sociológicos originados na Europa. Essas duas grandes tendências são referências teóricas dos estudos que atualmente existem sobre o lazer. Essa é uma forma pela qual a reprodução hegemônica se assegura pela recorrência a autores legitimados e correntes estabelecidas, sendo isso parte da convencionalidade da construção acadêmica.

No institucional, o percurso do lazer é particular em cada país, sempre relacionado a disposições orçamentárias e administrativas, que situam os discursos sobre lazer e recreação em conjuntos mais amplos, como esporte, cultura e, em alguns casos, educação. A construção hegemônica no

institucional está muito vinculada às características econômicas da região, prevalecendo interesses de produtividade tradicional com tendência a considerar o lazer no esquema de descanso – trabalho ou formação humana para o trabalho. As recentes apostas institucionais educativas do lazer ainda são escassas e estão em conflito com poderosos interesses predominantes, fazendo com que o consumo volte a tomar o lugar privilegiado da organização do estatal frente ao lazer.

O cotidiano possui, por outro lado, certas dimensões e dinâmicas que o acadêmico não consegue compreender, apresentando uma força complexa que revela os discursos teóricos e institucionais como noções abstratas que pouco ou nada têm a ver com a realidade. A tecnologização da vida, os meios de comunicação, o consumo doentio idealizado dos modelos capitalistas, entre outros, são acontecimentos que parecem inevitáveis.

Coerente com esses discursos estabelecidos, a pesquisa sobre o lazer e a recreação parte das premissas convencionais para construir seu conhecimento. Nesse percurso, a validade do novo conhecimento tende a ser estabelecida pela continuidade do que já está construído. A autoridade de grandes autores, as normatividades estabelecidas e a legitimação maciça do lazer mercantilizado são o ponto de partida e a base das pesquisas. Nessa dinâmica, será necessário entender qual é o melhor caminho para avaliar o que está por ser construído nessa área, considerando os avanços de maneira rigorosa e soltando certas amarras que, às vezes, parecem imobilizar novas possibilidades sobre o lazer e a recreação.

Nesse sentido, podemos entender que uma possibilidade é pensar que a vida propriamente dita foi construída ao redor do trabalho, e outra é pensar que “vemos” isso como dado, porque essa é a única perspectiva com a qual podemos percebê-lo. Outra opção é pensar que a vida foi construída de outra maneira e que necessitamos de outros olhos para vê-la, o que implica um trabalho teórico cuidadoso, que fabrique as lentes necessárias para entender a experiência do lazer sem referência ao trabalho.

Se a opção for a primeira, nos encontramos diante de uma vida construída ao redor do trabalho, que pode ou deve ser desconstruída a favor de uma humanidade que equilibre a produtividade econômica, a posse de bens, o consumo e a iniquidade, para a felicidade social, o



desenvolvimento humano sustentável etc. Nesse caso, existem apostas importantes que jogam, às vezes, com o mercado e com o consumo, como condições de realidade humana no marco do lazer, como dimensão que facilitará a humanização dessas condições, com referência ao tempo, à liberdade ou ao prazer.

Se a opção escolhida for a segunda, ainda não sabemos o que fazer com o que encontrarmos. Ou seja, se a pesquisa sobre o lazer revela outros modos e lógicas deste na vida das pequenas cidades, o desafio do lazer e da recreação estará concentrado numa compreensão e construção de linguagens (teóricas, institucionais e orientadas para o cotidiano) muito diferentes da tradicional, entendida pela própria academia com uma lógica possivelmente diferente ou alterna à racional.

É claro que esses pontos de vista não são polarizados e não são opções fáceis de serem constituídas nos processos de pesquisa. Considero que a pesquisa sobre lazer e recreação está em disputa nesse campo de batalha, cujos concorrentes se afirmam entre a tradição e a possibilidade. Ainda que de forma definitiva o quadro da possibilidade sempre procure se adequar aos aspectos da tradição, para poder entrar no campo de batalha, será necessário verificar, com dinâmicas diferentes das de outras áreas, a solidez das afirmações, enquanto se visibiliza melhor o transcurso hegemônico do discurso construído a partir do trabalho. Somente dessa maneira a área terá flexibilidade para construir outros discursos amparados em outros fundamentos, possivelmente arriscados, do lazer e da recreação.

## **Hegemonias do lazer**

A modo de conclusão e como projeção, algumas perguntas se colocam: qual é o grupo ou a classe dominante que impõe seu discurso hegemônico sobre o lazer, para que seja assumido como coletivo? Como o imposto pelo hegemônico transcorre de forma aparentemente inevitável no cotidiano e no institucional, sendo bastante complexo o papel dos desenvolvimentos teóricos nesse processo?

A reflexão pode começar pelo âmbito econômico-político que indica que as grandes corporações econômicas, algumas vinculadas a estados-nação, são o grupo de classes dominantes representadas pelos donos e pelos presidentes das multinacionais. Neste momento, o globalizante se estabelece no mercado consumidor de ofertas e demandas. Nesses mercados, o lazer e o conhecimento cotidiano sobre este são compreendidos a partir da humanidade ligada à posse de bens. É o rastro que Veblen (1899, p. 64) já havia descrito antes do século XX, em que “o traço característico da vida da classe ociosa é uma ostensível isenção de toda ocupação útil”. O que ele não poderia imaginar é o alcance da ostensão na vida da sociedade completa e como o lazer é um fator diferenciador, símbolo de exclusão e de demarcação dos que comem e vivem melhor do que outros.

Desde os telefones celulares, os parques e as ofertas culturais, até a formação do lazer em instituições educativas, é visível a marca diferenciadora de imagens, linguagens e hábitos que se incrustam nos desejos das pessoas, para definir constantemente quem é que manda e quem é que trabalha.

Entretanto, a hegemonia como forma na qual o poder transcorre tem a ver essencialmente com aquilo que circula nos corpos (Foucault, 1976) e faz com que o hegemônico transcenda os hábitos e a linguagem como discurso comum, compartilhado e legítimo de uma sociedade. Tal e como afirma Thoreau (1849, p. 143): “O estado nunca se enfrenta deliberadamente ao sentido intelectual ou moral de um homem, mas apenas a seu corpo, a seus sentidos”. Então, o dominante no lazer não atua como um decreto que pudesse ser estudado, discutido e debatido facilmente, mas que, por sua dinâmica, opera no corpo de forma perceptível, porém abrumadoramente implacável. Tocar o lazer cotidiano foi o maior investimento desde o século XX, junto com as avassaladoras tecnologias da comunicação, entretenimento, aparência e turismo. O consumo do lazer não dita os hábitos, mas estabelece sua dinâmica, recorrendo ao sensível mediante mecanismos superafinados que são, neste momento, indústrias complexas de grande poderio econômico. O dominante nesse processo se compreende, então, não como o grupo personificado de magnatas,

mas como cada corpo, com seus hábitos, se constitui como o melhor mecanismo de reprodução do lazer consumista para a sociedade.

Esse processo não é difícil; assegurar a felicidade da família com a televisão é uma característica mínima das populações, sendo que os telefones celulares parecem ter um transcurso semelhante. Em ambos os casos, assegura-se a dinâmica de consumo definida para a exposição que descreve Veblen para a “classe ociosa”.

O difícil, evidente, é o contrário. Considero muito importantes os discursos sobre o lazer que nos permitiram desvelar o existente, abrindo-se como possibilidades relevantes, argumentadas e necessárias em meio ao atropelamento do lazer consumista. O risco é que o lazer a partir do teórico está tendendo a ser um conceito de difícil apreensão, pois parece se afastar do que ocorre no cotidiano e, dessa maneira, várias das ações que se traduzem dele têm a mesma carga idealizada que não se vincula facilmente com o lazer consumista, que se respira em todas as partes e momentos.

Visto assim, o discurso teórico e as ações que dele se derivam podem resultar em uma abstração idealizada que sofrerá um destino similar ao dos saberes escolares tradicionais, isto é, como conhecimentos que têm pouco ou nada a ver com o contexto e se justificam, no máximo, em habilidades gerais que serão utilizadas em um futuro. É possível considerar essa perspectiva dos discursos sobre o lazer e a recreação como formas recomendáveis de vida, em outras palavras, um novo higienismo cujo pretexto não se distanciaria da convenção de “usar bem o tempo livre”.

Por outro lado, na batalha dos discursos sobre o lazer, ainda existe lugar para os argumentos ligados à questão central do trabalho? Uma resposta um tanto contraditória e simplista revelaria uma negativa que, em último caso, seria a negação de nosso próprio contexto, que necessariamente gira, consciente e sensivelmente, em torno do trabalho e do produtivo, da ostentação e do consumo, como formas de vida que inevitavelmente são a referência do lazer na modernidade. No entanto, ampliar a perspectiva é necessário. Ou seja, são necessárias posições arriscadas, fortes e contraditórias. A exposição de argumentos que permitam desconstruir a centralidade do trabalho continua sendo fundamental para a pesquisa

em lazer e recreação. Por outro lado, a interpretação e a leitura devem procurar construir melhores laços com a realidade, bem como seus projetos de intervenção deverão encontrar vínculos com o contexto cotidiano, de forma a originar lutas em torno do discurso comum e institucionalizado, que estão imbricados com hábitos e sensibilidades construídas no corpo.

Assim, aparecem como desafios para os discursos sobre o lazer a construção de linguagens que joguem com o analisável e o sensível, criando relação entre o teórico, o institucional e o cotidiano, de forma que permitam enfrentar com melhores ferramentas as dinâmicas do lazer consumista. O estudo da linguagem, a fim de chegar a novas formas de construir sentidos sobre o lazer, é vital no campo. Sem esses estudos, os discursos inevitavelmente seguirão os mesmos caminhos academicistas, que relegam o lazer a uma mera contemplação do que ocorre com o lazer na vida das pessoas.

Por outro lado, retomando fortes tendências que destacam a importância de reconhecer o lazer numa perspectiva latino-americana, as quais em boa parte se fundamentam na recuperação de formas ociosas que tendem a desaparecer pelo regime estruturado no mercado (Blandón, 2005), é preciso considerar que o discurso do lazer, assim como a experiência cotidiana, não se apresenta de forma polarizada e homogênea. Em todos os casos, são cruzamentos diversos entre formas do colonizador e do colonizado, cujo produto em grande parte da América Latina é uma massa disforme de práticas de lazer. Nessa perspectiva, a complexidade deve ser compreendida ampliando-se os pontos de partida.

Desse modo, compreender o lazer a partir de outros pontos distintos das considerações sobre o trabalho e a opulência requer descategorizar as classificações da racionalidade eurocêntrica, descritas por Quijano (1993, p. 211) como “Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno”. Assim, a possibilidade não é apenas *ir contra*..., mas construir a partir de diálogos menos polarizados que incluam criticamente os discursos, compreendendo o lazer em todos os vértices da rede hegemônica que se considera predominante na atualidade.

Se o lazer não é necessariamente estudado em torno do trabalho, então a partir de quais pressupostos deveria ser analisado: do prazer? do tempo? da liberdade? do lúdico? do desenvolvimento humano? os modelos econômicos? Considero que podem ser todos ou nenhum deles. A reflexão não é temática, mas, repito, das lentes com as quais olhamos para o lazer. Isso exige, evidentemente, uma construção epistemológica suficiente, cujos intentos de intervenção no mundo tenham seus olhos postos no difícil contexto do lazer consumista do cotidiano. Assim, o lugar do desenho tecnológico, do turismo, da economia, da filosofia política ou da administração serão orientadores da ação das novas possibilidades do lazer, que certamente são fundamentais para uma melhoria das sociedades.

*Tradução: Rômulo Monte Alto*

## Referências

- ARENDDT, H. *La condición humana*. Barcelona: Paidós, 1958.
- BALSA, J. Las tres lógicas de la construcción de la hegemonía. *Revista Theomai*, n. 14, segundo semestre, 2006. Disponible en: <<http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO14/ArtBalsa.pdf>>. Consultado el 18 feb. 2012.
- BLANDÓN, M. Consideraciones metodológicas para el estudio del ocio en las sociedades latinoamericanas. En: TABARES y col. Comp. (Ed.) *El ocio, el tiempo libre y la recreación en América Latina: problematizaciones y desafíos*. Medellín: Civitas, 2005.
- CUENCA, M. *Pedagogía del ocio*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2004.
- ELIZALDE, R.; GOMES, C. Ocio y recreación en América Latina: conceptos, abordajes y posibilidades de resignificación. *Revista Polis*, v. 9, n. 26, 2010. Disponible en: <http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n26/art02.pdf>>. Consultado el 13 feb.2012.
- FOUCAULT, M. *Defender la sociedad*. Buenos Aires: FCE, 1976.
- GRAMSCI, A. *La formación de los intelectuales*. México: Grijalbo, 1963.
- IGARZA, R. *Burbujas de ocio, nuevas formas de consumo cultural*. Buenos Aires: La Crujía, 2009.

MARTINS, H. El antiutilitarismo y la descolonización del pensamiento latinoamericano sobre globalización. PREALAS DE TOLUCA, México, 21 a 24 de abril, Conferencia Magistral *Revue du MAUSS*, 9 de mayo [en línea], 2009. Disponible en: <<http://www.journaldumauss.net/spip.php?article503>>. Consultado el 18 mar. 2012.

MOLINA, V. Ocio y turismo en la era de la globalización. *Revista Gestión Turística* 7. Universidad Austral de Chile, 2007.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En: LANDER, E., Compilador (Ed.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 1993.

TABARES, F. El ocio y la recreación en América Latina: una lectura desde los modelos de desarrollo. En: TABARES y col. Comp. (Ed.). *El ocio, el tiempo libre y la recreación en América Latina: problematizaciones y desafíos*. Medellín: Civitas, 2005.

THOUREAU, H. D. *Del deber de la desobediencia civil*. Bogotá: Magisterio, 1849.

VEBLEN, T. *Teoría de la clase ociosa*. Madrid: Alianza, 1899.

*Marcus Aurelio Tabora de Oliveira*

Marcos históricos da  
“invenção” da natureza  
ou para uma crítica do  
conceito de “natureza”  
Ginástica, esporte e  
organização da cidade na  
modernidade ocidental

Como não poderia ser diferente, neste ensaio proponho uma reflexão a partir da ementa sugerida pelos organizadores da mesa-redonda para a qual este trabalho foi encomendado. Lá era possível ler o argumento central que motivou o convite:

(...) propor diálogos e tensionar possibilidades de análises acerca das práticas corporais institucionalizadas, representadas pelo esporte e pela ginástica, no que tange às relações entre as cidades e a natureza. A constituição da ginástica e do esporte modernos é baseada, entre outros processos sociais intrínsecos a estes, na busca pela reinvenção da natureza, em especial às modificações de tempos e espaços socioculturais.

A *reinvenção da natureza*, ali expressa, foi o mote que me permitiu desenvolver os argumentos que se seguem, pois se trata de uma invenção histórica. E essa invenção raramente é considerada em uma miríade de

possibilidades de usufruto da natureza em diferentes espaços e tempos de lazer, a maioria isenta de qualquer crítica, como se a “natureza” aí estivesse para ser consumida (sem considerar que poucos podem pagar por isso). Assim, a formulação daquela ementa me ofereceu a possibilidade de não falar diretamente do esporte ou da ginástica, mas de falar da natureza como uma construção histórica que ganhou relevância como dimensão do lazer com o hiperdesenvolvimento das cidades.

Assim, o convite para aquela mesa foi particularmente estimulante por vários motivos. Entre eles destaco o trabalho conjunto de duas subcomunidades: a do Grupo de Trabalho Temático Memórias, do qual participo desde a sua fundação; e a do Grupo de Trabalho Temático Lazer, onde compareci pela primeira vez. Iniciativas como essas são sempre estimulantes, pois permitem compartilhar os frutos das nossas investigações com tantos colegas autores de trabalhos que constantemente consultamos.

Além disso, o evento que a abrigou talvez seja o principal na área da Educação Física no Brasil, área que, infelizmente, cada vez mais reafirma o estatuto biológico como determinante no âmbito das práticas corporais e de lazer, a ponto de a história, em alguns casos, ser tomada como algo subsidiário ou, pior, ser solenemente ignorada. Logo, é fundamental contrapor-se ao imperativo biológico com uma reflexão sobre o estatuto histórico do conceito de Ciência, Biologia, Educação Física e, nesse caso, natureza! Também porque, em um processo que alimentou uma falsa polarização, constantemente nos deparamos com posições “a favor” da cultura ou da natureza, “contra” a cultura ou a natureza, algo excessivamente esquemático que só faz empobrecer o alcance dos nossos estudos e das suas interfaces possíveis. Provavelmente por isso, tanto no âmbito da Educação Física quanto no do Lazer a “natureza” foi *naturalizada*. Pesquisa-se, escreve-se, publica-se sobre atividades, ou esportes, ou práticas na/da natureza sem um questionamento sobre o que significa, de fato, a natureza. Assim, com o atual nível de desenvolvimento do conhecimento da Educação Física e do Lazer, expresso em eventos e publicações de impacto, disseminação de práticas e propostas de formação, entendo ser necessário ampliar o rigor crítico e analítico dos conceitos que mobilizamos.



Por isso, os meus propósitos com aquela intervenção, e que recupero neste ensaio, foram: deslindar, em linhas breves, o processo de entendimento da natureza como um *outro*, um estranho, que marcou o pensamento ocidental desde a antiguidade; pontuar como o Renascimento e a modernidade ressignificam o sentido da natureza, produzindo o entendimento que dela temos, ainda hoje, como uma contraparte da civilização; observar que tanto a natureza quanto o seu conceito são produções humanas, historicamente contingentes, que se relacionam com o mundo físico apenas como ideia; concluir com uma reflexão que procura mostrar como a ideia de natureza se desenvolveu a ponto de se tornar um dos maiores produtos a serem comercializados com a propaganda capitalista, oferecendo o mundo físico como o outro da vida cidadina para aqueles que por ele podem pagar.

Para a consecução desses propósitos, devo tributar a minha recorrência às reflexões de autores tão díspares quanto Reinhard Koselleck (2006) e os seus investimentos na história dos conceitos; Raymond Williams (1992; 2003), quem, além do rigor na busca do desvelamento histórico dos conceitos, nos oferece noções-chave como estrutura de sentimentos, cultura comum e longa revolução; John Berger (2000), ferino crítico da propaganda, autor de refinadas reflexões sobre a imagem e os sentidos ao longo da história; Edward Thompson (1981; 1998), com duas noções fundamentais como são *experiência e economia moral*; e Peter Gay (1988;1995), autor de uma obra magistral sobre a história dos sentidos e das sensibilidades.

Especificamente para aquela reflexão, mobilizei um conjunto documental composto por textos novo-hispânicos reunidos por Enrique Delgado López (2008); propostas de Fernando de Azevedo, Manuel Lourenço Filho, Alberto Torres e Mário de Andrade para a Educação Física e a recreação da população urbana, no Brasil; propostas de Manuel Bortolomé Cossio para a "vida en la naturaleza", na Espanha; e, principalmente, projetos do Grup d'Arquitectes i Tècnics Catalans per a la Realització de l'Arquitectura Contemporània (GATCPAC), *A cidade funcional*, expostos no último verão europeu no Museu Reina Sofia, em Madri. Esse rico material foi cotejado com textos teóricos de

John Berger e Raymond Williams, este último com o qual concluirei as minhas reflexões.

A combinação de tais elementos me permitiu revisar alguns pressupostos básicos sobre o surgimento do conceito de natureza, para propor uma reflexão sobre o quanto o mundo físico, receptor de muitas práticas ligadas ao lazer, se converteu em um dos mais refinados produtos da propaganda do capitalismo tardio, afetando em cheio a sensibilidade contemporânea.

### Quatro momentos do conceito de natureza no Ocidente

Seguindo a compilação proposta por Enrique Delgado López (2008), pode-se afirmar que até a Idade Média o mundo era conhecido pela polarização civilização/natureza, sendo habitável, segundo a cosmogonia vigente no período, apenas a zona temperada.



Fonte: Lopes, 2008.

Nos extremos da Terra viviam os bárbaros, os sem cultura, os “homens em estado de natureza”. Sua imagem é estática e finita, sugerindo a perfeição e a imutabilidade; nele o homem se vê como um “hóspede

estranho”, nas palavras de Edmundo O’Gorman, e a natureza é o outro estranho e indomável.

O Renascimento e a modernidade marcarão uma percepção de que o mundo é mais amplo e não necessariamente hostil. Por um lado, como mostrou Mikhail Bakhtin (1999), a cosmogonia medieval é desafiada na exploração de um corpo e de uma concepção de natureza na qual persiste uma unidade indissociável. O que é humano não se afasta, mas faz parte de um ciclo vital no qual *mundo natural* e *cultura* são uma só e a mesma coisa.

Por outro lado, a descoberta do Novo Mundo será responsável por um deslumbramento que porá em xeque a tese da natureza hostil, disseminada desde os antigos europeus. As novas terras, como um arcano, devem ser conhecidas, exploradas, utilizadas e muito têm a aprender os europeus conquistadores sobre a “harmoniosa” vida que levam os seus habitantes perfeitamente integrados ao mundo natural. O homem, de ser passivo, se torna criador que intervirá sobre o mundo físico, pois a natureza é um *outro* à sua disposição. Sobre ela poderá plasmar a cultura. O domínio espanhol sobre o povo mexica, e pode-se dizer o mesmo do domínio português sobre os milhões de nativos do que viria a ser o Brasil, produzirá uma verdade dos vencedores que ganhará a posteridade com as crônicas de encantamento *sobre* ou de apologia do uso *da* natureza, como se vê nos textos de Hernán Cortez, José de Acosta ou os chamados frades *criollos*: Agustín de Betancurt, Francisco Javier Clavijero e Rafael Landívar. No caso brasileiro, a emblemática carta de Caminha ao Rei de Portugal não deixa esconder o encantamento que o mundo físico produziu naqueles religiosos. Naquele contexto a natureza é *outro a ser apaziguado e dominado*; não mais é um estranho.

Ainda na modernidade, conheceremos o romantismo como um movimento que fará a crítica ao nascente mundo industrial reivindicando o retorno à natureza, como no exemplo do *Fausto* de Goethe. Esse movimento do final do século XVIII marcará todo o mundo ocidental, entre outras coisas, pelo desenvolvimento de um “sentimento da natureza” que, se diferia daquele expresso no naturalismo, nem por isso deixava de ter o mundo natural como zênite das suas reflexões (Williams, 1992). Desse período conhecemos a criação das quintas, no mundo luso, dos

jardins, em praticamente todo o mundo ocidental. Elas seriam um lugar de refúgio de nobres e burgueses ricos, no qual podemos sugerir o nascedouro de algumas práticas de lazer que ainda hoje povoam nossa imaginação. Com diferentes ênfases e propósitos, algo daquele processo pode ser apreendido da leitura das obras de Cleber Dias (2013), sobre o Rio de Janeiro, José Pedro Barrán (1989;1990), sobre o Uruguai, e de Gustavo Vallejo (2009), sobre Uruguai e Argentina. Também oferecem ricas possibilidades de compreensão Keith Thomas (1990), analisando a transformação do espaço na Inglaterra do Setecentos, e Alain Corbin (2001), ao observar um conjunto de novidades em relação ao uso dos tempos livres na Europa. Cabe lembrar, ainda, que algumas das coisas proclamadas pelo romantismo afetaram, por exemplo, a criação de formas ginásticas ditas modernas, demarcando muito do que ainda hoje concebemos sobre a nossa relação com a natureza. Daí nasceram, no que pode ser identificado como um ambiente de reflexão romântica, preocupações com a educação e com a civilidade que poriam a natureza no centro do pensamento moderno ocidental: excursões de vários alcances, museus de história natural, colônias de férias, as nascentes práticas esportivas, a disseminação da ginástica.<sup>1</sup>

Nesse amplo movimento de redefinição do mundo natural o homem era *também natureza*, ainda que ela fosse considerada o primeiro estágio do seu vir a ser. A natureza como o outro apaziguado, dominado, tornava-se parte central daquilo que constitui o homem, como proclamariam as principais concepções materialistas modernas, todas filhas do século XIX. A cidade moderna e o seu turbilhão caracterizado pela cultura de massas e pela angústia crescente – Paris, Nova York, Berlim, Viena – estavam em franco processo de consolidação, irradiando sua atmosfera para outras cidades periféricas ao epicentro do mundo capitalista desenvolvido, ao mesmo tempo que por elas eram alimentadas.

Já o período da alta modernidade, que marca os anos de passagem do século XIX e as três primeiras décadas do XX, conhecerá a crise da cidade moderna, tão longe da natureza quanto o homem que nela habita. A industrialização definirá o ponto de viragem na ideia de retorno à natureza, pois esta passa a ser vista como o paraíso perdido. A reintegração do homem ao emaranhado da natureza significará uma intervenção nos

espaços da cidade e a redefinição da sua distância em relação ao mundo natural. A cidade será jardinada, higienizada, urbanizada, de modo a aproximar o seu cotidiano hostil da pureza virginal daquele mundo. Práticas de educação e lazer ganham relevância ao prometerem o reencontro do homem com a natureza beatífica, em um processo de renovação do credo romântico potencializado pelo “espírito do capitalismo”. A propaganda ganha densidade a partir dos anos de 1930 como a alma do negócio que envolve a “redescoberta” da natureza.

No Brasil conhecemos as primeiras formulações de Fernando de Azevedo sobre as praças/parques; Capitão Furtado e a sua obstinada campanha para a produção do caipira com a ideia de música de “raiz”; a descoberta da culinária original/tradicional do país; amplas reformas urbanas no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, Curitiba, entre outras cidades, as quais levavam em consideração o desfrute da natureza (para alguns!). Tanto aí como em muito do que se convencionou chamar de modernismo (Williams, 1992; Gonçalves, 2012) a natureza seria a essência “boa” da qual nos afastamos.



Aquele era um momento de grande desenvolvimento da cultura de massas que poria grande ênfase na natureza como produto a ser consumido. As reformas urbanas incluíam a habitação, o ajardinamento, o ar puro, o silêncio como se a natureza pudesse invadir e purificar a cidade. Se isso não fosse possível, então era preciso fugir da cidade para encontrar a praia, o bosque, o campo, a montanha que representariam a natureza imaculada com a qual o homem deveria se reconciliar. Isso significou, na lógica do consumo, a produção de um tipo de mercadoria expresso nos usos do corpo em momentos de fuga: os pacotes turísticos, as viagens rápidas, o desejo da casa na praia ou no campo, o desejo de uma casa com jardim e horta, até a planificação urbana que advogava a integração com a natureza.



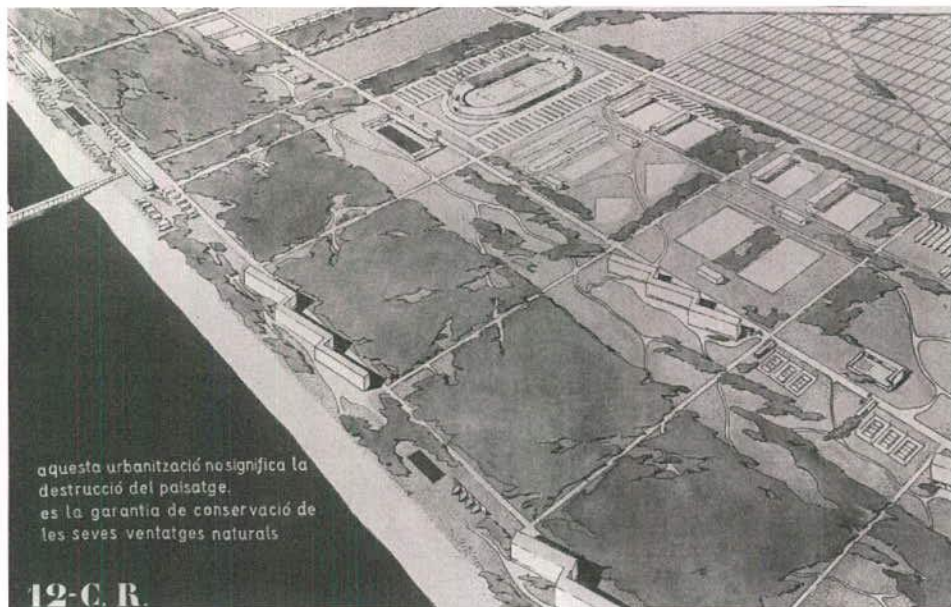
Fonte: Museu Reina Sofia, Madri.

## **A organização da cidade: lazer e natureza no exemplo catalão**

Em 1932 é proposta pelo Grup d'Arquitectes i Tècnics Catalans per a la Realització de l'Arquitectura Contemporània (GATCPAC) o projeto *A cidade funcional*. Aquele grupo que questionava em tom modernista a

péssima qualidade de vida das grandes cidades propunha a sua reforma como meio de combater os efeitos da sua hiperexpansão sobre os "indivíduos". O seu ambicioso plano, proposto nada mais nada menos que para Barcelona, previa um conjunto de quatro intervenções articuladas. Elas eram compostas por:

- 1) Residência e descanso;
- 2) Esportes (natação, canoagem, corridas e caminhadas);
- 3) Espetáculos e diversões;
- 4) Vida no campo (que previa a fuga da grande cidade com seu trânsito, sua fumaça, sua multidão e seu barulho).



Fonte: Museu Reina Sofia, Madri.

Iniciativas como aquela produziram, ainda, um ideário no qual algo da energia primeva seria readquirida através do campismo, do montanhismo, do excursionismo e de um amplo conjunto de iniciativas que consolidaram a ideia de natureza como uma coisa boa por ela mesma.

Esta continua sendo a tônica de muitas abordagens que não se preocupam com o sentido daquilo que chamam natureza e contribuem para vender uma promessa profundamente relacionada com o mundo da propriedade e, por conseguinte, da mercadoria. A ideia de natureza chegou à propaganda e contaminou a sensibilidade do final do milênio, como se pode observar nos pacotes turísticos ou nos condomínios de classe média.<sup>2</sup> Vende-se a ideia de que a natureza existe e nos é acessível, desde que possamos pagar pelo seu usufruto. Essa naturalização da ideia de natureza foi possível na medida em que

isso permite compreender que a publicidade siga sendo crível. O abismo entre o que a publicidade oferece realmente e o futuro que promete corresponde ao abismo existente entre o que o espectador-comprador crê ser e o que gostaria de ser. Os dois abismos se convertem em um: no lugar de salvá-lo com atuação ou a experiência vivida, tenta-se preenchê-lo com um fascinante sonhar acordado. As condições de trabalho vêm às vezes completar esse processo (Berger, 2000, p. 163).

Segue Berger na sua formulação:

A publicidade constitui uma espécie de sistema filosófico. Explica a tudo nos seus próprios termos. Interpreta o mundo. O mundo inteiro se converte no cenário onde se cumpre a promessa publicitária de uma vida boa. O mundo nos sorri. Oferece-se a nós. E como imaginamos que todos os lugares se oferecem a nós, *todos os lugares* vêm a ser mais ou menos o mesmo (Berger, 2000, p. 164-165).

Se pensarmos o lazer como uma dimensão da vida administrada, então talvez o exemplo mais agressivo seja a República Dominicana, que praticamente proibiu o acesso da sua população às praias (lembre-se que o país é metade de uma ilha!) para produzir complexos turísticos como Punta Cana.





Fonte: Banco de imagem FreeImages. Foto Gabriel Bulla.

Mas também são exemplos La Manga del Mar Menor, no Mediterrâneo Espanhol, o Costão do Santinho, em Florianópolis, as praias de Genipapu e Jeriquaquara, no Nordeste brasileiro, a Ilha do Mel, no Paraná, e tantos outros lugares acessíveis a quem por eles pode pagar nessa religião que se converteu o binômio lazer/natureza.

Lugares que produziram um imaginário no qual a reconciliação com a natureza, tomada como bela, boa, pura, é capaz de nos fazer melhores no dia a dia que nos assalta no mundo do trabalho e do consumo. Parece que muito que se tem produzido sobre *lazer e* ou *lazer na* natureza não tem levado em consideração a história dessa invenção. Sem a devida compreensão do que significa a produção histórica do conceito de natureza, se continuará a advogar a favor do “lazer na natureza” sem a percepção de que se trata, fundamentalmente, de um estratagema da publicidade que procura mitigar os efeitos da vida danificada. Algo de ideológico dá suporte a essa formulação.

### “Natureza” como invenção? Por que invenção?<sup>3</sup>

Contra a ideia não incomum de que o homem é também “natureza”, Raymond Williams (2011) produziu, em franco debate com a Psicologia, mas também com outras disciplinas fortemente ancoradas em premissas evolucionárias, um conjunto de ensaios nos quais enfrenta o debate sobre o sentido da *natureza*, seja como expressão do mundo físico, seja como conceito que visaria designar aquele.

Como ambos estão diretamente relacionados, o autor não só concebe como a natureza tem uma história, e não se trata da *história natural*, mas também como essa história foi francamente produzida pelos homens. Ele parte da constatação, óbvia em muitos casos ainda hoje, de que muitas pessoas ao se referirem à natureza o fazem de maneira a não se conceber como parte do seu emaranhado. Não é curioso que, hoje, muitos fujam das agruras do cotidiano enaltecendo as vantagens de estar próximo da natureza? Ou seja, desde aquelas práticas de lazer tidas como “esportes da natureza”, “atividades na natureza”, até aquilo que no currículo já existiu como excursões escolares, acampamentos etc., parece que muito do que se mobilizou para formar os mais jovens adveio de um entendimento de que *a natureza é um outro*, externo a nós, ao encontro do qual vamos quando suspendemos as nossas atividades ordinárias. De alguma maneira essas representações atualizam o longo processo que tornou a natureza uma coisa: “A ideia de natureza contém, embora muitas vezes de modo despercebido, uma quantidade extraordinária da história humana” (Williams, 2011, p. 89).

Percorrendo o desenvolvimento histórico do termo, o autor mostrará que ele surgiu como uma noção singular que pretende uma *descrição do mundo*. Admitindo as dificuldades da história linguística inicial do termo destaca, no entanto, dois sentidos bastante diversos que teriam marcado a tradição ocidental. Um deles se refere a um “estado na natureza”. Este teria um potencial explicativo para as clivagens sociais, permitindo que o Jeca Tatu, por exemplo, como emblema de um tipo de cultura caipira, decadente, “natural”, representasse aquele sujeito mais próximo da natureza, longe, portanto, da “cultura” e “cultivada” elite moradora das cidades brasileiras.

Mas ao longo do seu desenvolvimento histórico “natureza” se prestou tanto à definição de uma qualidade inerente de qualquer “coisa”, passando pela compreensão e descrição da constituição essencial do mundo físico. Isso teria constituído o cerne de uma forma idealista de compreensão, que assumiria conotação religiosa.

A associação e, então, a fusão de um nome para a qualidade com um nome para as coisas observadas possui uma história precisa. É uma formação central do pensamento idealista. O que se buscava na natureza era um princípio essencial. A multiplicidade das coisas e dos processos da vida poderia então ser mentalmente organizada em torno de uma única essência ou princípio: a natureza (Williams, 2011, p. 91).

Dessa maneira, o autor estabelece uma crítica contundente a um tipo de formulação que impactou o pensamento social do século XX em todo o mundo ocidental, oferecendo-nos ferramentas para compreender a dimensão profundamente ideológica de teorias de corte raciais, da eugenia, do darwinismo social e todas as formas de justificação da dominação baseadas em premissas “naturais”. Estaria o lazer imune a tal formulação?

Sua teoria ajuda a compreender, entre outras coisas, não só aquele *lugar-comum* (Bresciani, 2004) próprio de diferentes intérpretes do Brasil desde Francisco Varnhagen e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no século XIX, até modernistas como Mário de Andrade, que ajudaram a fundar a ideia de uma cultura original e originária, em perfeita harmonia com a *natureza*. Permite, além disso, entender também como se processou historicamente uma compreensão de que a formação dos indivíduos se dá pelas capacidades que se fundam nas condições inatas que cada um traz em sua bagagem biológica. No âmbito educacional, o que se viu desde o século XIX foi o gradativo aprofundamento de retóricas que ajudariam a definir que os indivíduos são o que são em função de um mal de origem (sua natureza ou a natureza da sua classe social), e que a ação educativa seria no sentido de domar ou consertar aquela natureza primeva e hostil, para que todos pudessem usufruir da marcha da civilização. O mesmo pode ser observado nos primeiros discursos que

justificam a ginástica e o esporte como elementos civilizatórios, ou na recomendação médica para o bom uso do tempo livre (Corbin, 2001).

As considerações de Williams, muitas delas formuladas como contraponto às ideias evolucionistas que pontuaram o debate no âmbito das Ciências Sociais e da Crítica Cultural, se revestem de um sentido de atualidade impressionante em tempos em que o pensamento crítico parece capitular em amplos domínios, inclusive no âmbito da Educação Física e do lazer. Ou seja, mais que inovar na reflexão crítica, (re)inventando o “novo”, recuperar formulações de grande potência analítica é, por si só, uma possibilidade de atualizar o enfrentamento intelectual contra a apologia do pensamento único que se expressa em prática como as “fugas nos feriados”, a compulsão pelo “reencontro com a natureza”.

Hoje é notório que, como uma espécie, nós crescemos com confiança em nosso desejo e em nossa capacidade de intervir. Mas não podemos entender esse processo, não podemos nem mesmo descrevê-lo, até que estejamos cientes do que a ideia de natureza inclui e, em particular, se ela inclui o homem. Pois falar do homem “intervindo” no processo natural implica a suposição de que ele possa crer não ser possível fazê-lo, ou possa decidir não fazê-lo. A natureza tem que ser pensada, então, como separada do homem antes de qualquer questão sobre intervenção ou comando, para que o método e a ética de cada um possam surgir (Williams, 2011, p. 100).

Na sequência, remata: “É isso que vemos acontecer no desenvolvimento da ideia. Isso pode, à primeira vista, parecer paradoxal, mas o que podemos chamar de ideias mais seculares e mais racionais sobre a natureza dependeu de uma nova abstração bastante específica: a abstração do Homem” (Williams, 2011, p. 101).

Se toda uma tradição de pensamento social – e insisto em inscrever os estudos do lazer no âmbito do pensamento social contemporâneo – abstrai o homem, é forçoso reconhecer que se ara um campo fértil para toda sorte de exclusão, uma vez que nossa “natureza” como sociedade nos teria impingido limites e mazelas que estão além da nossa ação política deliberada. A força dos argumentos de Williams torna-se ainda maior quando observamos que a sua crítica se dirigiu também à crítica cultural,

mas primeiramente ao próprio pensamento político moderno, que se fundaria nessa abstração binária natureza/homem, como uma das formas de justificação da ação política no espaço público. Espaço público que é incessantemente privatizado e vendido pela propaganda como o *refúgio seguro próximo à natureza*. Essa ênfase está presente não só em *A riqueza das nações*, por exemplo, mas mesmo na reflexão dos contratualistas, dos utilitaristas e de algumas expressões do materialismo dialético. Por isso aqui se parte do pressuposto de que suas contribuições originais, até porque nasceram em um tempo no qual as retóricas sobre a natureza ocupavam boa parte do pensamento social, são extremamente úteis para pensarmos sobre problemas atuais da sociedade brasileira, alguns dos quais têm grande longevidade na história da nossa formação social e parecem "naturalizadas" nas nossas formas de compreender os dilemas brasileiros. Entre estes a educação, não apenas a escolar, mas todas as formas de educação social – as relações entre o trabalho e a vida dos trabalhadores, os usos autorizados ou não dos seus tempos, nossa forma de produção e distribuição de bens culturais – continuam a desafiar a nossa capacidade de crítica da nossa sociedade. Se Williams não produziu mirando a sociedade e a cultura brasileiras, ou não estava preocupado exatamente como o tema do lazer (embora também estivesse!), não é casual que a recente e crescente publicação dos seus livros entre nós se dê no momento em que se torna mais complexa esta cultura, ao mesmo tempo que ela se insere em fluxos globais, tornando o Brasil um país hospedeiro daqueles que procuram a natureza exuberante – que, na indústria do turismo inclui a exploração sexual e a depredação, constantemente denunciada mas nunca efetivamente combatida, de muitos espaços de preservação e conservação, tornados roteiros turísticos que auferem enormes lucros a uma das indústrias mais pujantes do planeta.

Lazer e natureza. Um par de sentido impreciso, pela própria história dos dois conceitos. Mas essa imprecisão não deveria ocultar o fato de que os discursos de purificação e revigoramento das energias galanteado pela propaganda da indústria do turismo e do lazer, da qual governos se tornaram verdadeiras agências, muito esconde do que é a vida na sociedade administrada. Ou, pelo menos, parte da vida, uma vez que são poucos os que podem pagar pelo alvissareiro "retorno à natureza", seja lá o que isso significar. Mas como expressão idealista que se converte em ideologia,

o binômio lazer/natureza muito pode nos dizer sobre a atualização de formas de dominação que consideram que o mundo, inclusive o mundo físico representado pela natureza, assim como o lazer que o acossa, é para poucos.

(Este estudo é parte dos resultados do projeto “A educação dos sentidos na história: o tempo livre como possibilidade de formação (entre os anos finais do séc. XIX e os anos iniciais do séc. XXI)”, desenvolvido junto ao Núcleo de Pesquisas sobre os Sentidos e as Sensibilidades (NUPES), na Universidade Federal de Minas Gerais, com financiamento do CNPq sob n. 470687/2011-8 e da FAPEMIG sob n. APQ 00635/11. Ele foi apresentado durante o XVII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, realizado em agosto de 2013 em Brasília, em mesa-redonda intitulada Ginástica, Esporte e Natureza, coordenada pelo prof. Edivaldo Gois Junior, que contou com a participação do prof. Victor Andrade de Melo. Agradeço às comunidades do GTT Memórias e do GTT Lazer do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), pelo convite, gentilmente formulado pelo prof. Silvío Ricardo da Silva.)

## Notas

- <sup>1</sup> Certamente a história nos cobra análises contextuais. Mas a ideia de natureza, como bem mostram López (2008) e Williams (2011), tem seu nascedouro na Europa e dali se espalhou pelo mundo. Logo, pensar em movimentos como o modernismo, a disseminação da ginástica, da educação renovada ou de produção dos tempos livres implica pensar em uma perspectiva de história total, atento ao processo de produção, circulação e apropriação de ideias, conceitos, práticas e comportamentos em cada tempo e lugar. O propósito, aqui, não é inventariar todas as formas de compreensão sobre a “natureza” como um dos domínios do lazer, mas estabelecer conexões entre diferentes tempos e espaços e o binômio lazer/natureza.
- <sup>2</sup> Veja o que fazer com 5 mil em seis destinos paradisíacos diferentes. <<http://viagem.uol.com.br/album/2013/09/30/veja-o-que-fazer-com-r-5-mil-em-seis-destinos-paradisiacos-diferentes>>. Acesso em: 7 out. 2013.
- <sup>3</sup> Muito do que segue nas próximas linhas foi ligeiramente modificado de Taborda de Oliveira (2014).

## Referências

- BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BARRÁN, J. P. *Historia de la sensibilidad en Uruguay*. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 1989; 1990.
- BERGER, J. *Modos de ver*. Barcelona: Editorial Gustavo Gil, 2000.
- BRESCIANI, S. Identidades inconclusas no Brasil do século XX: fundamentos de um lugar comum. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Org.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004.
- CORBIN, A. *História dos tempos livres*. Lisboa: Teorema, 2001.
- DIAS, C. *Epopéias em dias de prazer: uma história do lazer na natureza (1799-1838)*. Goiânia: Editora UFG, 2013.
- DUARTE, O.; GUINSKI, L. A. Imagens da evolução de Curitiba. *O Debate*, Curitiba, 2002.
- FOLHA DE S.PAULO. Veja o que fazer com 5 mil em seis destinos paradisíacos diferentes. Disponível em: <<http://viagem.uol.com.br/album/2013/09/30/veja-o-que-fazer-com-r-5-mil-em-seis-destinos-paradisiacos-diferentes>>. Acesso em: 7 out. 2013.
- GAY, P. *A experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud (5 v.)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; 1995.
- GONÇALVES, M. A. *1922: a semana que não terminou*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- LÓPEZ, E. D. *Cultura y naturaleza*. San Luis Potosi: Universidad Autónoma de San Luis Potosi, 2008.
- TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. Pensando a História da Educação com Raymond Williams. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 257-276, 2014.
- THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- THOMPSON, E. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, E. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.
- VALLEJO, G. *Utopías cisplatinas*. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2009.

WILLIAMS, R. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, R. *La larga revolución*. Buenos Aires: Nueva Vision, 2003.

WILLIAMS, R. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Unesp, 2011.



*Cleber Dias*

## Emergência histórica do lazer no Brasil

Tradicionalmente, o lazer tem sido academicamente abordado como um fenômeno social da modernidade. Desde a consolidação de um campo de estudos especializados sobre o assunto, estabeleceu-se a noção de que “o lazer possui traços específicos, característicos da civilização nascida da Revolução Industrial”, conforme famosa citação de Dumazedier (1999, p. 26). Nesses termos, argumenta-se que uma descontinuidade fundamental entre o lazer moderno e os divertimentos pré-modernos seria a principal responsável pelas características sociológicas do lazer.

Discussões teóricas e conceituais sobre o lazer, conformadas, sobretudo, às formulações vindas da “sociologia do lazer”, têm sido grandemente influentes nos enquadramentos do lazer nesses termos. Léa Perez (2009) faz uma interessante reflexão sobre as possíveis razões para a preponderância da Sociologia em detrimento de outras disciplinas das Ciências Sociais na conformação de uma especialidade acadêmica dedicada ao lazer. Debates sobre o lazer, especificamente, são praticamente inexistentes em disciplinas como a Antropologia. Por outro lado, na Sociologia, uma especialidade dedicada a esse assunto não só existe como goza de relativo prestígio internacional. A situação, de acordo com argumentos de Perez, teria relação com os próprios “quadros epistêmicos do mundo ocidental moderno”, responsáveis pela instauração da oposição

trabalho/lazer. Segundo ela, “a noção de trabalho não somente é uma invenção recente da história da humanidade, como se associa geneticamente a uma modalidade de civilização específica que é a modernidade ocidental” (Perrez, 2009, p. 4). Essa particularidade cultural do Ocidente moderno seria, então, um dos principais responsáveis pela presença de uma reflexão sistemática sobre o lazer em determinadas disciplinas das Ciências Sociais, bem como pela sua ausência em outras, uma vez que a Sociologia, tradicionalmente, tem se ocupado do estudo das sociedades modernas, enquanto a Antropologia, em contrapartida, vem se definindo pelo estudo de “sociedades tradicionais”, nas quais os sistemas classificatórios da modernidade ocidental não necessariamente operam. O mesmo, talvez, se poderia dizer com relação à História, ocupada, em muitos casos, com a investigação de sociedades pré-modernas.

Mas a partir de que momento exatamente um estudo histórico sobre práticas de divertimentos deixa de dizer respeito ao lazer, inserindo-se, de outra forma, em categorias conceituais como “festa” e “diversões”, por exemplo? Algumas pesquisas vêm questionando a demarcação cronológica tradicionalmente adotada para a indicação da emergência histórica do lazer, em suas especificidades. Peter Burke (1995), por exemplo, é um dos que já questionaram a hipótese de que haveria “uma descontinuidade fundamental ou grande divisão entre sociedades industriais e pré-industriais”. Burke, na verdade, questiona mesmo a ideia de que o lazer moderno inexistiria em sociedades pré-industriais. Segundo ele, “a tese da descontinuidade não é satisfatória” porque “reduz grandes variedades de práticas e ideias a fórmulas simplistas”, como “festivais medievais” ou “feiras populares”. Em sentido contrário, ele resgata uma série de episódios que demonstram a existência do lazer antes de 1850, que ele mesmo identifica como o período em que se concentram a maioria das pesquisas históricas sobre o assunto. Nesse sentido, ele cita livros, guias, pinturas e tratados que se multiplicaram a partir do século XVI, evidenciando uma considerável preocupação com a recreação e a ocupação do tempo livre. Segundo Burke, desde essa época é possível identificar fenômenos sociais através do conceito de lazer.

Julie Hardwick (2008), no mesmo sentido, referindo-se à França do século XVIII, chamou a atenção para o fato de que muitos jovens

trabalhadores solteiros daquele contexto trabalhavam fora de suas casas naquela época. Tal situação, segundo suas conclusões, criava mais oportunidades de interações sociais no espaço público, construindo, assim, parâmetros de sociabilidade diferentes daqueles do mundo do trabalho. As atividades de lazer desses jovens franceses do século XVIII, portanto, eram claramente marcadas por rupturas com o mundo do trabalho.

O conceito de lazer pode parecer um fenômeno moderno e com certeza muitos dos diversos passatempos comercializados que nós associamos com sua prática contemporânea eram desconhecidos até décadas atrás. Entretanto, o uso do termo “lazer” iniciou-se em séculos medievais tardios, e há 500 anos já teve as mesmas conotações conceituais de hoje em dia: tempo livre do trabalho ou de outras obrigações para levar a cabo atividades de escolha pessoal (Harwick, 2008, p. 466).

De maneira talvez mais radical, Joan-Lluis Marfany (1997) afirmara que aqueles que acreditam poder localizar o ponto de fratura que produz uma abrupta distinção entre o lazer moderno e os divertimentos pré-modernos o fazem tão somente porque estão “iludidos por impressões bastante superficiais”. De outro modo, ele menciona uma série de divertimentos medievais, como a caça em Valência por volta dos anos de 1340, danças na Catalunha de 1470, a música em Siena por volta de 1313, bem como uma abundante legislação da época, que pretendia proibir diversos passatempos, “indicando que eles eram praticados assiduamente”. Sua conclusão, enfim, é que “essas pessoas [da Idade Média] conheceram o que nós agora chamamos lazer”.

No contexto da América Latina, estabelecer um diálogo crítico com as formulações que relacionam lazer e modernidade, problematizando a distinção entre “lazer moderno” e “divertimentos pré-modernos”, parece particularmente necessário. Pois, imagens e representações latino-americanas sobre si mesmo manifestam, em inúmeras ocasiões, uma nítida sensação de incompletude. Não por acaso, o esforço de compreender a natureza da modernidade, ou sua incompletude, tem sido frequentemente identificado como um dos principais dilemas intelectuais de muitos países latino-americanos (para o exemplo do Brasil, ver Tavoraro, 2005).

No pensamento social latino-americano, reflexões sobre a constituição histórica da modernidade ou das práticas modernas, o que inclui o lazer, têm se caracterizado pela pressuposição de que o centro e a periferia se encontram em situação de oposição, ocupando polos antagônicos no âmbito do sistema internacional de produção (Carvalho Franco, 1976; Bosi, 1992). Nesse contexto, criou-se um ideário que tende a ver na Europa a fonte de todas as ideias e práticas ligadas às tentativas de modernização latino-americana, subestimando, de certo modo, o protagonismo de agentes locais para esse processo. Na construção de uma modernidade latino-americana, porém, a Europa não necessariamente foi o centro produtor, tampouco suas colônias foram tão somente o seu produto. A modernidade, de modo geral e em si mesma, já é o resultado de um encontro de culturas (Goody, 2008; Wolf, 2009).

No âmbito do lazer, as implicações dessas formas de pensamento manifestam-se na tendência de alguns estudos concentrarem-se mais na identificação do que faltaria às práticas de lazer na América Latina para se constituírem plenamente como tais. Estudos assim tomam arbitrariamente os padrões da Europa como norma. Nesses termos, só teríamos lazer na América Latina à medida que nossas práticas de divertimento se tornassem semelhantes às práticas da modernidade europeia. Desse modo, o estudo histórico do lazer latino-americano define-se através de suas supostas ausências. Ao invés de observar o que existe e como ocorreu a manifestação prática desse lazer, aponta-se para o que ele não tem. Práticas de lazer na América Latina, assim, aparecem sempre como “retardatárias”, em que todo o processo se daria de maneira tardia, incompleta, por fazer-se.

Desse modo, o problema não é tanto afirmar que o lazer é um fenômeno social moderno, senão especificar em que medida exatamente ele o é (Dias, 2009). Nesse sentido, o propósito deste texto é o de apresentar um estudo sobre o processo de emergência histórica do lazer no Brasil. Meu argumento é o de que se pode localizar a ocorrência histórica do lazer no Brasil desde pelo menos os fins do século XVIII. A partir daí existe, então, um processo de construção social do lazer, tal como prescrito em suas definições conceituais clássicas, ainda que não do mesmo modo e nos mesmos termos que havia sido em outras partes do mundo.

## Etimologia, mentalidade e contexto

No dicionário de Raphael Bluteau (redigido entre 1712 e 1728), a palavra “lazer” aparece como um termo do vulgo, que queria dizer “tempo” ou “vagar”, no sentido de “andar vagando”, “sem domicílio, vagabundo”. Conjugado como verbo no infinitivo, o vocábulo “lazerar” significava “mendigar”, “ir-se à ventura peregrinando”. “Ócio” aparece definido como “descanço, quietação, espaço de tempo em que cessamos de obrar, ou trabalhar”. Trabalho, em contrapartida, apresenta-se como “exercício, negação do ócio” (Bluteau, 1789).

Cada um desses termos edifica uma gradação de valores próxima da que conhecemos atualmente através da contraposição entre trabalho e lazer, qual seja, a perspectiva e o desejo por um tempo de trabalho socialmente demarcado, que se acredita moralmente digno, em contraste a um tempo ocioso. Assim, para Bluteau, o ócio era “a origem de todos os vícios, fomento de todas as desordens, ferrugem que consome o vigor do ânimo, traça que rói a robusteza do corpo, letargia mortal dos viventes, insensível ruína dos Reinos”. “Ociosidade” aparecia, então, como “o vício de quem perde e gasta tempo inutilmente, o tear onde se tece todas as ruindades e o precipício de todos os maus”.

Trabalho, por sua vez, é apresentado como fonte de virtude e veículo para beatificação, algo inteiramente dotado de positividade. Nas palavras de Bluteau, “nasceu o homem para trabalhar, como a ave para voar. Até no Paraíso Terrestre e no estado da inocência, estava Adão obrigado a trabalhar”. Condenando o “ócio inútil” e os “divertimentos ilícitos”, a conclusão de Bluteau é que “a virtude consiste na ação e na virtude consiste a nossa felicidade; a agitação e o movimento vinculados à ação são mais aptos para nos beatificar que o descanso e o ócio”.

O que se vê aí é a construção de elementos valorativos para o trabalho e para o não trabalho, que expressam uma estrutura de sentimentos que identifica um espaço de diferença entre o tempo do trabalho e o do não trabalho, no que algumas teorias do lazer chamariam de “artificialização do tempo de trabalho”.

O reformismo ilustrado luso-brasileiro, iniciado em Portugal e capitaneado pelo Marquês de Pombal a partir da década de 1750, quando era secretário de Estado do Reino no governo do rei D. José I, procurou, literalmente, modernizar a coroa e seus domínios através de uma ampla reforma político-administrativa baseada no pensamento iluminista. Persistências do passado feudal passaram a ser acusadas pela decadência e pelo atraso econômico de Portugal em relação à Europa das Luzes. A coroa reorientou então os modos de ocupação e exploração das suas colônias, criou novas vilas, povoações e freguesias; elegeu juízes; nomeou ouvidores; empossou engenheiros para demarcar melhor as fronteiras; e incentivou atividades econômicas como a agricultura e o comércio.

A partir dessa época, administradores portugueses ou estudantes brasileiros egressos da recém-reformada Universidade de Coimbra começavam a propagar concepções de mundo resultantes de uma ambiência intelectual marcada por ideais de progresso e eficácia. Essa nova elite ilustrada se engajou mesmo na redefinição de técnicas de produção e na difusão de novos valores sociais, entre os quais a desaprovação do ócio e a valorização do trabalho. D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, governador de São Paulo, dizia emblematicamente por volta de 1770 que dois vícios dominavam o povo e eram responsáveis pela sua pobreza: a presunção e a preguiça (Flexor, 2007). D. Luis de Vasconcellos e Souza, vice-rei do Brasil entre 1778 e 1790, advogava, em seu relatório ao Conde de Resende, seu sucessor, a promoção do trabalho para tirar os vadios da ociosidade (Vasconcellos de Souza, 1860). Baltazar da Silva Lisboa, recém-egresso da Universidade de Coimbra, advogava no fim da década de 1780 que os negros escravizados deveriam receber dias da semana para labutarem o seu próprio sustento, ao invés de passarem o domingo “embriagados e nutrindo os vícios de sua natural frouxidão” (Lisboa, 1786). Na mesma época, José Vieira Couto, outro egresso de Coimbra, recomendava para o aprimoramento da mineração a abolição dos feriados e dias santos, único meio capaz de incentivar uma ética do trabalho contínuo (Couto, 1848; 1842). Nos anos de 1820 e 1830, claramente dentro do mesmo *continuum* argumentativo, Marechal Arouche de Toledo Rendon, militar, advogado, político e primeiro diretor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, afirmava que “a vadiação

por si só é um crime público dos mais prejudiciais ao Estado” (Flexor, 2007), enquanto Antônio Muniz de Souza (2000) criticava o relaxamento dos costumes e condenava danças, festas e o abuso de bebidas, afirmando que “a ociosidade no Brasil é o tronco de todos os vícios”.

## O papel das ações do Estado

O Estado português inaugurou novas formas de interdição do comportamento lúdico na Colônia – algo inteiramente articulado com a intenção de promoção do trabalho com um valor em si mesmo. Jogos de argolinhas, bailes pastoris, danças e touradas, se já existiam antes, passaram por profundas alterações a partir do quartel final do século XVIII, tentando controlar e normatizar racionalmente esses divertimentos. A coroa portuguesa também passou a investir na divulgação de regras de conduta e civilidade através da promoção de festas públicas. Desfiles de carros alegóricos, por exemplo, funcionavam como suporte para a divulgação de novas concepções morais. Também se produziu e distribuiu publicações destinadas a orientar o modo de realização das festas: reflexo do empenho do poder oficial em modificar códigos culturais e impor um determinado processo civilizatório (Del Priore, 2000).

Tais iniciativas pretendiam, explicitamente, dissipar o “conteúdo desordeiro das danças de preto”, perseguir as “libações de caráter”, impedir “jogos profanos e cantigas desonestas”, admoestar “batuques contrários ao sossego público”, interromper o contágio das “escandalosas relaxações” e findar com o “conteúdo desordeiro” dos costumes populares (Del Priore, 2000).

O aumento das iniciativas nesse sentido mostra que, a partir do final do século XVIII, crescia o interesse em tentar controlar com novas intenções os divertimentos da população. Começavam a aparecer iniciativas formais e sistemáticas para a regulamentação dos divertimentos, no que poderíamos chamar de primeiros esforços para a criação de espaços e predisposições destinadas à ocupação do tempo livre de maneira estruturada e codificada de acordo com uma determinada escala de valores, que

desde então serão os valores que orientarão os comportamentos lúdicos no sentido de tentar transformá-los em lazer.

Em 1802, enquanto exercia o cargo de ouvidor-geral de crimes, Paulo Fernandes Viana tinha como parte de suas atribuições oficiais inspecionar o teatro do Rio de Janeiro (que funcionava desde 1778, com o nome de Teatrinho da Rua dos Arcos), a fim de evitar que se representassem peças que ofendessem a religião e os bons costumes (Carvalho, 2008, p. 147). Antônio Luiz de Brito Aragão e Vasconcelos, por seu turno, em suas *Memórias sobre o estabelecimento do Império do Brasil*, em que tecia considerações sobre medidas para aprimorar a administração pública do Brasil, tratava como algo necessário a proibição de “todos os ajuntamentos, que não tenham um fim honesto, os jogos noturnos, principalmente aqueles que as leis proíbem e os denominados de entrudo, que além de serem um divertimento bárbaro e indigno de toda nação civilizada são uma porta franca para toda a qualidade de desordens” (Vasconcelos, 1931).

A lei nº 15, de 26 de junho de 1808, que relacionava os cargos da secretaria da polícia, prescrevia como atribuição do 1º Oficial Maior a fiscalização de teatros e divertimentos públicos, bem como a emissão de alvarás de licença para botequins, albergues, estalagens, casas de jogos e de pasto. A fiscalização e emissão de alvarás para esses estabelecimentos já respondia por um percentual considerável do orçamento da Intendência da Polícia em 1808. No mesmo sentido, o Edital nº 7 da Polícia da Corte, datado de maio de 1808, determinava que todas as vendas, casas de jogos e botequins deveriam ser fechados às 10 horas da noite, de forma a evitar o “ajuntamento de ociosos e mesmo de escravos, que faltando ao serviço de seus senhores se corrompem uns aos outros e dão ocasião a delitos que se devem prevenir” (Carvalho, 2008).

## **Transformações materiais**

Desde meados do século XVIII, o Rio de Janeiro já vivia sob agudos impulsos de desenvolvimento. A elevação da cidade à condição de sede do vice-reinado, em 1763, inaugurou um novo circuito mercantil com a circulação de capitais provenientes do controle fiscal sobre o minério



das Minas Gerais e da centralização do rentável tráfico negreiro, para não mencionar as novas atividades agrícolas.

Como reflexo dessas transformações, ao longo de todo o século XVIII, a população da cidade triplicou, saltando dos 12 mil habitantes em 1702 para mais de 43 mil em 1799. O Rio de Janeiro tornou-se ponto de arribada bastante frequentado por navios estrangeiros, intensificando assim o contato com produtos e mercadorias, mas também com pessoas, concepções e modos de vida de outros países. Viajantes do fim do século XVIII já relatavam, nessa época, a presença de navios de bandeira inglesa, espanhola, francesa e holandesa na barra do Rio de Janeiro, em que pesem as proibições legais à presença estrangeira imposta pela Metrópole. O contrabando e o comércio ilegal tornaram-se então coisa corriqueira (Freyre, 2000). Em fins do século XVIII, bebidas como a cerveja inglesa, cuja venda era proibida no Brasil, já gozavam de grande prestígio entre parte da elite local, conforme relatam vários viajantes estrangeiros.

Por caminhos oficiais ou oficiosos, antes mesmo de 1808, data da abertura oficial dos portos às nações amigas, estrangeiros iam visitando ou até se estabelecendo provisoriamente no Brasil. Samuel Holmes, por exemplo, soldado da guarda privada do lorde inglês Georges Macartney, que em 1792 foi enviado para a China a fim de estabelecer relações diplomáticas, passando pelo Rio de Janeiro em 30 de novembro daquele ano, permaneceu pouco mais de 15 dias na cidade. Ao fim da sua curta permanência na cidade, conclui, um tanto enigmaticamente, que “o viajante que estiver disposto a *trilhar certos caminhos* e despende algum dinheiro, consegue divertir-se no Rio de Janeiro” (Holmes, 2000).

Em 1808, por ocasião da transferência da Corte para o Rio de Janeiro, a dinâmica de desenvolvimento urbano no Rio de Janeiro ganhou ímpeto e vigor. Tratou-se mesmo de um acontecimento histórico excepcional, “o novo descobrimento do Brasil”, conforme a célebre expressão de Sérgio Buarque de Holanda (1983). Acompanhando a família real, 15 mil portugueses, cujo contingente representava, na ocasião, quase um terço da população total da cidade, que era de aproximadamente 50 mil pessoas. Até 1822, mais de 4 mil famílias de estrangeiros iriam se fixar no Rio de Janeiro. Assim, abruptamente, criava-se uma nova demanda

por produtos e serviços, que intensificaria drasticamente a atividade comercial, impactando hábitos e costumes de toda espécie, inclusive os de divertimento.

## Espaços e práticas de lazer

Transformações como estas trouxeram consequências para a organização de vários espaços e práticas de divertimentos. Segundo John Barrow, intendente da missão diplomática inglesa que se dirigia à China chefiada por Lorde Macartney, por volta de 1792 notava-se uma intensificação nos negócios de um “tal senhor Phillipe”, proprietário de uma taverna situada no lado direito do Largo do Paço (que também intermediava contatos entre estrangeiros e brasileiros para contratação de serviços de cambista, corretor de mercadorias, intérprete, médico ou hospedeiro) (Barrow, 2008). O mesmo parece ter ocorrido, em meados da década de 1820, com a cabana de Luísa, uma jovem suíça que vendia bebidas e comidas para os que passeavam pelos caminhos do Corcovado, “frequentemente percorrido por estrangeiros”, segundo relato de C. Schlichtorst em *O Rio de Janeiro como é (1824-1826)*. Também era esse o caso da venda de Mr. Willis, no Irajá, que alguns ingleses ligados a firmas comerciais do Rio de Janeiro elegeram como casa de campo para passar o domingo jogando malha e se exercitando em outros esportes, “sob um sol escaldante e bebendo cerveja para se refrescar”, segundo Walsh (1985, p. 23). Nas imediações do Porto de Estrela, nos caminhos que hoje levam às cidades de Petrópolis e Teresópolis, aproveitando-se do dinamismo econômico promovido pela situação de entreposto comercial da região, o alemão Meyer fazia bons negócios em sua venda, onde se comia “um saboroso peixe acabado de pescar”, ou se bebia “uma garrafa de excelente vinho do Porto”, segundo Ernest Ebel (1972, p. 157-158), alemão que esteve no Rio de Janeiro prestando serviços militares em 1824.

A partir daí, teremos registros de estabelecimentos e espaços de diversão com relativa reputação, como era o restaurante Wullfing, em referência ao sobrenome de seu proprietário, o alemão Friedrich, localizado à Rua dos Ourives. Segundo depoimentos da época, era este o local em

que a imperatriz mandava buscar suas refeições sempre que vinha à cidade (Ebel, 1972). Jean Baptiste Debret (1972, p. 197-198), no mesmo sentido, mencionou que “em 1817 a cidade do Rio de Janeiro já oferecia aos gastrônomos recursos bem satisfatórios (...) um certo número de casas de comestíveis, bem abastecidas de massas delicadas, azeites superfinos, frios bem conservados e frutas secas de primeira qualidade”. Tratava-se, segundo ele, de padarias e empórios “florescentes”, “responsáveis por refeições magníficas”, “banquetes e serviços particulares delicadamente executados”, localizados “vantajosamente no centro comercial da cidade” e frequentados especialmente por ingleses, alemães, italianos e portugueses.

Em meados da década de 1820, do mesmo modo, já se registravam pelo menos sete hotéis na cidade, para não mencionar albergues e pensões: o O’Brion e o Ravot, na Rua do Ouvidor; o Balger (ou Bulcher, de acordo com a fonte), na Rua do Rosário; o l’Empire e o Campbell, na famosa Rua Direita e o Du Nord e o Ship, do qual encontrei referências, mas não as localizações precisas (Dias, 2013).

Serviços de transportes também se desenvolviam em razão da nova demanda por diversões. Por volta de 1816, iniciava-se o oferecimento de serviços de carruagens a cavalo ligando o Centro a Botafogo, prestigiado local de residência no campo, mas que servia também para banhos de mar ou as corridas de cavalo na praia, organizadas especialmente por ingleses. Em 1819, segundo relato de Henry Chamberlain (1943, p. 77), militar inglês que esteve no Brasil entre 1819 e 1820, já se registravam barcas que faziam a dois vinténs por pessoa a travessia entre o Rio de Janeiro e a Praia Grande, atual cidade de Niterói. Além disso, até por causa dessa travessia regular, essa praia começava a ser procurada como instância de descanso e de lazer, tornando-se mesmo um “ponto de romaria dos habitantes europeus do Rio quando querem fazer aos domingos alguma excursão de recreio”, de acordo com a descrição de Carl Seider (1951, p. 32), aventureiro alemão que passou 10 anos no Brasil movido pela esperança de fazer fortuna rápida. O crescimento dessa região esteve mesmo ligado aos seus usos lúdicos e recreativos. Debret aventou explicitamente essa hipótese ao tratar e retratar as paisagens do lugar. Segundo ele:

É à salubridade de sua situação que esta cidade deve o seu crescimento; muitos proprietários de terrenos construíram na praia uma série de pequenas habitações, nas quais se encontram todas as comodidades desejáveis para passar a estação da grande canícula e tomar banhos de mar. Os convalescentes aí vão se restabelecer, respirando o ar puro que penetra, sem obstáculos, pela entrada da enseada. O seu mercado é abundantemente abastecido e, ademais, têm-se a qualquer momento os recursos variados das hortas e chácaras. O verde permanente de seus arrabaldes pitorescos convida à visita e dá um objetivo agradável aos passeios a cavalo, recomendados como exercício saudável. Nos domingos e festas as reuniões são muito concorridas; a música e a dança constituem o divertimento da noite (Debret, 1972b, p. 146).

## Considerações finais

Basicamente, transformações nas escalas de valores entre parte das elites brasileiras, em contato com ideias das vanguardas de outros países, especialmente Portugal, França e Inglaterra, foi um dos fatores decisivos para o surgimento de condições para a emergência histórica do lazer desde fins do século XVIII. Desde então, sucessivos grupos se empenharam em disseminar uma economia moral que representasse o trabalho como um valor e uma virtude em si mesmo.

A realização efetiva de tais ideais, no entanto, de maneira mais ampla e abrangente, não aconteceria facilmente, tal como prescrito e desejado pelos membros dessas elites. Ao longo dos anos, inúmeras oposições e resistências seriam regularmente oferecidas a essas ambições e a esses projetos de sociedade, não obstante terem se intensificado crescentemente ao longo de todo o século XIX esforços para imposição de uma nova ordem social, que tinha no trabalho um dos seus elementos privilegiados, especialmente depois que a escravidão fora oficialmente abolida em 1888. Nesse contexto, o trabalho livre, assalariado e orientado para e pelas leis do mercado torna-se, de maneira flagrante, um problema para as elites do país. As novas condições de uma ordem social emergente, original em muitos aspectos, exigiam a fixação de valores que revertissem o significado de algumas interdições morais ao trabalho, típicas da sociedade

escravocrata. Uma nova sociedade requeria um novo trabalhador, com uma nova disciplina e uma nova mentalidade.

Com esses propósitos, o trabalho é cada vez mais visto, apreendido e apresentado como um elemento ordenador da vida em sociedade, bem como diretamente relacionado à “boa moralidade”. A ociosidade, ao mesmo tempo, é crescentemente definida como um “mal” a ser combatido na sociedade brasileira. O projeto de lei para repressão à ociosidade, de 1888, visando “reprimir a vadiagem” e “compelir a população ociosa ao trabalho honesto”, é talvez um dos melhores exemplos desse processo. Os trabalhadores, entretanto, continuariam por muito tempo ainda organizando suas atividades de forma às vezes quase totalmente alheia a esses esforços de enquadramento disciplinar. Carvoeiros, estivadores ou carroceiros desempenhariam suas funções constantemente com pausas para tomar café e cachaça no botequim, ou mesmo para jogar a dinheiro. Para esses trabalhadores, a jornada de trabalho estaria ainda “intimamente ligada aos períodos de lazer no botequim” (Chalhoub, 2001, p. 102).

(Este artigo é uma versão em português ligeiramente alterada de trabalho publicado em espanhol na revista *Educación Física y Deporte* (v. 31, n. 2, 2012), da Universidade de Antioquia, Colômbia. Sua argumentação geral é basicamente a mesma daquela apresentada na mesa-redonda sobre a produção do conhecimento em lazer e os estudos sócio-históricos, no XIII Seminário o Lazer em Debate, em Belo Horizonte, motivo pelo qual agradeço aos organizadores, pela oportunidade de sistematização de ideias sobre o assunto decorrente do convite, bem como a todos os presentes, pelos questionamentos que, por certo, forçaram novas e melhores formulações a respeito.)

## Referências

- BARROW, J. Voyage to Conchinchina in the Years 1792 and 1793. London: T. Cadell and W. Davies, 1806, cap. IV, p. 72-106. In: FRANÇA, J. M. C. *Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1531-1800)*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- BLUTEAU, R. *Vocabulário portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasílico, comico, critico, dogmatico etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, e oferecido a el-rey de Portugal D. João*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.
- BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BURKE, P. The Invention of Leisure in Early Modern Europe. *Past and Present*, n. 146, p. 136-150, Feb. 1995.
- CARVALHO FRANCO, M. S. de. As ideias estão em seu lugar. *Cadernos de Debate*, n. 1, p. 61-64, 1976.
- CARVALHO, M. P. de. *Uma ideia ilustrada de cidade: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Odisseia, 2008.
- CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- CHAMBERLAIN, H. *Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1819-1820*. Rio de Janeiro: Kosmos Erich Eichner & CIA., 1943.
- COUTO, J. V. Memória sobre as minas da capitania de Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1842 [1801].
- COUTO, J. V. Memória sobre a capitania das Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 289-320, 1848.
- DEBRET, J.-B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins/Edusp, 1972a. t. 2, v. 3.
- DEBRET, J.-B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins/Edusp, 1972b. t. 1, v. 2.
- DEL PRIORE, M. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- DIAS, C. Teorias do lazer e modernidade: problemas e definições. *Licere*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, jun. 2009.
- DIAS, C. *Epopéias em dias de prazer: história do lazer na natureza no Rio de Janeiro (1779-1838)*. Goiânia: Editora UFG, 2013.

- DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva; SESC, 1999.
- EBEL, E. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Editora Nacional, 1972.
- FLEXOR, M. H. O. Preguiça colonial. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, n. 17, fev. 2007.
- FREYRE, G. *Inglêses no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- GOODY, J. *O roubo da história: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*. São Paulo: Contexto, 2008.
- HARDWICK, J. Sex and The (Seventeenth-Century) City: a Research Note Towards a Long History of Leisure. *Leisure Studies*, v. 27, n. 4, p. 459-466, Oct. 2008.
- HOLANDA, S. B. de. A herança colonial – sua desagregação. In: HOLANDA, S. B. de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1983. t. II, v. 1.
- HOLMES, S. The Journal of Mr. Samuel Holmes. London: W. Bulmer and Co., 1978. p. 15-21. In: FRANÇA, J. M. Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2000.
- LISBOA, B. da S. *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhada de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil*. Lisboa, 1786.
- MARFANY, J.-L. Debate: The Invention of Leisure in Early Modern Europe. *Past and Present*, n. 156, Aug. 1997.
- PEREZ, L. Do lazer à festa: em questão o solo epistêmico da modernidade ocidental. *Licere*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 1-15, jun. 2009.
- SCHWARCZ, L.; BOTELHO, A. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. *Lua Nova*, São Paulo, v. 82, p. 11-16, 2011.
- SEIDER, C. *Dez anos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1951.
- SOUZA, A. M. de. *Viagens e observações de um brasileiro*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000.
- TAVOLARO, S. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 5-22, 2005.
- VASCONCELLOS DE SOUZA, L. de. Relatório do vice-rei do estado do Brasil Luiz de Vasconcellos ao entregar o governo ao seu sucessor o conde de Resende. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. XXIII, 1860.

VASCONCELOS, A. L. de B. A. Memórias sobre o estabelecimento do Império do Brasil ou novo Império Lusitano. Salvador, [s./d.]. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, v. 43-44. *Anais...* Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1931, p. 1-49.

WALSH, R. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1985. 2 v.

WOLF, E. R. *A Europa e os povos sem história*. São Paulo: Edusp, 2009.



*Rafael Fortes*

## Produção do conhecimento em lazer e o campo da Comunicação

### **Introdução**

Este texto remete às discussões realizadas no painel de debates “Lazer e Comunicação” do XIII Seminário “O Lazer em Debate” e aprofunda apontamentos anteriores (Fortes, 2011; Viana, Fortes, 2011). Para tanto, divide-se em três partes. A primeira aborda a comunicação como lazer. A segunda diz respeito ao lazer nos meios de comunicação. A seção final explora questões relativas ao texto sobre Comunicação Social na Constituição Federal e possíveis implicações para o lazer. Cada uma tem como objetivo pensar caminhos de pesquisa científica e, secundariamente, subsidiar possibilidades de intervenção.

### **Comunicação como lazer**

Não é exagero afirmar que muitas pessoas passam horas por dia em frente à televisão, ouvindo rádio, lendo jornais e revistas ou navegando na internet. Portanto, o tempo despendido para desfrutá-los, usá-los ou acompanhá-los é um indicativo tanto da penetração quanto da importância desses meios no dia a dia.

O uso e/ou consumo das mídias pode funcionar como lazer. Tomando como exemplo a televisão, isso ocorre quando se assiste a uma novela, a um *show* de um cantor (que pode ou não ter sido realizado especificamente para difusão via televisão), a um programa de auditório, à transmissão ao vivo de uma competição esportiva etc. A fruição pode estar não apenas no tipo de programa ou em seu conteúdo, mas no próprio ato de assistir. Dessa forma, um programa de culinária ou um noticiário radiofônico pode tanto ter um caráter informativo/profissional quanto lúdico para quem o acompanha.

A maior exceção é a internet, onde há mais liberdade e diversidade que nas demais mídias. Diversos autores que discutem temas como internet, cibercultura, democratização da comunicação e correlatos apontam a rede mundial de computadores como maior possibilidade de produzir, circular e compartilhar informação, conhecimento, entretenimento, cultura etc. (Castells, 2003; Enne, 2007; Lemos, 2003; Peruzzo, 2005). Não obstante, boa parte das atividades dos usuários se relaciona com as empresas e o mercado de comunicação social e/ou de telecomunicações: provedores de acesso e de e-mail; sites, programas, jogos, fontes de informação e outros produtos e serviços são vendidos, disponibilizados, ofertados e, às vezes, impostos por elas.

Outrossim, parece que o uso de dispositivos tecnológicos e/ou a navegação na internet coloca novas possibilidades de debater a questão dos limites (ou não) entre o lazer e o trabalho. Cito três situações hipotéticas.

Primeiro, um secretário de uma empresa que trabalha tendo à sua frente uma mesa sobre a qual ficam um computador *desktop*, um telefone fixo e dois aparelhos de telefonia celular, um particular e outro pago pelo empregador. Muitas tarefas executadas pelo empregado requerem o uso do computador, e algumas delas, o acesso à internet. Como a conexão com a internet é em banda larga e contínua, o funcionário divide seu tempo entre as tarefas e olhadas em portais de informação geral, navegação por sites, bate-papo com amigos e/ou colegas de trabalho, escrever e ler e-mails etc.

Segundo, uma estudante de ensino médio. Boa parte de seu tempo e atenção se divide entre o que acontece dentro da sala de aula – incluindo

os professores que se revezam à frente da turma – e o celular, por meio do qual navega na internet, manda e recebe mensagens por SMS e, principalmente, bate-papo com os amigos e amigas – alguns sentados a poucos metros de distância. Tal comportamento incomoda os professores, que ficam com a sensação de que não têm a atenção dos alunos, embora, vez ou outra, os celulares possam servir para buscar uma informação complementar para a própria aula (ou para a aluna checar algo dito pelo professor e confrontá-lo, dizendo que o que ele falou está errado).

Terceiro, um professor universitário passando uma tarde de sábado à beira da piscina. Ele usa seu *notebook* para trocar mensagens instantâneas (bate-papo) com amigos, enquanto busca e lê avidamente informações a respeito da doença recém-descoberta que acomete um parente. Em meio a tais usos, volta e meia checa a caixa de e-mails, na qual, a cada 15 ou 20 minutos, entra uma mensagem relativa a trabalho, prontamente respondida por ele.<sup>1</sup>

Onde ficam as fronteiras entre lazer e trabalho nesses casos? Onde começam e terminam os tempos do lazer e do trabalho? Quais são os espaços do lazer e do trabalho, ou seja, onde cada um se dá? Qual o papel dos dispositivos tecnológicos, tantos, tão variados (tablets, celulares, telefones fixos, computadores portáteis e de mesa etc.) e tão presentes no dia a dia? Em vez de idealizar ou demonizar os dispositivos e ferramentas, é mais profícuo pesquisar e produzir conhecimento (e crítica, se for o caso) sobre os *usos sociais concretos*. Tempo, espaço físico, usos, aparelhos: como combiná-los para pensar a relação entre lazer e trabalho?

Isso de forma alguma significa generalizar tais situações para todos os ambientes de trabalho e para todos os trabalhadores(as) brasileiros(as). O que estou sugerindo é que os usos de tais dispositivos, bem como as categorias tempo e espaço, precisam ser pensados a partir das situações concretas e dos dados empíricos (sejam eles quais forem) que o pesquisador levantar. A partir daí, talvez seja possível um uso criativo dos conceitos e teorias, tensionando-os e, simultaneamente, usando-os para iluminar e enxergar melhor o objeto.

Por outro lado, aparelhos, lugares e práticas surgidos recentemente já contam com uma série de regras e expectativas de comportamento

socialmente compartilhadas em relação aos seus usuários. Um exemplo são os telecentros e *lan houses*, locais onde se desenvolveu a pesquisa de Carvalho (2010). A autora traz contribuições relevantes para se pensar as categorias utilizadas cientificamente – e as certezas e pressupostos de determinados pesquisadores – para descrever e analisar os usos de jogos eletrônicos, ferramentas de bate-papo, e-mail, bem como os ambientes em que tais usos ocorrem.

\* \* \*

Na construção de projetos de pesquisa, uma das tipologias que se pode estabelecer é em função do tipo de mídia: impressos (jornais, revistas, fanzines, informativos etc.), rádio, cinema, televisão e internet. Há outras formas de expressão, plataformas ou aparelhos, como fotografia, jogos eletrônicos e aparelhos de telefonia celular, que também são, hoje, objeto de reflexão da Comunicação e estabelecem possibilidades de diálogo com os Estudos do Lazer.

Vale registrar que tais classificações são controversas na Comunicação e estão longe de ser consensuais. Ainda mais na atualidade, quando a interação proporcionada pelas mídias digitais leva vários autores a defenderem a existência de uma convergência tecnológica e midiática que suplantaria as tipologias e divisões. Mesmo respeitando esses pontos de vista, creio que permanecem motivos suficientes para abordar tais mídias em sua especificidade, inclusive em termos de linguagem: no caso do rádio e da televisão, por exemplo, claramente se desenvolveram linguagens específicas para transmitir jogos de futebol, produzir novelas etc. Por outro lado, no caso de temáticas como as interações provenientes dos jogos eletrônicos em rede, sem dúvida, as categorias e métodos tradicionais de pesquisa precisam ser repensados, de maneira a dar conta da complexidade e especificidade do objeto. Em linhas gerais, o mesmo se dá com os estudos relativos à internet.

No âmbito do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, orientei uma pesquisa de mestrado que exemplifica tais questões. Anjos (2013) investigou certos debates, travados na/pela internet, sobre um episódio em que o jogador de vôlei profissional Michael foi xingado pela torcida da equipe adversária. A base de dados

foi construída com: a) as reportagens publicadas em sites de jornais diários de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro; b) os comentários de leitores (internautas) presentes nessas reportagens. Para tanto, foi preciso desenvolver métodos e critérios específicos para cada site, relativos à estrutura, às reportagens, aos comentários, aos mecanismos de busca e de recuperação de dados e à própria dinâmica de disposição dos textos e comentários.

Cito este trabalho não como modelo geral de método, mas para sustentar a ideia de que a metodologia, o objeto de estudo e as questões a investigar são *construídos pelo pesquisador* – e não algo *dado* ou *pronto*, sobretudo no caso da internet, por se tratar de fenômeno relativamente novo e muito cambiante. Mais do que se preocupar em nomear métodos ou afiliar-se a autores e correntes, o crucial é que o pesquisador evidencie, para o leitor, a maneira como construiu sua base de dados, bem como a validade e pertinência das escolhas feitas e do caminho trilhado (o que inclui pistas que podem levar a eventuais discordâncias e críticas).

Ainda no que diz respeito à pesquisa que tem como objeto os meios de comunicação, considero haver três possibilidades principais:<sup>2</sup>

- a) com foco no *produto* (os veículos e programas, ou seja, o que está no ar, nas bancas e nas telas): diagramação, editorias, ênfases, discursos, montagem, edição, pauta, conteúdo, forma etc.;
- b) com foco nas *condições de produção*: a atividade profissional em si; condições de trabalho; rotinas produtivas; técnicas envolvidas; relações entre os trabalhadores; recursos tecnológicos; constrangimentos em relação à linha editorial, aos anunciantes, à censura, prazos etc.;
- c) com foco na *recepção*: os públicos e a maneira como recebem, consomem, interpretam e reinterpretam, elaboram e reelaboram, aceitam, rejeitam, criticam, idolatram os produtos de comunicação; suas ações, reações, opiniões etc.

Tais categorias não são excludentes, mas, em geral, os estudos privilegiavam um dos três aspectos na escolha do material empírico e das questões a explorar. Isso é particularmente verdadeiro no caso de pesquisas de mestrado e doutorado, tendo em vista as restrições impostas pelos

prazos para conclusão. Cada um dos caminhos de investigação pode aportar contribuições específicas para a compreensão das relações entre lazer e comunicação.

## Lazer nos meios de comunicação

Neste caso, a questão central que orienta a discussão é: que representações do lazer são construídas nos meios de comunicação? Em linhas gerais, creio que essa pergunta segue aberta, à espera de trabalhos individuais e, posteriormente, de esforços de síntese e articulações de pesquisadores que tornem possível respondê-la.

Exemplificando: nos programas da televisão brasileira, que representações são construídas sobre os fenômenos do lazer? Como tais atividades e os nela envolvidos são apresentados, classificados, mostrados? Vale lembrar que se trata de produtos tão distintos quanto telejornais, filmes, cobertura esportiva (que transita entre jornalismo e entretenimento – e, às vezes, humor e ficção), novelas e seriados, programas de auditório, programas de conteúdo educativo, publicidade etc. Se levarmos em consideração a quantidade de canais de televisão a cabo e o fato de que boa parte das produções neles veiculada é estrangeira, eis outro fator para se pensar. Além disso, quando falo em programação televisiva, estou longe de sugerir unidade: são produtos distintos do ponto de vista da forma e do conteúdo, dos objetivos dos produtores, do público efetivo, dos patrocinadores e anunciantes, da capacidade técnica dos profissionais envolvidos e dos equipamentos e recursos utilizados.<sup>3</sup>

De qualquer maneira, o importante é pensar no espaço particular que cada canal, cada programa, cada tipo de produção ocupa para informar às pessoas, estimular comportamentos, construir regimes de visibilidade e invisibilidade, pautar políticas públicas etc. No Brasil, a televisão é, provavelmente, a instância mais importante na construção da agenda pública, ou seja, daqueles assuntos que serão discutidos nas ruas, no cotidiano, por milhões de pessoas. Nesse sentido, cabe pensar, por exemplo, que implicações têm as representações construídas sobre manifestações populares entre a juventude de grandes cidades, como o funk no Rio de

Janeiro e o tecnobrega em Belém? Que construções do lazer aparecem nos filmes hollywoodianos, ampla maioria na grade de horário das emissoras de televisão aberta?

Há opções mais óbvias, como o foco em espaços específicos e regulares – cadernos, colunas, programas – dedicados à televisão, às atividades artísticas, culturais, de entretenimento, esportivas etc.

Outro caminho seria abordar as representações de lazer em espaços ficcionais (novelas, seriados, filmes). Quando, numa novela cuja trama se passa no Rio de Janeiro, alguns personagens cotidianamente jogam partidas de vôlei de praia e mergulham no mar antes de irem para o trabalho, com que valores sociais se está dialogando? Que imagem da cidade e de suas áreas e possibilidades de lazer se está construindo? De que forma essa produção ficcional dialoga com a realidade e os desejos da população brasileira, majoritariamente pertencente à classe trabalhadora? Mais ainda, como essa imagem construída da capital fluminense se relaciona com a distribuição efetiva – extremamente desigual – de espaços culturais e de lazer no território (Melo, Peres, 2005)?

Continuando: os personagens das telenovelas assistem à televisão? Veem novela? Ouvem rádio? Vão ao cinema? Praticam esporte? Frequentam os espaços de lazer de suas cidades? Usam computador para jogar, ver filmes, bater papo? Trata-se de pensar as representações do lazer dentro dos próprios programas e produtos a que as pessoas assistem primordialmente para fruição/lazer/diversão, como novela, seriado, programa de auditório, esporte, enfim, tudo que não é jornalístico/educativo, ou ao menos que não é *prioritária* ou *exclusivamente* jornalístico/educativo.<sup>4</sup> A literatura (ficção) constrói imagens do esporte, do lazer e da diversão e pode ser fonte (material empírico) para pesquisas, assim como a novela, os programas de auditório, a transmissão de futebol e a publicidade.<sup>5</sup>

Por fim, ressalto que as análises do *lazer nos meios de comunicação* e dos *meios de comunicação como lazer* não são excludentes. A presença do lazer nos meios de comunicação pode se combinar com a fruição destes como lazer. Ao assistir a um filme com o propósito de relaxar e se divertir, uma pessoa pode travar contato com representações do lazer presentes na obra assistida e nos intervalos comerciais.

## Implicações políticas: pensando a Constituição Federal

Existe, no Brasil, uma notável concentração da propriedade dos meios de comunicação, especialmente os de maior faturamento e audiência (Lima, 2006). A programação que levam ao ar está longe de refletir a diversidade cultural existente no país. De todas as celebrações, festas e danças, quantas aparecem regularmente nas emissoras de rádio e televisão? Quantos gêneros musicais, ritmos e sotaques são ouvidos e vistos nos programas transmitidos em rede para todo o território nacional? Poucos.

Reproduzo a seguir um parâmetro importante para o debate: trechos do “Capítulo V – Da Comunicação Social”, que integra o Título VIII (Da Ordem Social) da Constituição Federal de 1988.

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º - Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de Comunicação Social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º - Compete à Lei Federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º - A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso. (...)



Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

- I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
- II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
- III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;
- IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

[Art. 222.] (...) § 3º Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantirá a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais. (...)

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. (...)

O capítulo, cuja leitura integral recomendo a todos, me parece uma combinação de, pelo menos, cinco objetivos ou preocupações: a) assegurar direitos (saúde, por exemplo); b) preservar uma certa noção de *moral* (que o texto não define, mas podemos desconfiar qual seja...); c) garantir privilégios das empresas de comunicação, em especial dos concessionários de radiodifusão; d) garantir diversidade e variedade na programação; e) evitar concentração.

Desde 1988, praticamente nada foi feito em termos de criação de órgãos<sup>6</sup> com responsabilidade e meios de garantir esses dispositivos constitucionais. Além disso, ao contrário de outras leis que, desde 1989, foram produzidas para cumprir e avançar preceitos estabelecidos na Constituição, *nenhuma* foi aprovada com o objetivo de colocar em vigor os dispositivos anteriores.<sup>7</sup> As poucas relativas ao tema – como a de radiodifusão comunitária, a de direito autoral e de TV a cabo – apresentam mais problemas do que avanços. E boa parte do que havia de legislação relativa ao jornalismo, ainda que criticável – como a Lei de Imprensa, de

1967, e a lei que estabeleceu a obrigatoriedade do diploma universitário específico para o exercício da profissão, de 1969 –, foi revogada pelo Supremo Tribunal Federal.<sup>8</sup>

Contudo, meu objetivo não é discutir o conteúdo do capítulo, e sim relacioná-lo ao lazer e às perspectivas de pesquisa. No que diz respeito aos *meios de comunicação como lazer*, proponho pensar questões como: a) Quais as opções disponíveis para uso dos meios de comunicação como lazer?; b) Em que medida as emissoras/empresas oferecem variedade e diversidade? Até que ponto é possível falar de *escolha* pela população?; c) O que falta ou é excluído?

Trata-se não apenas de realizar um diagnóstico da situação existente, a partir de pesquisas acadêmicas, mas de articular tais achados com o disposto na Constituição. Por exemplo, nos incisos do art. 221 há material para pesquisas e debates a respeito da fruição dos meios de comunicação como lazer, se a pensarmos em relação a fatores como a diversidade cultural brasileira. Retomando o argumento de que ver televisão é, provavelmente, a atividade de lazer mais comum da população e que a programação das emissoras deve dar “preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas”, como fica o exercício do direito ao lazer tendo em vista a programação realmente existente? Que direitos da população expressos na letra constitucional (não apenas nos itens anteriores, sobre Comunicação) são violados cotidianamente pelas concessionárias? A pesquisa científica pode colaborar para a construção de indicadores relativos a essas questões?

Para além do que vai ao ar nas emissoras, cabe pensar na imensa – em termos de quantidade e diversidade – produção realizada pela sociedade, mas sem espaço nesses meios. Partidos políticos, movimentos sociais, universidades, coletivos artísticos, indivíduos, produtoras, sindicatos, grupos e outros elaboram obras com finalidade “educativa, artística, cultural e informativa”, cuja divulgação fica restrita aos meios de difusão dos próprios produtores – ou, no máximo, à veiculação (distribuição) na internet. Mesmo a produção dos poderes do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário) nas esferas federal, estadual e municipal encontra

poucas possibilidades de difusão além dos canais e veículos próprios. Uma rara e importante exceção é a *Voz do Brasil*. No caso dos partidos, há o horário eleitoral obrigatório. Não por acaso, as emissoras de rádio e televisão travam luta ferrenha para acabar com ambos.

Soma-se à finalidade o caráter nacional e, frequentemente, regional e independente dessa produção, tanto do ponto de vista de quem são os realizadores, quanto dos valores culturais que promove. Ou seja, os incisos II e III também apontam para a necessidade e prioridade de sua divulgação. Contudo, o grosso da programação das principais cadeias de rádio e TV é transmitida em rede para todo o país, a partir da sede no Rio de Janeiro ou em São Paulo. No máximo, o que se tem de programação local ocupa poucas horas e é veiculado apenas para o próprio estado (ou região dentro do estado). Já os programas anunciados como “independentes”, na verdade, são produções de outras empresas que ocupam horário alugado. Ou seja, o vínculo se estabelece em termos econômicos, pois a emissora subloca horário na grade de programação (prática discutível, se não ilegal).

No que diz respeito à segunda vertente, *lazer nos meios de comunicação*, novo feixe de questões: a) Que visões de lazer predominam nos meios de comunicação?; b) Que elementos recebem destaque positivo?; c) Que aspectos são ressaltados negativamente? Que aspectos são ignorados ou silenciados?

A resposta ampla e completa a tais perguntas requereria longas e minuciosas pesquisas, ou a compilação de investigações de caráter monográfico. Tais estudos, se e quando realizados, podem proporcionar um panorama variado em termos de veículos de comunicação, cidades/estados, enfoques do lazer, atividades de lazer representadas nas diversas mídias etc. Do ponto de vista institucional, essas investigações cabem claramente em programas de pós-graduação em Lazer e em Comunicação. Dependendo do olhar, do recorte, das questões e escolhas teóricas e do objeto empírico, é possível a inserção em áreas como Antropologia, Ciência Política, Direito (inclusive direitos humanos), Economia, Educação Física, História, Psicologia e Sociologia.

## Notas

- <sup>1</sup> O ritmo de trabalho dos pesquisadores e pesquisadoras brasileiros é uma das reflexões presentes em Goldenberg (2008). Agradeço a Victor Melo por chamar minha atenção para este livro.
- <sup>2</sup> À parte pesquisas que se debruçam sobre material empírico como legislação, debates no Legislativo, processos e decisões judiciais, manuais de redação de empresas jornalísticas etc., além de ensaios e esforços de elaboração teórica. A terceira parte do texto dialoga com algumas dessas possibilidades.
- <sup>3</sup> Do ponto de vista político e da exclusão de alguns temas e questões, considero que há certa homogeneidade, ao menos nas principais emissoras de televisão aberta e de rádio.
- <sup>4</sup> Conforme dito no início, o conteúdo e o formato são elementos importantes, mas não definem, por si, a pertinência de se realizar uma análise que destaque o lazer.
- <sup>5</sup> No caso específico da história do esporte, participei da elaboração de uma obra cuja segunda parte explora quatro tipologias de fontes que podem ser trabalhadas e analisadas: meios de comunicação, obras de arte, depoimentos orais e arquivos (Melo *et al.*, 2013).
- <sup>6</sup> O serviço de radiodifusão – emissoras de televisão aberta e de rádio – é, provavelmente, o único tipo de concessão pública no Brasil que sequer conta com agência ou órgão regulador.
- <sup>7</sup> O pouco que se avançou foi por meio de portarias ministeriais, com destaque para os ministérios da Saúde e da Justiça.
- <sup>8</sup> No caso da obrigatoriedade do diploma, uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 33/2009) para restabelecê-la foi aprovada em segunda votação no Senado no segundo semestre de 2012 e seguiu para tramitação na Câmara dos Deputados.

## Referências

ANJOS, L. A. dos. *Quando o silêncio é rompido: homossexualidades e esportes na internet*. Dissertação (Mestrado em Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CARVALHO, O. B. de M. *“Jogar, encontrar os amigos ou espalhar o currículo por aí”: uma etnografia na lan house e no telecentro*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, ago. 2010. p. 26-63. Disponível em: <[http://www.bdt.d.ndc.uff.br/tde\\_arquivos/28/TDE-2011-04-14T140051Z-2832/Publico/Olivia%20Carvalho-Dissert.pdf](http://www.bdt.d.ndc.uff.br/tde_arquivos/28/TDE-2011-04-14T140051Z-2832/Publico/Olivia%20Carvalho-Dissert.pdf)>. Acesso em: 8 mar. 2013.

CASTELLS, M. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, D. de (Org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 255-287.

ENNE, A. L. S. "O jornalismo está morto, viva o jornalismo!": reflexões sobre usos e práticas de comunicação. *Contracampo*, Niterói, v. 16, p. 71-92, 2007.

FORTES, R. Lazer e meios de comunicação. In: ISAYAMA, H. F.; SILVA, S. R. da (Org.). *Estudos do lazer: um panorama*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 51-63.

GOLDENBERG, M. *Noites de insônia: cartas de uma antropóloga a um jovem pesquisador*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

LEMOS, A. Cibercultura: alguns pontos para compreender a nossa época. In: LEMOS, A.; CUNHA, P. (Org.). *Olhares sobre a cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2003. p. 11-23.

LIMA, V. A. de. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MELO, V. A. de; PERES, F. de F. A cidade e o lazer: as desigualdades na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador que oriente as ações em políticas públicas. *Movimento*, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 127-151, set.-dez. 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/download/2886/1500>>. Acesso em: 9 nov. 2012.

MELO, V. A. de et al. *História do esporte: metodologia e fontes*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

PERUZZO, C. M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, ano 2, n. 3, p. 18-41, jul.-dez. 2005. Disponível em: <<http://www.alaic.net/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/145/166>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

VIANA, J. A.; FORTES, R. Do lazer e da comunicação: relações em campo(s). *Licere*, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 1-26, set. 2011. Disponível em: <[http://www.anima.eefd.ufjf.br/licere/pdf/licereV14N03\\_ar2.pdf](http://www.anima.eefd.ufjf.br/licere/pdf/licereV14N03_ar2.pdf)>. Acesso em: 22 fev. 2013.

*Mirleide Chaar Bahia*

Lazer e relações

socioambientais

Limites e possibilidades

## **Introdução**

A vida moderna ao mesmo tempo que une os indivíduos para a produção passa a amontoá-los em fábricas, em grandes empresas e/ou em serviços informais nas ruas (legalizados ou não), onde a funcionalidade imediata constitui a maior preocupação, provocando o distanciamento de si mesmo, do contato com o outro e com a natureza, tendo em sua vida um controle social que os pressiona a estabelecerem como valor ético e moral o “ser produtivo”. Isso também acaba por resultar numa transferência desse valor produtivo para todas as esferas de sua vida.

Muitas vezes, o trabalho passa a exercer certa centralidade na vida das pessoas e, como forma de controle e exploração exercidos por este, subordina o lazer – vivenciado no tempo livre das mesmas – à necessidade de consumir o excesso da produção das indústrias (Bahia, 2012).

Assim, as relações de poder entre os sujeitos que fazem sustentar as políticas e as ações na área do lazer, muitas vezes, são impregnadas pela oferta de “diversões” diretamente vinculadas aos mecanismos de apropriação de bens materiais, como forma de produto cultural e, geralmente, são ofertadas pela denominada “indústria cultural”, representada pela indústria do esporte, do turismo e do entretenimento.

Esses produtos da indústria cultural, de forma geral, acabam por imprimir uma lógica de desenvolvimento desenfreado e de consumo exacerbado, fazendo com que alguns indivíduos adotem e reproduzam os mesmos padrões de comportamento, tanto no trabalho quanto em seus momentos de lazer, apesar de existirem possibilidades de se fazer outras escolhas.

Além disso, nas novas configurações das cidades, percebe-se que a partir das transformações urbanas novas dinâmicas que regem o espaço destas sofrem certos rompimentos das relações ser humano-natureza, desencadeados pelo crescimento urbano e pelo crescente “estrangulamento” de áreas verdes destinadas ao lazer, antes presentes no cotidiano das pessoas e da cidade.

Nesse sentido, as relações socioambientais também passam a sofrer intensas modificações, gerando preocupações quanto ao modelo produtivo que lhes dá sustentação, ocasionando significativos problemas à vida das pessoas, por uma lógica cada vez mais insustentável.

Diante desse panorama, ao compreender o lazer como constituinte de uma estrutura complexa da vida social, torna-se relevante tratar dessa temática, buscando descortinar as nuances relativas ao seu desenvolvimento e às suas vivências, tendo em vista que novos estudos podem oferecer elementos significativos para a compreensão do lazer, das relações socioambientais e possibilidades de superação de limites.

## **Consumo, mercantilização, lazer e “insustentabilidade”**

O novo modelo socioeconômico, surgido a partir da Revolução Industrial, provocou mudanças significativas nos lugares sociais das cidades, num processo contínuo de transformação e degradação ambiental, resultado da urbanização desordenada e do desenvolvimento industrial, da produtividade de bens materiais e do crescimento demográfico, trazendo, a reboque, consequências ambientais graves, desrespeitando os elementos naturais e a dinâmica do meio ambiente urbano (Bahia, 2012).

Enquanto esses aspectos do processo de industrialização e de urbanização continuam em andamento, as grandes cidades crescem e explodem, dando lugar à segregação de grande parte da população e ao aparecimento de subúrbios, de favelas, de conjuntos residenciais ou complexos industriais e de pequenos aglomerados satélites.

Nas metrópoles, em sua grande maioria, as políticas públicas urbanas são incapazes de garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e do “direito à cidade” (Lefèbvre, 2001), com a plena garantia do bem-estar dos cidadãos e da vivência de direitos básicos como educação, saúde, saneamento, moradia, lazer e de condições socioambientais adequadas, mesmo esses direitos estando garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Na renovada sociedade do consumo, isto é, na sociedade involucral ou na própria sociedade do desperdício (Mészáros, 2002), passa-se a consumir artificialmente, e em enorme velocidade, uma grande quantidade de mercadorias, muitas das quais anteriormente consideradas como bens duráveis, agora são enviadas prematuramente, e em grande quantidade, muito antes do término de sua vida útil, à indústria do lixo e da reciclagem.

Não obstante o prejuízo e a ação degradante que causam, com implicações irreversíveis para a sustentabilidade das relações ser humano-natureza, o desperdício e o consumo exacerbado revelam-se, hoje, como necessidade imperativa para a reprodução ampliada do capital.

Atualmente, expansão de shoppings e parques temáticos segue a lógica da globalização e da mercantilização de muitas coisas, dos centros dinâmicos internacionalizando-se para a periferia, seguindo as premissas do desenvolvimento desigual do capitalismo.

Em grande parte, as práticas de lazer vêm sendo ressignificadas, incorporadas e metamorfoseadas pela sociedade administrada, utilizando-se a concepção de Marcuse (1967), na qual os comportamentos, também no lazer, convergem para valores como o formalismo, o anonimato, a impessoalidade e o individualismo.

Na sociedade administrada unidimensional ou industrial, a produção de diversões traz consigo atitudes e hábitos prescritos, os chamados



“estilos de vida”. Surge, assim, uma padronização de pensamentos e comportamentos constantemente redefinidos pelo sistema metabólico, estruturado pelo capital.

(...) sociedade administrada, que passou a ter o controle tecnológico de todas as classes sociais, como se fosse a própria personificação da Razão para o bem de todos os grupos e interesses pessoais – a tal ponto que toda contradição parece irracional e toda ação contrária parece impossível. Não é, portanto, de admirar que (...) os controles sociais tenham sido introjetados a ponto de até o protesto individual ser afetado em suas raízes (Marcuse, 1967, p. 47-48).

Apenas é dada importância ao que é produtivo e gerador de “bens de consumo” ou mercadorias, não se questionando em que medida essa “produtividade” – valor supremo – anula a expressão do ser humano, resultando, como analisa Marcellino (1983), numa sociedade pautada em valores imediatistas e utilitaristas.

Nesse tipo de sociedade – em que são ditadas regras para o uso do tempo livre dedicado ao lazer –, as condições de insegurança nas cidades, a falta de oportunidade para vivenciar o lazer numa lógica contrária à do consumo e a falta de políticas públicas específicas de lazer resultam no sentimento dos indivíduos – principalmente os de menor poder aquisitivo – de se encontrarem obrigados a viver esse tempo dentro de suas casas, consumindo os produtos da mídia televisiva.

Dentro de nossos lares a televisão se torna um equipamento quase obrigatório (configurando-se naquilo que Martin-Barbero, 2006, denominou de *domesticidade televisiva* – pela sua ampla inserção no ambiente doméstico este veículo midiático tem uma grande capacidade de produzir significados através de suas mensagens, imagens e sons), e sua utilização faz com que o lazer seja uma forma de “restauração em dobro” da força de trabalho, ou seja, se o lazer serve como recuperação psicossociológica, não fazer nada (nem praticar esporte como forma de diversão e prazer), apenas assistir qualquer programa que seja (inclusive esportivos), seria uma forma mais poderosa ainda de recuperação para o trabalho. Isso sem contar o baixo esforço intelectual, pois a *indústria cultural*

não permite uma abertura para mediar nada, já que tudo é imediato (Mezzaroba, 2009, p. 7-8).

Percebe-se, portanto, que vários são os reflexos que a vida em grandes centros urbanos capitalistas vem causando aos indivíduos e em suas relações socioambientais, fazendo com que estes estabeleçam relações fugazes, baseadas no individualismo e na competitividade, fruto de um sistema de valores criados nas sociedades urbano-industriais.

A necessidade de se consolidar ações em busca de uma melhoria nas relações socioambientais da sociedade deve pautar-se em preceitos que possam viabilizar condições concretas de melhor qualidade de vida da população como, por exemplo, ter acesso a serviços básicos (transporte coletivo, educação, saúde, entre outros); ter acesso à educação para hábitos sustentáveis (consumo consciente, redução da produção de resíduos de lixo, separação do lixo, reciclagem); ter acesso a uma cidade que possui uma quantidade significativa de áreas verdes públicas, para serem utilizadas nos momentos de lazer das pessoas, entre outros aspectos.

### **A natureza na cidade: áreas verdes públicas urbanas e possibilidades de qualificação das relações socioambientais**

Percebe-se que, no decorrer da história, inicialmente houve uma necessidade de dominação da natureza, resultando numa ruptura entre ser humano-natureza e em um afastamento de áreas naturais.

Posteriormente, houve uma reaproximação, um reencontro com esta e a realização de viagens às praias, aos bosques, aos parques, aos jardins botânicos, às montanhas e às ilhas. Como explica Diegues (2000, p. 24), “no início do século XIX, as ilhas são procuradas como locais naturais onde se manifestam os fenômenos da natureza, onde se procura isolamento e contemplação”.

Entretanto, este não foi apenas um reencontro físico, foi também o surgimento de uma concepção de um novo ideário, onde se localiza o

cerne do debate sobre o início do movimento ambientalista, caracterizando a ideia de preservação de áreas naturais, com as visões ecocêntrica (o homem inserido no mundo como qualquer ser vivo) e antropocêntrica (onde há dicotomia entre homem e natureza, com o primeiro se considerando com direito e posse sobre a segunda), e também o início do debate sobre sustentabilidade (Diegues, 2000).

De acordo com Bahia (2012), a necessidade premente de criação de áreas específicas de preservação do verde se caracteriza, prioritariamente, por um movimento vindo das elites, que se deslocam para a cidade e que sentem falta dessa relação mais próxima com a natureza, pelo movimento de afastamento e de ruptura que se deu.

Os jardins e os parques públicos, a partir da urbanização europeia, ganham popularidade entre os ricos e adquirem uma dimensão e um envolvimento estético, mitológico e espiritual com a natureza. De acordo com Thomas (1988, p. 281), seria uma concepção de “Paraíso” enraizada na tradição grega, romana e oriental, como “um belo trecho de terra, enfeitado com água, flores e árvores (...), lugar de devancio espiritual, lembrança ao mesmo tempo do Éden e da agonia de Cristo em *Getsêmane*”.

A história dessas áreas foi uma história burguesa, com o aparecimento de um novo “gosto” pela natureza selvagem, surgindo principalmente com o advento dos melhoramentos na estrutura que dava suporte a essas atividades (comunicação, transporte, infraestrutura de estradas, turismo, entre outras), como Thomas (1988, p. 310) retrata em algumas passagens de seu estudo: “tornaram as montanhas mais acessíveis aos moradores das cidades e um pouco menos perigosas de escalar (...) subia o número de estradas de pedágio. Melhores vias, melhores cavalos, mais mapas e postes de sinalização tanto explicam quanto refletem o crescimento do turismo.”

Com a institucionalização dessas áreas verdes, fica nítida uma diferenciação na forma de concebê-las, com a criação de normas e regras de condutas antes não existentes. Quando tais áreas não eram institucionalizadas, tinham outros significados para a população; eram conhecidas como matas, matagais e quintais, onde se podia caçar, pescar e usufruir o espaço, sem a adoção de regras de condutas e sem os jogos sociais das elites.

Atualmente, a importância da existência de áreas verdes, tanto para a manutenção da qualidade urbana, quanto para a possibilidade de vivência do lazer, surge como um discurso unânime entre os diversos atores sociais, demonstrando que há um consenso na compreensão de que a caracterização do urbano vem continuamente excluindo as paisagens naturais, e que, muitas vezes, as situa como contradição à paisagem urbana. Este é um dos fatores que dificultam o processo de educação para a sustentabilidade e a possibilidade de usufruto do lazer como forma de valorização e mediação das relações socioambientais.

Nas metrópoles, muitas áreas verdes passam a se tornar alvo da especulação imobiliária, exatamente por não demonstrarem o real sentido e significado de sua importância na cidade, já que são reduzidas e visualizadas como “matas” que atrapalham o desenvolvimento e o crescimento urbano.

Em estudos de Bahia (2012), fica evidente que, nas áreas verdes públicas urbanas, onde existe a permissão para usufruto da população, programas e projetos do poder público e intervenção de animadores socio-culturais com ações de lazer a população participa com bastante interesse e reconhece a importância das mesmas para a qualificação das vivências e uma melhor conscientização acerca das relações com a natureza.

As Áreas Verdes Públicas Urbanas (AVPU) podem ser definidas como um tipo de espaço livre, de apropriação pública por excelência, geralmente gerenciadas pelo poder público, localizadas em áreas urbanas ao ar livre (se contrapondo às áreas edificadas), onde há predominância de vegetação arbórea e solo com pouca ou nenhuma impermeabilização. Estas possuem configurações ecológicas, estéticas e de lazer e são destinadas ao uso público da população da cidade para descanso, passeio e práticas corporais diversificadas, com diferentes graus de acessibilidade e de apropriação, sendo algumas mais livres e outras com certo controle de uso. Englobam praças arborizadas, jardins públicos, parques urbanos, unidades de conservação de proteção integral, hortos urbanos, jardins botânicos, jardins zoológicos, áreas com arborização urbana (canteiros centrais de avenidas, trevos de vias públicas e rotatórias de vias públicas que exercem apenas funções estéticas e ecológicas) e faixas de ligação entre áreas verdes (Bahia, 2012).

Apesar de, muitas vezes, alguns usuários de lazer dessas áreas ainda pautarem as suas vivências em lógicas consumistas, traduzidas no “uso” da natureza, ao observar as vivências de muitos outros usuários, percebe-se que estas concretizam outro tipo de relação mais integrada com a natureza e, com isso, são estas que possibilitam uma relação socioambiental mais positiva desse homem cidadão. Esse usuário estabelece uma relação de cidadão com esse espaço, para utilizar a concepção de Santos (2009), ou seja, mantém uma relação mais profunda, pois vive, produz e reproduz esse espaço.

Outro aspecto importante e essencial, para uma maior qualidade nas vivências de lazer nessas áreas, refere-se também ao grau de intervenção participativa dos vários atores nos processos decisórios, pois os gestores e os animadores que atuam nas áreas verdes devem planejar seus programas, projetos e ações, a partir de conhecimentos técnicos, mas também devem abrir canais de participação da população para atender às demandas dos usuários.

É por meio da participação comunitária que, muitas vezes, a população que frequenta essas áreas cria um sentimento de pertencimento, com significativo envolvimento nas ações e uma participação efetiva na contribuição ao cuidado pelo lugar, por se sentir partícipe dos processos decisórios e ter a sensação de ser ouvida e/ou atendida em suas demandas, principalmente as referentes às suas possibilidades de vivências de lazer naquela área (Bahia, 2012).

Vale ressaltar que a formação do profissional do lazer, aqui denominado de animador sociocultural,<sup>1</sup> requer um acúmulo de conhecimentos abrangentes e deve estar pautada no compromisso pedagógico de aprofundamento teórico-prático; de engajamento político na sociedade; de sensibilidade para valorizar e respeitar os diferentes olhares sobre a realidade; de compreensão mínima das diversas manifestações/linguagens culturais como estratégia e objetivo de intervenção, entre outros compromissos.

Em síntese, deve preocupar-se em formar sujeitos que:

(...) questionem a realidade, que perguntem pelo sentido de seu exercício profissional, que assumam uma atitude reflexiva face aos processos sociais e às contradições de nosso meio, fazendo do lazer não um mero produto a ser consumido, mas uma possibilidade lúdica, crítica, criativa e significativa a ser vivenciada com autonomia e muita responsabilidade (...) os sujeitos têm de ser *atores sociais*, capazes de refletir sobre os limites e as possibilidades da situação na qual se encontram; analisar as contradições; identificar horizontes de manobras; suportar determinados conflitos e incertezas; correr riscos (Werneck, 1998, p. 7).

Considerando-se esses aspectos, ao assumir um papel educativo para além de práticas relacionadas aos padrões de consumo, o lazer pode ser um dos elementos capazes de contribuir para certa inversão dessa lógica.

Mas, para que isso ocorra, é preciso compreendê-lo, não como um instrumento de dominação e de alienação, que impede a visão crítica das pessoas e camufla a realidade e os conflitos sociais existentes na sociedade, e sim como uma perspectiva de outras vivências modificadoras de valores, de atitudes e de exercício de liberdade, podendo suscitar uma *práxis* conectada com relações socioambientais mais qualificadas, podendo funcionar como um “repensar” da vida na cidade e sinalizar elementos para o direito à cidade e à natureza (Bahia, 2012).

## Considerações finais

Atualmente, há uma valorização do lazer como uma instância importante e necessária na vida do homem moderno, surgindo assim toda uma organização social, também alicerçada em termos legais, para a criação de políticas que possam garantir esse direito, até se chegar a uma institucionalização do lazer – com a criação de instituições federais, estaduais e municipais responsáveis por suas políticas –, passando este a fazer parte da vida societal moderna dos indivíduos. E essa configuração atual do lazer é extremamente relacionada com o urbano.

As vivências de lazer representam o homem moderno na cidade, e de uma forma diferente de como acontecia em séculos passados, antes

do processo de industrialização e urbanização, quando elas eram vividas cotidianamente sem rupturas entre tempo de trabalho-tempo de lazer.

Essa ruptura se dá quando se rompem também os locais dessas vivências de lazer, e esses locais específicos são representados por espaços que possam proporcioná-las e, também, possam proporcionar uma relação mais próxima com a natureza, porque nesse processo também se rompe uma vida quase unificada entre homem e natureza. Com isso, institucionalizam-se espaços específicos, os quais possam propiciar um movimento de reaproximação com a natureza.

Também há o reconhecimento da existência do lazer institucionalizado, já que na sociedade moderna o espaço e o tempo nas grandes metrópoles passam a adquirir esse caráter, ou seja, agora há um espaço (como, por exemplo, as AVPU) e um tempo específico para se desfrutar das experiências de lazer. Entretanto, também fica evidente que o cidadão vivencia o lazer como prática livre e como necessidade humana, muitas vezes utilizando-se deste como intermediador de suas relações com a natureza.

A vivência do lazer, muitas vezes, independe da existência de uma intervenção direta do poder público, entretanto, na cidade repartida, o lazer acaba por funcionar por meio da institucionalização, e as políticas públicas se transformam em elementos importantes para se viabilizar formas de educação para uma vivência de lazer mais qualificada. Para garantir a acessibilidade da população a uma maior gama de vivências de lazer, há a necessidade de se potencializar as ações individuais, com certas garantias na cidade.

Dessa forma, as políticas públicas devem assumir o papel de produzir maiores oportunidades, criando, facilitando o acesso e democratizando espaços e equipamentos públicos de lazer na cidade. Possivelmente, serão esses espaços e equipamentos que poderão vir a qualificar a diversidade de tais experiências.

Ao mesmo tempo, algumas dessas vivências precisam ser orientadas por animadores socioculturais para qualificar a experiência e melhorar a resolução da contradição cidade-natureza que se estabeleceu atualmente no urbano.

Considera-se, portanto, que as vivências de lazer em áreas verdes públicas urbanas podem possibilitar comportamentos de contestação do *status quo*, de mudanças de atitudes cotidianas, de configurações de emancipação humana e de transformação de alguns desses valores, minimizando a ruptura ser humano-natureza.

As áreas verdes públicas urbanas possuem fundamental importância para a dinâmica de uma cidade, pois se transformam num *locus* de representação de um espaço verde “conservado e preservado” dentro da dinâmica urbana, podendo caracterizar-se como elementos mediadores de uma vivência humana mais aproximada à melhor qualidade de vida, transformando-se em espaços destinados à vivência do lazer, ao contato com a natureza, a momentos de sociabilidade, a momentos de introspecção e sensibilização sobre a importância de tais espaços, para a dinâmica das *urbes* e da vida dos cidadãos.

Com vistas a possibilitar melhores resultados na resolução dos problemas das cidades – como, por exemplo, a garantia do direito à vivência do lazer – e viabilizar políticas de ordenamento do espaço, políticas de criação e manutenção de espaços, políticas de uso, políticas de animação sociocultural, aponta-se um caminho concreto de articulação, por meio da intersectorialidade, entendendo-a como uma articulação de saberes e experiências no planejamento, na realização e na avaliação de ações, buscando alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social.

## Nota

- <sup>1</sup> Os objetivos da animação sociocultural são: “promover uma compreensão das pessoas em relação a si próprias e ao mundo que as cerca; buscar maior participação de todos nas questões sociais mais amplas, por meio da busca de soluções coletivas, sempre renovadas, para os problemas de sua comunidade; e, também, possibilitar preparação para o empreendimento de mudanças na sociedade, gerando um pensar constante sobre o papel dos sujeitos nesse sentido” (Isayama, 2002, p. 110)



## Referências

BAHIA, M. C. *O lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2000.

ISAYAMA, H. F. *Recreação e lazer como integrantes de currículos dos cursos de graduação em Educação Física*. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP, 2002.

LEFÈBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e humanização*. Campinas: Papyrus, 1983.

MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas, SP: Unicamp; São Paulo: Boitempo, 2002.

MEZZAROBÀ, C. Esporte e lazer na perspectiva da indústria cultural: aproximações preliminares. *Esporte e Sociedade*, v. 4, n. 11, mar./jul. 2009.

OSORIO, E. La recreación en Colombia: Um campo en construcción. In: GOMES, C. L. et al. (Org.). *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latino-América*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 217-252.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WERNECK, C. L. G. A formação profissional no lazer em nossa moderna sociedade: repensando os limites, os horizontes e os desafios para a área. *Licere*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 47-65, set. 1998.

*Simone Rechia*

*Aline Tschoke*

## Espaços e equipamentos de lazer nas cidades brasileiras

O que a produção científica  
aponta sobre essa realidade?

### **Introdução**

Nos últimos anos, o campo da Educação Física ampliou de maneira significativa o conhecimento científico produzido no Brasil, desafiando a perspectiva disciplinar tradicionalmente adotada nessa área. Para Damiani e Silva (2005), as pesquisas em Educação Física e as indicações teórico-metodológicas delas decorrentes vêm sendo estruturadas, basicamente, a partir das Ciências Biomédicas e dos parâmetros tradicionais de ciência. Dessa forma, segundo as autoras, evidencia-se o predomínio do conhecimento da área biológica, ou ainda do olhar sustentado nos saberes técnicos do esporte tradicional, os quais têm o rendimento e a performance como base. Essas perspectivas teórico-metodológicas predominantes deixam de indagar onde, como e por que essas experiências são realizadas no meio urbano, reduzindo sua compreensão ao nível biológico, entendendo-as somente como “atividade física” que se realiza, isto é, analisando esse objeto somente a partir do prisma da eficiência motora e/ou do aspecto biomecânico ou do gasto energético, desconsiderando os aspectos subjetivos envolvidos e sua condição de

produto e processo cultural, muitas vezes vivenciado no tempo e espaço do lazer, intercambiado com o trabalho nos grandes centros urbanos.

Para Damiani e Silva (2005) é só na década de 1980 que podemos localizar o início da interlocução com os conhecimentos oriundos das Ciências Humanas e Sociais, da Arte, da Filosofia e dos saberes populares. É nesse período que se inicia no país, de forma mais consciente e sistemática, através de uma perspectiva mais crítica, uma trajetória complementar, porém diferenciada, de investigações no âmbito da Educação Física e das Ciências do Esporte.

Diante dessa problemática, entendemos que a produção de conhecimento no campo da Educação Física se realiza ainda, em muitas pesquisas, orientada por uma visão fragmentada do conhecimento. Portanto, é um desafio central na Educação Física avançar sobre os estudos e as pesquisas do fenômeno lazer no sentido da integração dos saberes sobre esse objeto.

Nesse contexto partimos do pressuposto de que os estudos sobre as experiências no âmbito do lazer, compreendidas como condição e processo cultural, com uma orientação teórico-metodológica diferenciada da perspectiva tradicional, podem subsidiar pesquisas inovadoras, possibilitando interessantes problematizações interdisciplinares que priorizem a conexão lazer e cidade.

Dessa maneira, o tema lazer e a sua relação com os espaços e equipamentos públicos nas cidades não pode ser tratado de forma disciplinar, pois, além de não poder ser apreendido por uma única disciplina específica, uma abordagem parcial não é suficiente para contribuir com o avanço do conhecimento produzido sobre as cidades. Recentemente, várias disciplinas vêm articulando suas perspectivas de análise para tentar compreender essa realidade emergente e complexa, influenciando e sendo influenciadas pela cultura de determinadas sociedades. Portanto, acreditamos que pesquisas interdisciplinares poderão gerar aproximação entre diferentes áreas do conhecimento e, conseqüentemente, respostas à complexidade do universo dos espaços públicos de lazer no meio urbano.

A intenção neste artigo é localizar quais são os estudos e as pesquisas sobre espaços e equipamentos de lazer nas cidades, divulgados em bancos

de dados institucionais ligados aos programas de pós-graduação em Educação Física e/ou Lazer, discutindo alguns de seus principais resultados.

Optamos em investigar a produção do conhecimento sobre esse tema, contemplando tanto pesquisas que trazem dados mais objetivos, ou seja, de cunho mais quantitativo, as quais nos permitem compreender uma importante faceta da sociedade, quanto pesquisas mais qualitativas, que possibilitam que esses dados sejam recolocados no contexto social que lhes dá origem, oportunizando uma compreensão mais apurada do fenômeno.

Desse modo, tem-se como objetivos específicos deste texto: mapear os programas de pós-graduação em Educação Física e Lazer; identificar a produção do conhecimento no que tange à temática e seus principais resultados; discutir, especificamente, os estudos do Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade/ Universidade Federal do Paraná (GEPLEC/ UFPR).

## **Pesquisas relacionadas aos espaços e equipamentos de lazer: alguns resultados**

Para compreendermos o fenômeno do espaço de lazer e suas múltiplas facetas, faz-se necessário analisarmos, segundo Gomes (2011, p. 121), “sua relação íntima com os processos históricos, sociais, políticos, trabalhistas, pedagógicos, econômicos, temporais, espaciais, ambientais, simbólicos, entre outros”. Para tanto, a produção científica deve estar atenta às problemáticas citadas, ampliando as análises e aprofundando os estudos e pesquisas. Entretanto, segundo a autora, verifica-se que a pesquisa e a produção de conhecimentos sobre lazer na América Latina está ainda centrada

(...) no empirismo e na dimensão técnica da recreação em detrimento de fundamentos sociais, históricos, políticos e culturais, entre outros. Em geral, esses aspectos vêm sendo sistematizados no campo de estudos acadêmicos sobre o lazer – que é tratado como mais abrangente do que a recreação, seja no Brasil ou em outros países do mundo. Muitas vezes, destaca-se a importância

de se repensar criticamente estes aspectos, pois, os problemas sociais, políticos e econômicos que marcam a região latino-americana precisam ser enfrentados de modo urgente ao invés de serem simplesmente disfarçados ou amenizados por programas recreativos (Gomes, 2011, p. 122).

Nesse contexto, nosso objetivo foi investigar os programas brasileiros de pós-graduação que oferecem mestrado e doutorado, cadastrados no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no item dos cursos recomendados e reconhecidos, buscando identificar quantos e quais são os programas da área da Educação Física e/ou Lazer que contemplavam, na produção científica, análises complementares e mais abrangentes sobre esse fenômeno, e, especificamente, sobre os espaços e equipamentos que facilitam ou dificultam que tais experiências sejam vivenciadas no meio urbano. Diante desse critério, foram primeiramente encontrados nove programas de Educação Física e um de Lazer. Em seguida, realizou-se uma pesquisa nas bibliotecas digitais dos respectivos programas, com intuito de analisar os resumos das publicações que contemplassem tais discussões. A intenção foi analisar os estudos dos últimos 10 anos. Assim, optou-se pela pesquisa de teses e dissertações publicadas entre os anos 2003-2013.

É importante destacar a escassez de estudos com o tema dos espaços e equipamentos de lazer. No programa de pós-graduação da Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, dos 244 estudos realizados, apenas um trabalho foi selecionado. Essa pesquisa foi publicada em 2006 e tratou a rua como um espaço para dinamização de práticas corporais, focando o futebol como meio de sociabilidade (Tokuyochi, 2006). A metodologia utilizada seguiu o viés qualitativo, a partir de elementos etnográficos, propostos pelas Ciências Sociais, com observações, entrevistas e conversas informais. Observa-se uma ênfase na categoria de análise, proposta por Magnani (2002) intitulada *pedaço*.<sup>1</sup> Nesse estudo o autor nos mostra como a rua, um ambiente público com o objetivo de promover o ir e vir, pode também ser um espaço utilizado pelas pessoas em seu tempo disponível ao lazer.

Outro programa de pós-graduação analisado foi o da Universidade São Judas Tadeu, localizada no estado de São Paulo, em cuja biblioteca

virtual (<http://biblioteca.usjt.br/pergamum/biblioteca/index.php>) estavam disponíveis apenas dissertações defendidas entre 2005 e 2009, que totalizaram 71 estudos. Destes, nenhum contemplava, no resumo, o tema espaços e equipamentos de lazer.

Dentro do Programa Associado entre a Universidade Estadual de Londrina e a Universidade Estadual de Maringá (UEL/UEM), no banco de defesas da UEL estavam disponíveis estudos entre 2007 e 2012, totalizando 45 pesquisas, mas, novamente, nenhuma que contemplasse a temática de espaços e equipamentos de lazer. No banco da UEM foram disponibilizadas defesas de 2008, 2012 e 2013, nas quais estão disponíveis 10 estudos, porém nenhuma das publicações entrou na presente análise, pelo fato de abordarem outras temáticas da Educação Física e do Lazer.

Sobre o Programa Associado da Universidade de Pernambuco/Universidade Federal da Paraíba (UPE/UFPB), a biblioteca digital ainda não se encontrava disponível no site do programa.

Já na biblioteca digital do Programa de Pós-Graduação em Lazer, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apenas dissertações publicadas entre 2008 e 2011 estavam disponíveis. A ausência de teses se dá pelo fato de o doutorado ter se iniciado apenas no ano de 2012, motivo pelo qual nenhuma tese foi defendida ainda. Com isso, foram encontradas 28 defesas de mestrado. Destas, duas contemplaram a discussão sobre espaços e equipamentos de lazer.

O primeiro estudo selecionado (Silveira, 2010) analisou como a cidade de Belo Horizonte planejou os espaços de lazer, partindo de uma pesquisa de cunho qualitativo do tipo documental. Os espaços de lazer foram analisados no que diz respeito a estrutura física, por meio das categorias de acessibilidade, distribuição espacial, recuperação, manutenção e construção de novos espaços. A pesquisa chama a atenção para a necessidade de uma maior participação e decisão dos atores sociais envolvidos.

Outro estudo (Costa, 2010) teve como objetivo analisar a participação popular na constituição de um equipamento de lazer no bairro Jardim Leblon, na cidade de Belo Horizonte. A pesquisa de abordagem qualitativa teve como sujeitos os moradores daquele bairro. A autora mostra também a importância da colaboração da comunidade

no orçamento participativo, que pode contribuir na transformação dos equipamentos de lazer.

No caso do programa da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), dos 226 trabalhos encontrados, apenas dois apresentaram uma discussão específica sobre espaços e equipamentos de lazer e, portanto, contemplaram os critérios estabelecidos para esta pesquisa. Desses dois estudos, o primeiro foi publicado em 2003. Nele, a autora (Rechia, 2003) desenvolve uma análise dos parques curitibanos, mapeando os estudos referentes ao modelo de planejamento urbano de Curitiba, com observações sistemáticas e entrevistas a usuários dos parques da cidade. Como metodologia, foi adotada a abordagem qualitativa. Os resultados desse estudo apontam que a criação dos parques, além de ter preservado grandes áreas verdes no interior da capital, regulou a vazão dos rios e está fortemente ligada à questão das tendências de *city marketing* das cidades modernas. Foi possível observar que a dinâmica desses ambientes se efetiva com práticas corporais e lúdicas, as quais promovem novas formas de se relacionar com a natureza, consigo mesmo e com os outros, estabelecendo novas relações sociais, gerando certo “sentimento de pertencimento” à cidade. Com isso, a conclusão da autora é que o modelo de parques públicos adotado pelo planejamento urbano de Curitiba foi incorporado por seus habitantes, os quais, a partir de práticas sociais, dão vida à marca identitária: “Curitiba cidade dos parques”.

O segundo estudo, por sua vez, foi publicado em 2009 e abordou os usos dos espaços no Parque do Ibirapuera, com foco nas suas práticas de lazer (Nunes Jr., 2009). Essa pesquisa utilizou a abordagem qualitativa e teve como principal resultado a criação da expressão “espaço para o tempo livre”, que de acordo com o autor é um canal que conduz o sujeito à liberdade.

No sistema da Biblioteca Digital da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), apenas uma dissertação de mestrado foi encontrada. Intitulada *Espaços e equipamentos urbanos para o lazer da juventude na cidade de Florianópolis*, ela foi concluída em 2009. O autor teve como principal objetivo realizar uma investigação acerca dos espaços e equipamentos para o lazer na cidade de Florianópolis, a partir de jovens de duas comunidades distintas: uma de classe trabalhadora empobrecida e

outra de classe média (Nascimento, 2009). O estudo baseou-se em alguns pressupostos do materialismo histórico-dialético, procurando abordar as fundamentações e reflexões sobre o espaço urbano, classe social, juventude, lazer e tempo livre. A partir dos dados obtidos em pesquisas no banco de dados da Universidade Federal do Paraná (UFPR), foram encontradas oito dissertações que atendem aos critérios desta pesquisa, apresentadas em ordem cronológica.

A dissertação de Cagnato (2007), intitulada *Praça Afonso Botelho: o foco das observações no âmbito do esporte e do lazer*, procurou investigar as formas de usos e de apropriação da Praça Afonso Botelho, verificando a organização dos grupos sociais no seu ambiente. Tal estudo revelou que, a partir das formas de uso e apropriação das áreas públicas no tempo e espaço de lazer, são estabelecidas relações significativas de aproximação dos sujeitos com o lugar, com as experiências no âmbito do esporte e lazer e entre os próprios usuários, fazendo desse local um ambiente propício para o surgimento e a organização de diferentes grupos.

No estudo de França (2007) foi apontado que os espaços que possuem força comunitária efetiva, as chamadas associações de moradores, são priorizados pelo poder público quando se trata de segurança, de manutenção, de transporte e de acessibilidade. Os dados reforçam que os moradores do entorno de alguns parques e praças de Curitiba, quando organizados em associações, conseguiram minimizar a distância entre o poder público e os anseios e vivências da população.

No trabalho de Gonçalves (2008), observamos que em bairros mais periféricos, como as praças da Vila Nossa Senhora da Luz, localizada na Cidade Industrial de Curitiba, as condições de preservação e segurança de espaços e equipamentos de lazer são precárias. Dessa forma, as áreas da periferia que muitas vezes não apresentam força comunitária organizada, como a apontada no estudo de França (2007), não contam com a regularidade quanto à manutenção e proteção desses locais, entre outros aspectos, o que possivelmente causa um esvaziamento de tais ambientes públicos.

Já Oliveira (2009) pesquisou a relação entre a natureza e as práticas corporais em parques públicos da cidade de Curitiba. A pesquisa foi



realizada sob uma perspectiva qualitativa e teve como resultado principal a informação de que as práticas de caminhada e corrida são as mais realizadas, quase sempre justificadas pelo viés do conceito de saúde tradicional, ou seja, para “ausência de doenças”, pelos usuários dos espaços.

Em relação ao histórico e planejamento da cidade, em outra dissertação de mestrado, defendida por Vieira (2010), percebeu-se que Curitiba buscou, a partir de políticas públicas implantadas na década de 1970, a interação entre comércio e lazer agregando valores subjetivos tais como o sentimento de pertencimento, o que gerou no curitibano um cuidado mais apurado com os espaços públicos. O estudo comprovou que muitas das mudanças ocorridas no centro da cidade têm relação com o fenômeno do lazer e que este está diretamente atrelado ao consumo, à diversão, ao entretenimento, ao encontro e à diversidade.

Outro estudo localizado no banco de dados da UFPR é o de Tschoke (2010), que destacou fatores específicos da região periférica, tais como a violência, o vazio dos locais, a escassez de políticas públicas efetivas de lazer e esporte, assim como questões relacionadas à gestão e administração dos espaços e equipamentos. De acordo com esse estudo, os problemas mencionados dificultam e até mesmo impedem a apropriação das crianças nesses ambientes.

Já em 2001, no programa de pós-graduação da UFPR, entrou em cena o tema da acessibilidade. A autora Cassapian (2011) discorreu sobre a falta de opções de acesso em grande parte dos espaços públicos de lazer da cidade e a dificuldade de mobilidade urbana. Tais adversidades reduzem a possibilidade de escolha do lazer e, conseqüentemente, restringem a garantia desse direito aos cidadãos.

Em relação aos estudos que abordam o lazer na infância, Moro (2012) mostrou que os espaços destinados exclusivamente às brincadeiras infantis nos parques da cidade de Curitiba possuem diversos problemas referentes à organização e infraestrutura que podem influenciar as vivências lúdicas das crianças, principalmente em relação à segurança delas.

A biblioteca digital da Universidade Gama Filho (UGF) oferece um acervo vasto de pesquisas, visto que une bibliotecas digitais de várias outras instituições de ensino superior. No entanto, frente aos quesitos

estabelecidos para esta pesquisa, nenhum estudo realizado na própria instituição foi encontrado.

A Universidade Católica de Brasília (UCB), considerada uma importante instituição de vínculo acadêmico entre as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país,<sup>2</sup> teve sua pós-graduação *stricto sensu* em Educação Física instituída em 1999. Em seu programa de mestrado e doutorado em Educação Física foram encontradas teses e dissertações, totalizando 26 exemplares. No entanto, nenhuma com a temática relacionada ao objeto de estudo aqui investigado.

Conclui-se, após o mapeamento dos programas de pós-graduação em Educação Física e/ou Lazer e a análise dos resumos publicados, que a produção do conhecimento sistematizada e divulgada nos bancos de dados institucionais, embora significativa, ainda é escassa, demonstrando necessidade de potencializarmos e ampliarmos essa discussão. Vale ressaltar que o direito ao lazer, garantido pela Constituição Brasileira, passa prioritariamente pelo acesso aos equipamentos para que tais experiências se materializem; por conseguinte, os dados das pesquisas podem fortalecer a luta pelo direito ao uso da cidade em espaços qualificados.

Salientamos que existem outros programas ligados a área de Educação Física no Brasil, os quais são referências importantes de pesquisas no campo do lazer, mas que não foram analisados aqui em função de o critério preestabelecido para a busca no site da CAPES ter sido possuir no título do programa as palavras Educação Física e/ou Lazer. São eles: UNESP (mestrado e doutorado em Ciências da Motricidade da Universidade Estadual de São Paulo); UFRGS (mestrado e doutorado em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul); UNIMEP (mestrado e doutorado em Ciências do Movimento Humano da Universidade Metodista de Piracicaba), entre outros.

Entretanto, a partir do mapeamento apresentado, percebe-se através dos dados descritos que o maior número de pesquisas sobre o tema investigado está localizado na UFPR, especificamente no Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (GEPLC), por esse motivo descreveremos na próxima sessão, a título de exemplo, como esse grupo sustenta metodologicamente suas pesquisas.

## **A experiência do GEPEC/UFPR: metodologia, principais autores e categorias analíticas produzidas no desenvolvimento de suas pesquisas**

O GEPEC, há 13 anos, desenvolve estratégias metodológicas em suas pesquisas, especialmente sobre espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas cidades. A metodologia utilizada é predominantemente a qualitativa,<sup>3</sup> fundamentalmente empírica, inspirada na etnografia, que segundo Rechia (2006) significa estabelecer relações, selecionar informantes – quando necessário –, analisar documentos, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário de campo e assim por diante.

Portanto, trabalha-se com diferentes tipos de fontes auxiliares e complementares, triangulando dados e buscando garantir a qualidade dos resultados das pesquisas desenvolvidas. Procuramos também basear-nos na análise cultural proposta por Geertz (1989), na qual a partir de uma antropologia interpretativa tem-se o método da descrição densa do cotidiano como ponto de partida. Segundo Geertz (1989), o que define a descrição densa é o esforço intelectual que essa abordagem representa, interpretando códigos, entendendo as estruturas de significação que existem no campo da pesquisa, através das descrições que se faz do ambiente, dos grupos e das relações entre elas. Além disso, o termo cultura é entendido por Geertz (1989, p. 24) como:

Sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria de símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade.

O pesquisador, nessa forma de trabalho, pode encontrar no comum, no cotidiano, os sentidos e significados atribuídos aos espaços pelos sujeitos e assim contribuir para a definição de políticas que potencializem o uso e apropriação das áreas públicas de lazer.

Para Oliveira (2009) uma análise cultural não visa apenas descobrir o “continente do significado” ou o mapeamento da sua “paisagem incorpórea”, mas sim interpretar os significados e avaliar as conjeturas, traçar conclusões. Dessa forma, segundo Tschoke (2010), as pesquisas do GEPEC pretendem ler e apresentar a realidade com o intuito de levar à reflexão sobre um determinado fenômeno social. Trata-se, portanto, de investigações sociais, que segundo Minayo (1994, citado por Gonçalves, 2008), consideram o sujeito do estudo “(...) pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados”. Considerando o exposto, esse estilo de pesquisa tem como característica central a descrição densa e o esforço intelectual para decifrá-las.

Sendo assim, a busca do significado é o centro das pesquisas, visando à compreensão da realidade humana vivida socialmente, ou seja, “compreender relações, valores, atitudes, crenças, hábitos e representações e, a partir deste conjunto de fenômenos humanos gerados socialmente, compreender e interpretar a realidade” (Minayo, 2011, p. 24).

Para tanto a forma como as pesquisas são conduzidas é de extrema importância para a conquista dos objetivos, pois “(...) o método científico permite que a realidade social seja reconstruída enquanto objeto do conhecimento, através de um processo de categorização que une dialeticamente o teórico e o empírico” (Deslandes, 2011, p. 34).

Além disso, é fundamental que o pesquisador mesmo que delimite as teorias *a priori* não fique preso a elas, dando espaço para as inspirações trazidas pelos dados empíricos. “O investigador deve sempre relativizar seus cuidadosos marcos teóricos a favor dos achados que a realidade empírica lhe proporcionar” (Minayo, 2011, p. 21).

França (2007) complementa essa perspectiva afirmando que quanto mais o pesquisador for aberto ao campo, mais ele poderá desvendar o que é realmente importante para os sujeitos.

É justamente esse fato – a busca do que é significativo para a realidade/sujeitos estudados, e não o que é importante para o pesquisador ou para as teorias que orientam o trabalho – que faz da pesquisa interpretativa um espaço de riqueza inigualável para a área de Ciências Humanas e Sociais (França, 2007, p. 52).

Com isso, no desenvolvimento das pesquisas do GEPLEC são utilizadas prioritariamente as seguintes estratégias metodológicas:

1. Para realizar o mapeamento do espaço físico utilizamos um *protocolo de análise*<sup>4</sup> que contempla, além da descrição detalhada do espaço e dos equipamentos, questões como: marcos históricos relevantes, programas e projetos desenvolvidos e formas de uso e apropriação. Para auxiliar nas investigações, paralelamente ao preenchimento do protocolo, realizam-se observações sistemáticas e registros fotográficos.
2. Após o diagnóstico físico do ambiente, passamos à realização de *observações sistemáticas* das formas de apropriação do espaço, as quais são cuidadosamente registradas em um diário de campo,<sup>5</sup> e têm sua duração relacionada ao período em que os casos começam a se repetir cotidianamente.
3. Logo em seguida, a partir dos dados coletados nas duas etapas anteriores, selecionamos os informantes e passamos para as *entrevistas parcialmente estruturadas*,<sup>6</sup> estas podem ser realizadas com usuários, gestores e especialistas, dependendo do foco da pesquisa, mas o objetivo é sempre dar voz aos sujeitos. À medida que as entrevistas vão sendo realizadas e transcritas, analisamos o conteúdo das falas para que possamos, durante o processo, identificar quais serão os próximos informantes, traçando continuamente ajustes nos caminhos da pesquisa. Pois,

nesse tipo de pesquisa não se visa generalizações, mais sim descrições ricas e detalhadas da realidade. Desta forma, não se trabalha com um número grande de sujeitos, mais sim com participantes que possam oferecer informações para dar conta da problemática inicial com o maior grau de profundidade e confiabilidade possível (França, 2007, p. 44).

A definição do número de sujeitos participantes normalmente é feita por inclusão progressiva, na qual, segundo Deslandes (2011), não demarcamos *a priori* o número de participantes, mas sim interrompemos as entrevistas pelo critério de saturação, ou seja, “(...) quando as concepções,

explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos começam a ter uma regularidade de apresentação” (Deslandes, 2011, p. 48).

4. Após a coleta de dados passamos para *análise interpretativa*. É nesse momento que buscamos as particularidades, fazemos nossas inferências e vamos construindo as categorias de análise com a triangulação<sup>7</sup> dos dados empíricos, buscando atender o objetivo geral. Essa etapa é composta pela descrição, análise e interpretação dos dados.

A partir de tal processo de análise são elaboradas categorias *a posteriori* (Rechia, 2003), ou seja, os dados são apresentados, analisados e interpretados buscando suas diferenças e aproximações. Desse processo surgem as categorias de análise. Logo em seguida, está previsto um possível retorno dos resultados à comunidade, visando socializar e possibilitar a transformação social. No entanto, destacamos que não são as técnicas e os processos descritos que definem o empreendimento de qualidade de uma pesquisa, mas sim o esforço intelectual que ele representa.

Para a construção dessas discussões temos utilizado autores de diferentes áreas do conhecimento, oriundos das Ciências Humanas e Sociais, os quais sustentam as categorias analíticas articuladas com os dados empíricos. A seguir apresentamos um diagrama dos principais autores utilizados, suas áreas de formação, principais categorias:

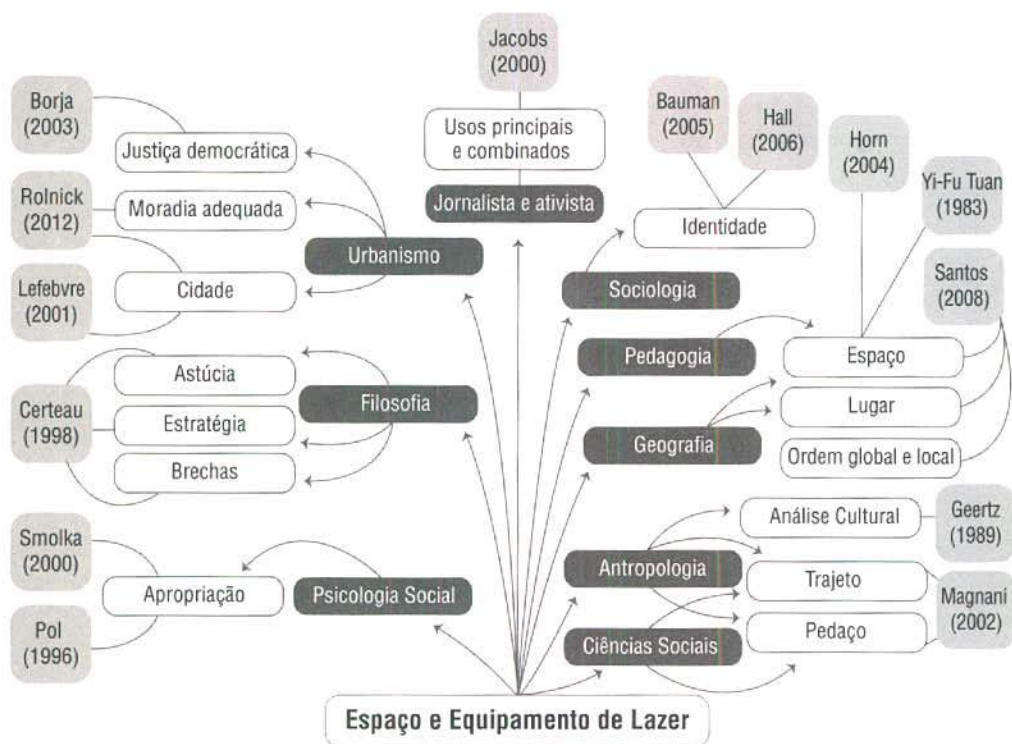


Figura 1: Diagrama dos principais autores utilizados (cor cinza-claro), suas áreas de formação (cor cinza escuro), principais categorias (cor branca)

É importante esclarecer que não se pretendeu, com a exposição realizada nesse diagrama, esgotar os temas trabalhados nas pesquisas do GEPLEC, identificando e apresentando todos os autores que têm sustentado nossas pesquisas. Ou seja, não se trata de um estudo “estado da arte”, mas de relacionar e conectar alguns teóricos que têm se dedicado aos estudos correlatos ao tema, principalmente com foco sobre as cidades. Assim, o critério de escolha dos autores levou em conta o fato de se constituírem como aportes teóricos às pesquisas que têm sido desenvolvidas no GEPLEC e considerou-se, ainda, a pertinência de seus trabalhos no que concerne ao investimento e consistência ou repercussão dos mesmos.

Reconhecemos, assim, que vários autores não foram contemplados nesta análise; contudo, acreditamos que os escolhidos representam as perspectivas teóricas com as quais estamos nos identificando.

Sendo assim, ao finalizar a descrição metodológica das pesquisas do GEPLEC, conclui-se que há ênfase na abordagem qualitativa, e que esta valoriza os atores sociais, busca os sentidos e significados a partir da descrição densa do cotidiano, incentiva o olhar interdisciplinar do fenômeno buscando autores de diferentes áreas do conhecimento para sustentar as análises, entre outras questões relevantes quando se quer compreender como a vida nas grandes cidades possibilita experiências significativas no tempo e espaço de lazer.

### **Conclusão: espaços e equipamentos de lazer e a beleza do lugar**

Foram analisados nove programas de pós-graduação em Educação Física e um programa de pós-graduação em Lazer. Desses, apenas em cinco foram encontrados estudos que atendiam aos critérios preestabelecidos para essa análise, totalizando 14 pesquisas, destacando que 8 delas foram encontradas em apenas um programa. Através do mapeamento desses estudos, percebemos que há predomínio de processos metodológicos qualitativos, mas ressaltamos a necessidade de dar continuidade a novos olhares, possivelmente interdisciplinares, nas pesquisas da área de Educação Física, valorizando a perspectiva dos sujeitos, a cultura e o cotidiano, buscando novas formas de abordar os estudos sobre a conexão entre lazer e cidade.

Como resultados, os estudos analisados apontaram a necessidade de participação dos atores sociais nas decisões do poder público; valorização da força comunitária organizada e sua possibilidade de intervenção na transformação e qualificação dos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas cidades; desenvolvimento do sentimento de pertencimento dos sujeitos que se apropriam com frequência de determinados espaços públicos. Além disso, apontam como o tempo/espaço de lazer pode contribuir na constituição de grupos com interesses diversificados,



e que as práticas corporais junto à natureza, como caminhadas e corridas, são cada vez mais praticadas em parques, praças e ruas das cidades.

Destaca-se também que entre o centro e a periferia das grandes cidades há diferenças nos quesitos manutenção, segurança, acesso e acessibilidade dos ambientes de lazer, o que gera a apropriação de alguns e o esvaziamento de outros, desrespeitando a máxima de que todos os espaços de lazer devem ser qualificados para potencializar o seu uso contínuo, independentemente da área da cidade em que estejam localizados.

Em relação à infância, pesquisas denunciaram a carência de incentivo do poder público para experiências significativas no âmbito do lazer para essa fase da vida, tanto em relação à falta de equipamentos, quanto à falta de espaços adequados, as quais podem influenciar na obtenção de hábitos em todo o percurso da vida.

As oito pesquisas analisadas no banco de dados da UFPR inferem sobre a realidade curitibana, denunciando que a diversidade de equipamentos é reduzida, assim como as possibilidades de espaços diferenciados para se vivenciar o lazer, visto que alguns desses ambientes são alvos da especulação imobiliária, o que restringe seus usos por toda a população. Assim, conclui-se que os espaços de lazer dessa cidade, embora sejam em grande número, se comparado a outras capitais do país, são padronizados e obedecem a um modelo preestabelecido de equipamentos, dando possibilidades limitadas de formas de apropriação. Percebe-se ainda uma conexão entre algumas regiões da cidade mais valorizadas, principais pontos turísticos e áreas de lazer, o que pode estar relacionado com a ideia do *city marketing*. Para Sánchez (1997, p. 270),

os lugares públicos funcionam como se fossem vitrines, idealizados para servirem de cenários de uma sociabilidade forçada, uma estetização das relações sociais, fazendo parte da “cidade-espetáculo”. (...) os projetos dos espaços públicos da cidade-espetáculo fabricam, na realidade, “uma identidade *fake*” e celebram uma “antimemória coletiva” e uma imaginação na lógica redutora ao idêntico, “que esconde as marcas do tempo, reprime as metamorfoses do espaço”.

Esses espaços emblemáticos das cidades constituem-se, muitas vezes, em uma “marca identitária”.<sup>8</sup> Dessa forma, segundo as pesquisas, o cidadão curitibano, a partir dessa marca da cidade-espetáculo, se sente pertencente a esses locais e mostra-se satisfeito com suas características.

Considerando os benefícios e as transformações sociais que os espaços e equipamentos públicos de lazer podem oferecer, observa-se que, quanto mais experiências significativas esses ambientes oferecem aos usuários, maior será a probabilidade dos sujeitos os frequentarem. Para que isso ocorra é preciso que esses locais tenham manutenção, segurança, opções diversificadas de atividades, equipamentos e acessibilidade, entre outras características.

Essa discussão remete, primeiramente, à importância da participação da comunidade na hora de projetar, desenvolver ou implantar programas de lazer e esporte em espaços públicos das cidades, inclusive no que tange às questões orçamentárias. Ressaltamos que alguns dos problemas identificados nas pesquisas analisadas são o vazio, a desapropriação e, até mesmo, a depredação desses locais. Inferimos que um dos motivos desses possíveis problemas está no fato de que grande parte da população ainda não compreende o lazer como um direito social, e o espaço público como “seu”. Além disso, pesquisas analisadas mostraram que, quando a comunidade coparticipa da gestão dos espaços públicos, a partir da organização coletiva, cuida, reivindica e busca seus direitos.

Identifica-se que os espaços públicos destinados às experiências no âmbito do lazer quando bem planejados, com estrutura diversificada, com boa manutenção e com a coparticipação comunitária, tornam-se atrativos ao uso. Isso comprova a importância da beleza do lugar não como um luxo, mas, segundo Borja (2003), como justiça democrática. Assim, investir na beleza do lugar, a partir de cenários pensados e planejados, pode potencializar o uso comunitário, agradável e seguro desses ambientes, gerando, portanto, uma vida de qualidade nas grandes cidades.

Compreendemos que uma vida de qualidade está sustentada, em grande medida, em direitos sociais imprescindíveis como saúde, educação, moradia, saneamento básico, entre outros, como esporte, lazer e cultura já garantidos pela Constituição brasileira. Tais direitos devem

equilibrar-se entre perspectivas objetivas e subjetivas da vida cotidiana. Salientamos que no âmbito subjetivo uma vida de qualidade é ter o desejo de apropriar-se de lugares adequados, entendido como locais de descanso e desligamento que devem estimular a felicidade e a realização no mundo do trabalho.

Nesse sentido, torna-se de grande relevância social identificar, por meio de estudos e pesquisas, as características estruturais e culturais dos espaços e equipamentos de lazer para o estabelecimento de políticas públicas que efetivem tal direito e, conseqüentemente, o direito à cidade.

## Notas

- <sup>1</sup> Segundo Magnani (2002), a categoria *pedaço* supõe uma referência espacial, a presença regular de seus membros e um código de reconhecimento e comunicação entre eles.
- <sup>2</sup> Informações contidas na página eletrônica da própria instituição, disponível no item “histórico”, na subpágina do mestrado em Educação Física. Para maiores informações, acesse: <<http://www.ucb.br/textos/2/425/Historico/?sIT=8>>.
- <sup>3</sup> Para Minayo (1994), na metodologia qualitativa é possível perceber a questão do *significado* e da *intencionalidade* como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, podendo ser consideradas construções humanas significantes.
- <sup>4</sup> Esse protocolo foi desenvolvido pelo GEPEC em 2004 e desde então vem sendo utilizado em diferentes pesquisas.
- <sup>5</sup> Segundo Minayo (2011, p. 71), “o principal instrumento de trabalho de observação é o chamado diário de campo, que nada mais é que um caderninho, uma caderneta, um arquivo eletrônico, no qual escrevemos todas as informações que não fazem parte do material formal de entrevistas em suas várias modalidades. Respondendo a uma pergunta frequente, as informações escritas no diário de campo devem ser utilizadas pelo pesquisador quando vai fazer análise qualitativa”.
- <sup>6</sup> As entrevistas serão do tipo parcialmente estruturadas, que segundo Laville (1999, p. 333) possuem: “(...) temas especificados e perguntas (abertas) preparadas previamente. Mas toda liberdade é mantida no que concerne à retomada de algumas questões, à ordem na qual as perguntas são feitas e ao acréscimo de outras improvisadas”.
- <sup>7</sup> Segundo Minayo (2011, p. 199), na triangulação dos dados “processa-se por meio do diálogo de diferentes métodos, técnicas, fontes e pesquisadores”.
- <sup>8</sup> Aqui, o termo “marca identitária” é utilizado no sentido dado por Yázigi (2001, p. 49), que entende a ideia identitária de um lugar como uma “diferenciação espacial que reúne um conjunto de características, fundamentada na geografia física; em suas instituições; sua vida econômica, social e cultural (com destaque para a paisagem construída). Trata-se de um fenômeno total, não

reduzível a uma única propriedade, sob o risco de perda de seu caráter (...) a identidade regional é acentuada pela natureza e a identidade local por todas as formas de construção arquitetônico-urbanístico, com tudo que comportam em si”.

## Referências

- BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.
- BORJA, J. *La ciudad conquistada*. Madrid: Alianza, 2003.
- CAGNATO, E. V. Praça Afonso Botelho: o foco das observações no âmbito do esporte e do lazer. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- CASSAPIAN, M. R. *Da cidade planejada ao lazer para todos: as experiências no âmbito do lazer vividas pelos cadeirantes do grupo “A união faz a força”*. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COSTA, L. C. L. R. *Participação e transformação do espaço: a área de lazer Jardim Leblon (Belo Horizonte, Minas Gerais)*. 167 f. Dissertação (Mestrado em Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- DAMIANI, I. R.; SILVA, A. M. As práticas corporais e os elementos do processo metodológicos da Pesquisa Integrada. In: DAMIANI, I. R.; SILVA, A. M. (Org.). *Práticas corporais*. Florianópolis: Nauembla Ciência & Arte, 2005. p. 19-35.
- DESLANDES, S. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, M. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 31-60.
- FRANÇA, R. *Diálogos entre oferta e demanda: uma análise da relação entre o poder público e os grupos de ativismos sociais referentes aos parques da cidade de Curitiba*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GOMES, C. L. Pesquisas e produção de conhecimentos sobre o lazer na América Latina: diagnóstico e perspectiva. In: MIRTES, L. P. *Lazer, turismo e hospitalidade: desafios para cidades sede e subsede de megaeventos esportivos*. Brasília: Ideal, 2011.

GONÇALVES, F. S. *Espaços e equipamentos de lazer da Vila Nossa Senhora da Luz: suas formas de apropriação no tempo/espaço de lazer*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. São Paulo: DP&A, 2006.

HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 6-35, jun./set. 1982.

HORN, M. G. S. *Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na Educação Infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JACOBS, J. *A morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LAVILLE, D. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas*. Trad. Heloísa Monteiro; Francisco Settineri. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2002.

MINAYO, M. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO, M. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 9-29.

MORO, L. *Conhecendo os parques de Curitiba e seus espaços públicos destinados às brincadeiras infantis*. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

NASCIMENTO, L. C. Z. *Espaços e equipamentos urbanos para o lazer da juventude na cidade de Florianópolis-SC*. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

NUNES JR., P. C. *Espaço para o tempo livre: considerações sobre lazer e apropriação do espaço urbano no Parque do Ibirapuera*. 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

OLIVEIRA, M. P. *Práticas corporais em meio à natureza: o caso do Parque Barigui — Curitiba-PR*. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

- POL, E. *La apropiación del espacio, cognición, representación y apropiación del espacio*. Col·leció Monografies Psico-Socio – Ambientals, 9, Publicacions Universitat de Barcelona, Barcelona, 1996. p. 45-62.
- RECHIA, S. *Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer*. 189 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- RECHIA, S. O jogo do espaço e o espaço do jogo em escolas da cidade de Curitiba. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 91-104, jan. 2006.
- ROLNIK, R. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnicas e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- SÁNCHEZ, F. E. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.
- SILVEIRA, A. C. C. *Um olhar sobre a política urbana de Belo Horizonte: há espaço para o lazer dentro do planejamento urbano*. 132 f. Dissertação (Mestrado em Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- SMOLKA, A. L. B. O (im)próprio e o (im)pertinente na apropriação das práticas sociais. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 20, n. 50, abr. 2000.
- TOKUYOCHI, J. H. *Futebol de rua: uma rede de sociabilidade*. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- TSCHOKE, A. *Lazer na infância: possibilidades e limites para vivência do lazer em espaços públicos na periferia de Curitiba-PR*. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- TUAN, Y. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.
- VIEIRA, F. G. L. *Espaços públicos de lazer no centro de Curitiba: a transformação da cidade urbana para cidade humana*. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- YÁZIGI, E. *A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2001.

*Christianne Luce Gomes*  
*Rodrigo Elizalde*

Produção de  
conhecimentos sobre o  
lazer na América Latina  
Desafios e perspectivas

Este texto foi elaborado com o intuito de compartilhar algumas das reflexões empreendidas no contexto do grupo de pesquisa Otium – Lazer, Brasil e América Latina (UFMG/CNPq) e que foram por nós trabalhadas no XIII Seminário “O Lazer em Debate”. Como temos estudado o lazer na região latino-americana, este texto retoma algumas discussões essenciais já iniciadas e que, certamente, demandarão futuros aprofundamentos.

Feitos esses esclarecimentos iniciais, o objetivo deste texto é problematizar a produção do conhecimento sobre o lazer na América Latina, destacando algumas das dificuldades e possibilidades percebidas nesse processo. Para isso, o texto foi dividido em três partes. A primeira delas discorre sobre a construção da noção de América Latina, vinculando-a com a colonialidade do poder e do saber. Em seguida, é feita uma análise da produção teórica do lazer e da recreação no contexto latino-americano, identificando algumas de suas características. Tendo em vista colaborar com os desafios salientados ao longo do texto, ele é finalizado com uma discussão sobre o lazer contra-hegemônico e transformacional, uma

perspectiva em construção que pretende contribuir com a superação de alguns limites que marcam a produção de conhecimentos e a vivência do lazer nas culturas latino-americanas.

## **América Latina: compreendendo a colonialidade do poder e do saber**

Em geral, quando se fala em América Latina, persistem dúvidas sobre quando, onde, por quem, por que e para que a expressão foi elaborada, sobre os fundamentos que a justificam, as delimitações do contexto abarcado e a pertinência de seu emprego nos países latino-americanos.

Embora seja consensual que a expressão América Latina tenha sido inventada no século XIX para designar os territórios colonizados por Espanha, Portugal e França na América Meridional, permanecem discordâncias quanto à sua autoria. Acredita-se que o conceito foi criado pelos franceses ou europeus (como Napoleão III, Chevalier e Tisserand, entre os anos 1861 e 1862), mas outras versões atribuem sua autoria a latino-americanos (como o colombiano Torres Caicedo, o argentino Carlos Calvo e o chileno Francisco Bilbao, que em 1856 utilizaram a expressão em algumas de suas publicações). Como essa expressão foi inventada e circulou no contexto europeu, sobretudo na França, pode ser irrelevante a polêmica sobre a sua autoria, pois é notória a correlação entre os termos Europa Latina e América Latina. Por um lado, se a expressão América Latina evidencia uma preocupação com os laços que conferem uma identidade comum aos latino-americanos, por outro, revela os vínculos coloniais presentes nessa associação. Além disso, não se pode negligenciar a ambição imperialista que, de forma dissimulada, estava contida nos ideais de “Europa Latina”, de “raças latinas” e, conseqüentemente, de “América Latina” (Zea, 1977; Del Paso, 2003; Gomes; Elizalde, 2012).

Sabe-se que a constituição de uma região denominada América Latina é justificada, na maioria das vezes, pelo fato de englobar os países americanos e caribenhos onde são faladas línguas originadas do latim – tais como o espanhol, o português e o francês. Além da associação entre localização geográfica e línguas latinas, outras abordagens justificam a



existência da América Latina pelas características étnicas ou raciais que, supostamente, são compartilhadas pelas populações que habitam essa parte do continente americano.

Em uma publicação anterior (Gomes; Elizalde, 2012), argumentamos que todas essas justificativas são frágeis e inconsistentes, pois, do ponto de vista conceitual, a América Latina é uma construção predominantemente geopolítica. Nesse sentido, cada vez mais a sua materialidade territorial se expressa nos contrastes sociais, econômicos, históricos, culturais e políticos, entre outros, que distinguem os Estados Unidos e o Canadá – países considerados desenvolvidos – do conjunto dos demais países que constituem a região latino-americana. Adotando como referência o modelo socioeconômico vigente nos países que ocupam posição de hegemonia na divisão internacional do trabalho e no mercado mundial, os países latino-americanos são pejorativamente considerados como subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, evidenciando as relações de poder dessa classificação.

De acordo com Dias (2009), essa compreensão popularizou-se após a Segunda Guerra Mundial, quando a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) dimensionou a América Latina por meio de aspectos sociais, econômicos e políticos. Enquanto a América Latina era vista como sinônimo de subdesenvolvimento, pobreza e atraso, os Estados Unidos expandiam sua influência e dominação na região. Nessa época, os Estados Unidos ampliaram sua hegemonia em âmbito mundial, suplantando o poder antes exercido pelos países europeus nos territórios latino-americanos.

Hoje, mesmo que os Estados Unidos estejam cada vez mais vulneráveis a diversos problemas que expõem as contradições do processo de desenvolvimento neoliberal capitalista, esse país continua representando uma significativa referência para a região latino-americana. Afinal, ao sul das fronteiras estadunidenses está situada a porção “latina” do continente, que conta hoje com 35 países e estados independentes, sem considerar os territórios que ainda são possessões coloniais da França e da Inglaterra.<sup>1</sup>

Essas constatações requerem um posicionamento crítico e contextualizado sobre a América Latina, no qual as análises sobre suas representações,

limitações e incoerências são indispensáveis, assim como as reflexões sobre as conotações imperialistas e ideológicas que estiveram por trás da construção do conceito (Gomes; Elizalde, 2012). Sobre esse aspecto, Mignolo (2003) sublinha que o termo América Latina é uma construção ideológica que está longe de alcançar e de abarcar a diversidade social e cultural da região.

Por isso, para que a América Latina seja ressignificada considerando as peculiaridades culturais, históricas, sociais e políticas que marcam a região, torna-se imprescindível enfrentar alguns desafios pendentes – tais como as iniquidades sociais, pobreza, exclusões, violências, racismo e insustentabilidade ambiental/ecológica, entre outros. Embora muitas vezes esses problemas sejam naturalizados, eles estão intimamente ligados ao passado colonial dos países latino-americanos.

Desde o momento em que os países hegemônicos da Europa se estabeleceram como epicentro e culminação do ideal de progresso, eles são tomados como referência universal do ideal a alcançar. Mas é preciso ter clareza que essa hegemonia somente foi possível graças a uma ação exploratória de seres humanos e das riquezas naturais e minerais geradas nas/pelas colônias latino-americanas, africanas e asiáticas. Essas ex-colônias, não por mero acaso, constituem hoje o bloco planetário dos países do hemisfério “Sul”, das nações empobrecidas classificadas como “terceiro mundo” e rotuladas como subdesenvolvidas, atrasadas e inferiores desde o momento em que foram colonizadas (Gomes, 2010).

Essas questões ressaltam a premência de se compreender que, embora colonialismo e colonialidade estejam vinculados, constituem conceitos distintos. O colonialismo foi praticado em toda a região americana e caribenha desde a chegada dos primeiros conquistadores espanhóis (seguidos de portugueses, ingleses, franceses e outros) que pretendiam descobrir uma nova rota comercial para as Índias e, por acaso, “descobriram” a América, o que possibilitou a exploração mercantilista, ícone do sistema capitalista colonial. Nessa relação, o papel das colônias era fornecer riquezas, produtos minerais, gêneros agrícolas e mão de obra abundante para as metrópoles europeias, cujos interesses prevaleciam e condicionavam os rumos da vida colonial. Assim, como explica Quijano (2007), colonialismo se refere a uma estrutura de dominação/exploração na qual o

controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma determinada população está concentrado nas mãos de outro, cujas sedes centrais estão situadas em outro território.

O colonialismo é mais antigo e a colonialidade foi engendrada, dentro dele, como um processo de incorporação de uma lógica cultural em que, supostamente, alguns são superiores e outros são inferiores. A colonialidade é mais profunda, duradoura e sutil porque diz respeito às heranças coloniais que persistem e são multiplicadas, perpetuando uma condição de subalternidade – o que acaba justificando o racismo, o eurocentrismo epistêmico e a ocidentalização (imposta ou consentida) dos estilos de vida (Castro-Gómez, 2000; Dussel, 2000; Lander, 2000; Quijano, 2000). Desse modo, a colonialidade continua acontecendo apesar do término oficial do colonialismo na América Latina (no século XIX), na África e na Ásia (somente no século XX).

De acordo com Quijano (2007), a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. À medida que as experiências da colonialidade se fundem com as necessidades do capitalismo, as relações intersubjetivas são configuradas numa lógica de dominação baseada na hegemonia eurocêntrica. Nessa condição, a Europa e os europeus estão situados em um nível supostamente mais avançado e moderno, que segue um curso linear, unidirecional e contínuo de desenvolvimento e progresso.<sup>2</sup>

Shohat e Stam (2006) complementam essa discussão quando afirmam que o eurocentrismo foi construído como um discurso ideológico que possibilitou aos países imperialistas não somente ocupar posições hegemônicas no âmbito mundial, mas naturalizar as relações de hierarquia e de poder geradas por práticas colonialistas e racistas. Parte-se do pressuposto de que o melhor do que foi pensado e escrito foi (e é) produzido pelos europeus, o que inclui também os “neoeuropeus” de outras partes do norte geoeconômico-político mundial.

Obviamente, a crítica ao pensamento eurocêntrico não é dirigida à Europa ou aos europeus, e sim à relação histórica e socialmente opressiva entre a hegemonia europeia e seus “outros”, sejam eles internos ou externos. Afinal, em todo Norte geopolítico há um Sul, e vice-versa. Como o

eurocentrismo é um discurso social e historicamente situado, os europeus também podem ser antieurocêntricos, assim como os não europeus podem perpetuar o pensamento eurocêntrico (Shohat; Stam, 2006).

Embora o eurocentrismo implique um componente etnocêntrico, ele é apenas um aspecto da questão que dilui a experiência das pessoas nesse padrão de poder, fazendo com que elas percebam as diferenças como naturais e impossíveis de serem questionadas. Assim, a *colonialidade do poder* ocorre tanto pela via da divisão social do trabalho, como da classificação étnico-racial da população do mundo (em brancos, índios, negros, mestiços, pardos, amarelos etc.). Como o padrão de poder capitalista opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivos da existência social cotidiana, afirma-se uma concepção da humanidade em que a população do mundo se diferencia em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos (Quijano, 2007).

Santos (2008, p. 142), ao expressar o olhar do colonizador, explica que o “selvagem” não é reconhecido como “outro” porque sequer é considerado plenamente humano. A sua diferença é a medida de sua inferioridade e é incapaz de se constituir em alteridade. Por isso, longe de instituir uma ameaça civilizacional, o “selvagem” é tão somente uma ameaça irracional. Em contrapartida, o seu valor é dimensionado pelo valor da sua utilidade. Assim, só vale a pena confrontá-lo “na medida em que ele é um recurso ou a via de acesso a um recurso. A incondicionalidade dos fins – a acumulação dos metais preciosos, a expansão da fé – justifica o total pragmatismo dos meios: escravatura, genocídio, apropriação, conversão, assimilação”.

Outro âmbito em que esse padrão de poder opera é o conhecimento. Por isso, é necessário reconhecer a existência da *colonialidade do saber*, que pode ser entendida como um processo que supõe a negação e invisibilização de outras formas de produção de conhecimento não europeus, ou não correspondentes ao “Norte” geopolítico, reproduzindo assim a lógica hegemônica. Nesse sentido, o legado histórico e cultural de povos indígenas, africanos e asiáticos é negado e invisibilizado por ser considerado irracional, atrasado e inferior. Esse processo, portanto, pressupõe uma subalternização epistêmica desses sujeitos, bem como a própria negação

e esquecimento dos saberes por eles produzidos (Castro-Gómez, 2000; Dussel, 2000; Quijano, 2000).

Desvelar a colonialidade do saber possibilita entender que, para além das desigualdades e injustiças sociais decorrentes do colonialismo e do imperialismo (bem como das práticas sociais deles derivadas), há um legado epistemológico de base eurocêntrica impedindo a compreensão das culturas latino-americanas a partir de suas próprias realidades, cosmovisões e saberes peculiares a esse contexto.

Obviamente, como será tratado a seguir, essas questões também dizem respeito à produção de conhecimentos sobre o lazer e a recreação.

## **Produção de conhecimentos sobre o lazer e a recreação na América Latina**

Nos últimos anos, tivemos a oportunidade de realizar algumas pesquisas que auxiliaram a compreensão de alguns aspectos relacionados à produção de conhecimentos sobre o lazer, a recreação e o tempo livre no contexto latino-americano (Gomes *et al.* 2009; Gomes; Elizalde, 2012; 2013). Mesmo cientes de que uma abordagem mais ampliada sobre essa temática é passível de limitações, optamos por tratar o tema de uma forma geral.

A análise de diversas publicações de autores latino-americanos, bem como de entrevistas realizadas com estudiosos e profissionais envolvidos com o lazer e a recreação em alguns países da região, evidenciou uma diversidade de entendimentos e de significados incorporados por esses termos nesse contexto.<sup>3</sup> Foi possível constatar, também, que os conhecimentos sobre a recreação e o lazer que circulam na América Latina têm origem nos Estados Unidos e/ou em alguns países europeus, sendo este o legado epistêmico que constitui as bases teóricas dos saberes mais difundidos sobre a temática. Na maioria das vezes, constata-se a incorporação e a reprodução de conhecimentos produzidos em outros contextos sem um olhar problematizador.

Por certo, muitos conhecimentos produzidos em diferentes contextos podem nos auxiliar a refletir sobre o lazer em nossas próprias realidades. Porém, os conceitos e teorias não devem ser incorporados de forma descontextualizada e sem um posicionamento crítico. Caso contrário, estarão perpetuando as redes invisíveis de dominação que geram a colonialidade do poder e do saber.

O processo de desenvolvimento da recreação na América Latina é um exemplo dessa questão, pois, nesse caso, o legado estadunidense é bastante significativo. Foi no final do século XIX que ocorreu, nos Estados Unidos, uma ampla difusão do que ficou conhecido como recreacionismo. Essa proposta propiciou a sistematização de saberes comprometidos com metodologias de intervenção que pudessem ser desenvolvidas principalmente ao ar livre com crianças, jovens e adultos. Esses conhecimentos fundamentam-se na sistemática da recreação dirigida e fomentaram a criação de espaços próprios para a prática de atividades recreativas consideradas saudáveis, higiênicas, moralmente válidas, produtivas e vinculadas à ideologia do progresso.

Obviamente, esses fundamentos indicam as raízes da recreação institucionalizada, e não dos divertimentos e das experiências recreacionais que sempre integraram as culturas humanas. É importante fazer esse esclarecimento porque muitas vezes se observa uma tendência a reduzir as manifestações culturais lúdicas à história das propostas de recreação que foram sistematizadas e institucionalizadas nos Estados Unidos.

Em suas origens norte-americanas, a chamada “recreação dirigida” foi vista como uma estratégia educativa essencial para promover, sutilmente, o controle social. Nesse processo, foi amplamente difundida a ideia de que a recreação poderia preencher, racionalmente, o tempo vago ou ocioso com atividades consideradas úteis e saudáveis do ponto de vista físico, higiênico, moral e social. Com isso, desde o final do século XIX, nos Estados Unidos e posteriormente em muitos países latino-americanos, a recreação foi considerada essencial para a formação de valores, hábitos e atitudes a serem consolidados, moralmente válidas e educativamente úteis para o progresso das sociedades modernas.

Em um primeiro momento, o desenvolvimento de eventos, políticas, programas e projetos recreativos foi, e muitas vezes ainda continua sendo, direcionado principalmente aos grupos sociais em situação de risco ou de vulnerabilidade social, procurando a redução de conflitos sociais e da delinquência, a manutenção da paz e da harmonia social, assim como a ocupação positiva e produtiva do tempo ocioso. Além disso, muitos programas de recreação buscavam preencher as horas vagas das crianças, jovens e adultos, colaborando com a constituição de corpos disciplinados, obedientes, aptos, produtivos e vigorosos. Nessa perspectiva a recreação, em muitas ocasiões, acaba sendo usada como estratégia para esquecer os problemas gerados pela lógica excludente que impera nos contextos latino-americanos, colaborando com a lógica capitalista de produção e consumo (Gomes; Elizalde, 2012).

Vários autores norte-americanos desenvolveram diferentes conceitos de recreação e continuam realizando estudos e pesquisas com o objetivo de fundamentar o tema. Em geral, predomina a compreensão de que a recreação refere-se às atividades realizadas durante o tempo livre, escolhidas voluntariamente para obter prazer ou satisfação. Esse entendimento foi constatado por Salazar-Salas (2007), que analisou conceitos elaborados por vários autores, a maioria norte-americana (Bucher; Kraus; Ramírez; Chaves Iturrequi; Ibrahim e Cordes; Jordan; Kraus e Curtis, Rossman e Schlatter e também Russel).

Waichman (2009) esclarece que a tradição norte-americana caracteriza a recreação como um conjunto de atividades direcionadas para o uso positivo e construtivo do tempo livre, sendo o jogo a possibilidade mais recorrente. O objetivo do recreacionismo é o uso prazenteiro e saudável do tempo livre e, como eixo de análise, são priorizadas discussões sobre instalações, técnicas de trabalho, materiais, instrumentos e espaços especializados. O autor também afirma que esse enfoque, que é muito desenvolvido nos Estados Unidos, é o mais generalizado na América Latina.

Apesar de contar com alguns âmbitos mais específicos, a maioria dos saberes sobre a recreação que vêm sendo disseminados na região preserva, em muitos casos, os pressupostos básicos da abordagem sistematizada nos Estados Unidos, destacando-se a dimensão empírica contida na compreensão de recreação como atividade ou como um serviço especializado a

ser prestado. Assim, foi possível verificar que os saberes sobre a recreação mais difundidos em distintos países da América Latina se mesclam com a ideia de atividade geralmente operacionalizada como um serviço que requer a atuação de um líder (profissional ou voluntário). Daí decorre a importância de a recreação ser orientada ou dirigida.

É necessário ressaltar que muitos estudos desenvolvidos sobre a recreação na região latino-americana procuram ser um aporte educativo tendo como base uma postura crítica, questionadora e comprometida com a qualidade de vida das pessoas. Por sua vez, existem estudiosos e instituições latino-americanas que valorizam o potencial lúdico e criativo da recreação, seja como uma ferramenta educativa, como uma possibilidade de animação sociocultural, campo de atuação da Educação Física, do Turismo, da Psicologia Social, da Pedagogia e do Trabalho Social, entre outras áreas (Suárez, 2009; Osorio, 2009; Pérez; León, 2009; Aguilar, 2011; Galvan, 2011; Salazar-Salas, 2007; Olivares; Paz, 2011, entre outros).

De toda maneira, a compreensão de recreação como sinônimo de atividades prazenteiras com potencial educativo, do nosso ponto de vista, é a mais difundida na América Latina desde as primeiras décadas do século XX, o que não pode ser desconsiderado. Em muitos casos, os discursos sobre a recreação são mais elaborados do que suas práticas, já que frequentemente as implementações concretas não conseguem escapar do ativismo, de um fazer por fazer, carente dos postulados que defendem.

Além disso, é necessário destacar a existência de uma confusão entre os termos recreação/*recreación* e lazer/*ocio* na América Latina, dificuldade expressada por Ried, Leiva e Elizalde (2009), Suárez (2009) e Gomes (2008), entre outros. Os conceitos de recreação/*recreación* e lazer/*ocio* coexistem em muitos países latino-americanos, mas, geralmente, observa-se uma grande dificuldade de compreensão e, muitas vezes, a difusão de entendimentos pouco aprofundados.

No que diz respeito aos estudos sobre o lazer na América Latina, é notável não somente a influência norte-americana (mais significativa no México e na América Central), mas também a europeia, que alcançou muitos países da América do Sul e de outras partes da região.



Segundo Marcellino (1996), foi preciso esperar as primeiras décadas do século XX para que o estudo sistemático do lazer fosse desenvolvido nos Estados Unidos e na Europa. Esse entendimento encontra sustentação no pensamento de Dumazedier (1979, p. 21), quando o autor afirmou que foi “preciso esperar os anos 1920-1930 para ver, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, os primeiros estudos da sociologia empírica do lazer propriamente dita”.

Essas considerações evidenciam que, diferentemente da recreação, os estudos sobre o lazer não foram elaborados somente nos Estados Unidos, envolvendo também uma vasta produção sistematizada nas primeiras décadas do século XX por sociólogos europeus, com destaque para França e Inglaterra. Assim, autores norte-americanos e europeus formularam teorias e conceitos sobre o lazer – como, por exemplo, Max Kaplan e Sebastian De Grazia nos Estados Unidos, Stanley Parker na Inglaterra, Jean Fourastié e Joffre Dumazedier na França. Mesmo preservando algumas particularidades, muitas das publicações desses e outros autores conferem uma posição destacada ao trabalho, categoria que mobilizou análises sociológicas e se tornou referência básica e determinante nos estudos sobre o lazer no contexto ocidental.

Tendo como pano de fundo as antigas sociedades greco-romanas ou as modernas sociedades urbano-industriais (notadamente capitalistas), o lazer constituiu um objeto de reflexões sociológicas e passou a ser considerado por vários autores como uma esfera típica do tempo de “não trabalho”. Nesse sentido, os estudos sobre o lazer focalizaram o tema opondo-o ao trabalho produtivo e situando-o no âmbito do chamado tempo livre. Esses aspectos evidenciam os fundamentos de uma abordagem que influencia não somente os saberes sobre o lazer difundidos na América Latina, mas as sociedades ocidentais em geral.

De acordo com esses postulados, as origens do lazer podem ser localizadas na antiga Grécia clássica ou na modernidade europeia. De fato, em nossos estudos constatamos que, para muitos autores latino-americanos, a existência do lazer é observada desde as sociedades gregas e, para outros, o lazer é um fenômeno específico das sociedades modernas, urbanas e industrializadas. Essas duas possibilidades em termos da ocorrência

histórica do lazer são divergentes e ainda geram muitos debates acadêmicos (Gomes, 2011).

Entretanto, ambas revelam um olhar eurocêntrico na medida em que a Europa, com suas práticas e instituições, é considerada imprescindível e determinante para o “surgimento” do lazer em todos os cantos do mundo. Segundo Dussel (2000), até o século XV a Europa Latina era uma cultura periférica, isolada e sitiada pelos muçulmanos. Até esse momento a Europa nunca havia sido um centro mundial. A designação *Europa* só passou a ser utilizada com um sentido continental por volta do século XVIII, como um claro esforço para reforçar o imaginário social acerca da existência de uma unidade entre os países imperialistas daquele continente, fortalecendo-os e destacando-os. O autor explica que, apesar de estar tão difundido e naturalizado entre nós, o pensamento de que o Ocidente é o resultado da sequência helenístico+romano+cristão é uma equação falsa, uma invenção ideológica que rapta a cultura grega como se ela fosse exclusivamente europeia e ocidental. Além disso, é importante acrescentar que a diacronia unilinear Grécia-Roma-Europa é um constructo ideológico forjado no final do século XVIII que reforçou o mito de que, desde as épocas do apogeu grego e romano, tais culturas foram o centro da história mundial. Isso foi possível, de acordo com Dussel, após a descoberta da América – quando a Europa moderna, pela primeira vez na história, constitui outras culturas como sua periferia.

Uma vez mais, manifesta-se a presença da colonialidade do saber que invisibiliza outras formas de perceber e interpretar as múltiplas realidades sociais coexistentes no mundo. Assim, se perpetua a ideia de que existe uma história única e universal do lazer, que coloca a Europa em uma posição central, destacada e que deve ser tratada como válida para todo o mundo.

Discordamos dessas interpretações porque elas colaboram com a manutenção de uma lógica evolutiva e linear que define os tempos, as histórias, as culturas, os saberes e as práticas de todas as realidades e de todos os povos que, por sua vez, devem almejar o modelo ocidental – urbano, industrial e capitalista – como o ideal a ser alcançado para atingir um suposto progresso. Esse contexto foi importante para a produção de algumas teorias mais elaboradas sobre o lazer, vinculadas principalmente

à temática do trabalho produtivo. Mas um conceito não é o fenômeno, é somente uma representação da realidade que se pretende designar, como já discutimos em outro trabalho (Gomes; Elizalde, 2012). Dessa maneira, o que “surgiu” na Europa do século XIX foi o entendimento do lazer como antítese do trabalho industrial capitalista. Essa compreensão vem predominando no Ocidente, mas não corresponde integralmente à realidade que o conceito busca representar.

Em boa parte das sociedades latino-americanas, africanas e asiáticas, há um nítido contraste com as europeias e outras do bloco dos países do chamado hemisfério Norte, o que também é válido quando se considera o lazer. Por isso, tratar o lazer como se sua existência somente fosse possível nos “modernos” centros urbanos e industrializados, e em oposição ao trabalho, pode ser indício do alcance de um modelo civilizatório que utiliza a colonialidade do poder e do saber como estratégia de dominação cultural. Dessa forma, fazendo um vínculo com o que assinala Dumazedier (1979), o lazer se resumiria aos períodos de tempo institucionalizados para que os trabalhadores descansem, se divirtam ou desenvolvam a sua personalidade.

Por certo, seguindo essa perspectiva, o lazer seria parte fundamental, estrutural e constituinte de um projeto político de sociedade: a capitalista. Essa compreensão invisibiliza não somente outros projetos políticos de sociedade, mas também outras dimensões da vida social além do trabalho produtivo. Discordamos dessa visão porque, ao privilegiar um olhar único sobre a realidade, ela limita as compreensões do lazer nos distintos contextos socioculturais do mundo que apresentam uma diversidade necessária de ser reconhecida. Por isso, abraçamos uma compreensão de lazer como necessidade humana e dimensão da cultura, o que é um olhar entre muitos outros que vêm sendo desenvolvidos sobre essa temática, especialmente no contexto latino-americano.

Como esclarece Escobar (2000), para falar de América Latina é necessário considerar os lugares e as realidades locais, obviamente sem perder de vista o contexto mais amplo. Nesse sentido, as análises sobre os conceitos e teorias do lazer e da recreação não podem ser tratados como universais e globalizantes, e devem ser contextualizados, considerando o dinamismo e a diversidade sociocultural latino-americana.

Ferreira (1959, p. 70) desenvolveu uma relevante reflexão nesse sentido quando afirmou que “a problemática somente será plenamente inteligível quando devidamente (...) estudado o lazer no seio do contexto cultural de que faz parte”. Seu estudo é muito interessante, mas não apresenta fundamentos sobre o lazer coerentes com o contexto pesquisado, pois o autor lança mão de teorias norte-americanas sobre a recreação para fundamentar sua pesquisa junto aos operários baianos, no Brasil. Ele próprio destacou a falta de estudos sobre a temática, mas acabou não percebendo que sua própria pesquisa poderia gerar conhecimentos contextualizados e críticos sobre o lazer, pois os referenciais utilizados não eram pertinentes para o tema estudado, tampouco para o contexto pesquisado.

Ainda tratando dessa perspectiva crítica, o próprio Ferreira (1959, p. 15) ressaltou que a apreensão do fenômeno em matrizes estrangeiras conduz, frequentemente, “ao embotamento do senso crítico, à perda da consciência das peculiaridades da sociedade brasileira, e em contrapartida, à aquisição da crença de que o fenômeno ou acontece como nos países modelos, ou não existe”.

No caso da América Latina esse cuidado é fundamental porque, em geral, o desenvolvimento teórico-conceitual do lazer e da recreação mais difundido entre os estudiosos dessas temáticas está diretamente vinculado às características e aos interesses que são próprios de outras realidades. Sendo assim, é necessário entender e avaliar a necessidade de ressignificar, reler e reescrever com profunda atenção os fundamentos adotados.

Assim, superar as diversas formas de colonialidade existentes na América Latina é um desafio pendente, algo que também é válido para o campo do lazer na medida em que é urgente construir compreensões próprias, contextualizadas, problematizadoras, críticas, criativas e alternativas sobre o tema. Para isso, considera-se de vital importância reconhecer os saberes silenciados e invisibilizados no âmbito do lazer, e, paralelamente, desenvolver novas perspectivas que permitam repensar as realidades socioculturais latino-americanas desde outros lugares e com outras lógicas, coerentes com suas próprias problemáticas, desafios e potencialidades.

Destaca-se a necessidade de contribuir com a educação para/pelo lazer numa perspectiva contra-hegemônica e transformacional. Mas o

que pretendemos enunciar quando concebemos essa perspectiva para o lazer? Em que consiste o lazer contra-hegemônico e transformacional?

## Lazer contra-hegemônico e transformacional

O mundo atual, nos marcos do capitalismo neoliberal, apresenta sinais de crise acentuada na humanidade de proporções catastróficas: desigualdades sociais, com realidades de extrema pobreza nos países periféricos, acompanhadas das mazelas delas decorrentes (desemprego, fome, doenças, baixos níveis de escolaridade, paupérrimas condições de moradias, violência de naturezas diferentes, drogas etc.) e degradação ambiental com sérios riscos de colapso ecológico. Em contrapartida, a tecnologia avança a níveis sofisticados, a concentração da riqueza é cada dia maior e cresce o consumismo desenfreado, gerando uma condição preocupante (Grangeiro, 2009; Elizalde, 2011). Isso nos leva a constatar que estamos em uma real situação de “alerta planetário” e de colapso sociocultural, o que decorre da lógica capitalista hegemônica, instigando-nos a buscar alternativas para superá-la.

Por isso, uma perspectiva contra-hegemônica precisa envolver um amplo conjunto de redes, iniciativas, estratégias educativas e movimentos populares engajados na compreensão e no enfrentamento das consequências econômicas, sociais e políticas do capitalismo neoliberal, como salienta Boaventura de Sousa Santos (2001).

O autor (Santos, 2003) destaca que a contra-hegemonia é portadora de uma constituição “genética” que pode ser considerada crítica, emancipatória e utópica. É *crítica* porque transcende as posturas passivas e conformistas, adotando uma posição de denúncia. É *emancipatória* porque está radicalmente comprometida com os diferentes projetos de luta contra-hegemônicos e caminha no sentido de combater e erradicar o agravamento das injustiças econômicas, políticas e sociais existentes. E desempenha uma função *utópica* porque restitui o valor de conceitos tão desgastados pelo realismo político como esperança, imaginação utópica, mudança ou futuro aberto, entre outros.

Ademais, a contra-hegemonia almeja uma mudança de rumo que contém uma dupla dimensão: crítico-descritiva, ao desafiar a ordem das coisas existentes, e propositivo-transgressora, que se concretiza na proposição de alternativas possíveis, que funcionam como horizonte mobilizador da ação coletiva e individual (Santos, 2003).

Seguindo essas premissas, o lazer é aqui adjetivado como contra-hegemônico, complementando alguns trabalhos que já desenvolvemos nesta direção (Elizalde, 2010, 2011, 2012; Gomes, 2010, 2011; Gomes; Elizalde, 2012). Mesmo sendo uma proposta em construção, consideramos que muitas experiências de lazer, potencialmente, podem confrontar a colonialidade do poder e do saber. Exatamente por isso, o lazer pode ser contra-hegemônico. Assim, visualizamos no lazer um campo possível para desenvolver ações alternativas comprometidas com o repensar dos limites e possibilidades que marcam a nossa existência, com a superação da passividade e do conformismo e com a concretização de iniciativas voltadas para a mobilização e o engajamento social e político. Por isso, enquanto aporte para a transformação social, o lazer precisa ser vivenciado, assimilado e estudado com matizes críticas, emancipatórias e utópicas.

É importante esclarecer que a perspectiva transformacional aqui vislumbrada apoia-se, entre outros autores, em Paulo Freire. Embora o importante legado por ele construído possa demandar releituras e novas configurações no século XXI, muitas de suas ideias continuam sendo parâmetros fundamentais para guiar o lazer na perspectiva aqui anunciada. O autor ressalta que toda prática social implica concepções de seres humanos e de mundo, as quais constituem a energia que motiva e impulsiona os sujeitos em alguma direção. Esse sujeito é capaz de sentir, pensar e agir criticamente, estando disposto a construir e a reconstruir rotas que o permitam caminhar continuamente – mesmo que não seja a passos largos, rápidos e sempre exitosos. Dessa forma, Paulo Freire chama a atenção para as implicações decorrentes das crenças e dos valores que determinam a ação humana, ressaltando a importância de termos uma percepção crítica da realidade, com vistas a uma ação transformadora (Freire, 1978).

Para transformar a realidade, Freire (1978) expressa, como ponto de partida, a análise e compreensão crítica do ser humano sobre si mesmo e

sobre o seu contexto, como “existentes no mundo e com o mundo”, deixando gravadas as suas marcas distintivas, o seu pensar, o seu criar, o seu agir e os seus valores. Todas essas marcas distintivas se expressam e interferem nos conhecimentos e nas vivências de lazer, que, muitas vezes, são influenciados e determinados pela lógica hegemônica. O autor salienta, ainda, a necessidade de superarmos as antigas dicotomias que impedem o nosso avanço. Ao pensar nas relações mente/corpo, razão/emoção, homem/mulher, branco/negro, escrito/oral, trabalho/lazer, norte/sul, Ocidente/Oriente, por exemplo, automaticamente constata-se a situação de privilégio e supremacia do primeiro termo, em detrimento do segundo, pois todas elas trazem implícita uma relação de hierarquização.

Precisamos, assim, nos comprometer com conhecimentos e experiências de lazer pautados em relações de reciprocidade. Por meio de diferentes opções, o lazer pode contribuir com a (re)elaboração de valores e com a caminhada em direção ao processo de (re)construção e (re)humanização de nossas sociedades. Entre essas opções de lazer, podem ser citadas inúmeras possibilidades: festas, jogos, passeios, viagens, poesia, grafite e desenhos, pintura, escultura, vivências e expressões corporais, música, jogos eletrônicos e experiências virtuais, fotografia, teatro, atividades comunitárias, feiras com diversas modalidades de intercâmbio, atividades recreativas e esportivas, festivais e eventos artísticos, variadas formas de educação popular local, espaços de conversação e debate. Essas e outras incontáveis alternativas de lazer podem contribuir com a manutenção da lógica hegemônica tanto pela via da produção do conhecimento como da vivência cotidiana, ou, contrariamente, podem gerar tempos e espaços contra-hegemônicos e transformacionais.

Milton Santos (2000) colabora com essa discussão quando afirmou que muitas práticas culturais constituem autênticas formas de lazer popular, representativas do povo *fazendo cultura* e, especialmente por isso, *fazendo política*. Assim, lazer também é política, podendo ser revolucionário ao constituir uma ferramenta mobilizadora de mudanças sociais e pessoais.

Nesse sentido o lazer, como prática social, cultural e educativa, precisa ser ressignificado e repensado criticamente, não importando se trabalhamos com crianças, jovens, adultos ou idosos. Por isso, o lazer

contra-hegemônico e transformacional pode abrir a possibilidade de sonhar e constituir outros mundos possíveis: mais equitativos, participativos, sustentáveis, condições básicas para a solidariedade, a reciprocidade e a alteridade, enfim, para o exercício da interculturalidade, reconhecendo o valor e importância da diversidade humana e social.

Para Walsh (2001), a interculturalidade é um processo dinâmico e permanente de interação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade. Esse intercâmbio se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença. Estamos de acordo com a autora quando ela afirma que o conceito de interculturalidade é central à (re)construção de um pensamento crítico outro, concebido de outro modo, precisamente por três razões principais: primeiro porque está vivido e pensado no seio da colonialidade; segundo, porque reflete um pensamento não baseado nos legados eurocêntricos ou da modernidade e; em terceiro, porque tem sua origem no “sul”, dando assim uma volta à geopolítica dominante do conhecimento que tem tido seu centro no “norte” global.

Outro desafio para essa discussão é perceber que o diferente não está somente lá fora, em outro país ou continente. Aqui mesmo, contínua e cotidianamente são produzidas diferenças de gênero, classe, etnia, geração e tantas outras mais. Entender que essas diferenças não são dadas ou naturais, mas produzidas relacionalmente, é essencial, podendo ser passíveis de constante ressignificação. Em segundo lugar, importa perceber também que cada identidade é relacional, não precisando, por isso, ser cristalizada. “As culturas, as expressões culturais não são melhores nem piores, são diferentes entre elas. Como nós, por outro lado, a cultura não é, está sendo” (Freire; Faundez, 1985, p. 25).

Com isso, torna-se essencial imaginar outras formas de organização social, cultural, educativa, política, econômica, gnosiológica e epistemológica para o mundo e para os distintos territórios da América Latina. Em coerência com isso, é importante tomar consciência de que a principal causa da grave crise atual é justamente a aplicação do modelo capitalista consumista: um modelo baseado no crescimento econômico, na hiperexploração dos recursos naturais sem considerar os limites e



equilíbrios da vida e da natureza, na busca de lucro a qualquer custo, na especulação financeira e na exclusão social de uma ampla maioria de seres humanos.

Levando em consideração essas problemáticas, é essencial construir propostas e alternativas de mudança frente ao modelo social vigente – o que implica, necessariamente, transgressão enquanto crítica à lógica hegemônica que define os nossos modos de entender, sentir e agir. Assim, entendemos que o lazer contra-hegemônico e transformacional é um dos elementos que pode contribuir, efetivamente, nessa direção.

Muitos exemplos comprometidos com esses desafios poderiam ser mencionados. Suponhamos que uma família ou grupo de amigos, ao assistir a um programa de televisão ou a um filme no cinema, percebe que aquela produção cultural transmite e reforça, de modo explícito ou dissimulado, valores sexistas, racistas, classistas e consumistas. O que se pode fazer, nesse caso? Ao invés de desconsiderar essa situação, pode-se gerar diálogos sobre o conteúdo dessa experiência de lazer e aprofundar a compreensão crítica sobre as suas marcas distintivas, identificando quais são as intencionalidades, valores, ideologias e visões de mundo que elas perpetuam. De outra forma, a crescente difusão de conteúdos midiáticos fica silenciada e destituída da possibilidade de gerar um olhar crítico e uma prática emancipatória de lazer, no sentido de transcender as posturas passivas e conformistas.

A participação em uma festa ou evento artístico (de música, dança, teatro etc.) também pode ser mencionada. Cada vez mais, vivências de lazer como essas são vislumbradas e difundidas principalmente como um produto banal e supérfluo a ser consumido passivamente. Contudo, além de constituir uma possibilidade de diversão, esse tipo de experiência de lazer pode colocar em evidência e problematizar algo que está acontecendo no contexto local, regional ou mais amplo e que seja significativo para quem participa. Assim, na perspectiva contra-hegemônica e transformacional, as festas e eventos artísticos podem assumir um caráter crítico, transcendente e profundo, podendo instigar o repensar sobre a realidade a partir de outros olhares, ampliando e até mesmo mudando as mentalidades e práticas das pessoas envolvidas.

Um *rapper/hip-hop* também pode expressar seu olhar sobre a sociedade de forma crítica e criativa por meio da música, da dança, do grafite e de outras formas artísticas e culturais. O público pode apenas observar passivamente essa dinâmica, mas, paralelamente, ao compreender a letra das músicas e assimilar o conteúdo dessas manifestações, pode interpretar esse olhar crítico e vinculá-lo com sua própria visão de mundo, almejando a sua transformação. Tudo isso pode gerar novos espaços de diálogo e de ampliação de conteúdos críticos, emancipatórios e utópicos.

Inúmeros outros exemplos poderiam ser citados. O importante é que os lazeres usufruídos incentivem aprendizagens significativas que transformem os participantes e estimulem a satisfação de várias necessidades ao mesmo tempo. Nesse sentido o lazer contra-hegemônico e transformacional pode ser entendido como um catalisador sinérgico, que recursivamente permite o desenvolvimento das diversas dimensões humanas.

Dessa forma, o lazer contra-hegemônico e transformacional é um potencial aporte para a mudança social (Elizalde, 2010):

- Por permitir o repensar crítico das sociedades atuais e o lugar dos seres humanos dentro delas.
- Por estimular a criação e a construção de alternativas ao modelo atual no caminho em direção a sociedades sustentáveis, solidárias e participativas.
- Por ser um campo de produção de novos conhecimentos comprometidos com a humanização da vida individual e coletiva.
- Por possibilitar uma nova forma de desfrute do tempo/espaço social, ampliando a capacidade humana de eleger o que nos afeta e de sonhar com mundos distintos.

Em suma, no intento por criar alternativas críticas, emancipatórias e utópicas (Santos, 2003), é interessante considerar que o lazer contra-hegemônico e transformacional pode representar um tempo/espaço de reflexão sobre a ordem social vigente e o modelo sociocultural que se pretende mostrar como superior e universal. Isso é, precisamente, o que o diferencia do lazer conformista, alienado e consumista. Dessa forma, o lazer transformacional poderá contribuir com a superação da

colonialidade do poder e do saber discutida neste texto, gerando saberes situados e constituindo experiências capazes de dialogar crítica e criativamente com as realidades latino-americanas.

## Notas

- <sup>1</sup> A América Latina é constituída, atualmente, por: 35 países independentes, sendo 12 situados na América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela); 7 na América Central (Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá), o México na América do Norte; e 15 países constituídos por ilhas localizadas na região do Caribe (Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Cuba, Curaçao, Dominica, Granada, Haiti, Jamaica, República Dominicana, San Cristóvão y Nevis, Santa Lucia, San Martín, San Vicente y Granadinas, Trinidad y Tobago). Porto Rico também está situado na região do Caribe e integra a América Latina, mas, na realidade, tem status de território autônomo dos Estados Unidos, sendo governado pelo mesmo presidente. Pertencem à França os demais Estados e territórios que compõem a América Latina: Guiana Francesa, Guadalupe, Martinica e São Bartolomeu, além da Ilha Clipperton. No oceano Atlântico Sul, há também as Ilhas Malvinas, território ultramarino da Inglaterra, cuja soberania continua sendo reivindicada pela Argentina.
- <sup>2</sup> As bases ideológicas da modernidade são, geralmente, localizadas na Europa em decorrência de três movimentos principais: a reforma protestante, o Iluminismo e a Revolução Industrial processada nos principais centros urbanos capitalistas. Como esclarece Dussel (2000), esta é uma visão pautada no eurocentrismo, pois estabelece e reconhece apenas fenômenos “intraeuropeus” como ponto de partida para a modernidade. No entanto, essa compreensão de modernidade precisa ser refutada. Trata-se de um paradigma que, além de ser centrado na Europa, exclui a decisiva participação de outras realidades nesse jogo que envolveu, de maneira desigual, vários componentes, entre os quais os povos e culturas de outros continentes, como América Latina e África. A conquista do oceano Atlântico e o desenvolvimento do mercantilismo permitiram aos países colonizadores da Europa um extraordinário acúmulo de riqueza monetária – elementos que conferiram as condições históricas e sociais fundamentais para a constituição da modernidade de um ponto de vista mais ampliado, que extrapola as fronteiras do continente europeu. Por isso, a colonialidade constitui a “face oculta” da modernidade (Gomes, 2010).
- <sup>3</sup> O livro *Formação em Lazer/Recreación/Tiempo Libre: análise dos Mestrados do Brasil, Costa Rica, Equador e México* (Gomes; Elizalde, 2013) foi fruto de uma pesquisa que buscou conhecer as interfaces e diferenças entre cinco mestrados latino-americanos em lazer/recreación/tempo libre. Para enriquecer a investigação, foram realizadas entrevistas com estudiosos e profissionais que atuam no campo do lazer em alguns países latino-americanos. Essa pesquisa contou com o apoio do CNPq, FAPEMIG e Ministério do Esporte.

## Referências

- AGUILAR, L. El desarrollo de la investigación sobre recreación, tiempo libre y ocio. *Revista Humanidades*, Fortaleza, v. 26, n. 2, p. 193-207, jul./dez. 2011.
- CASTRO-GÓMEZ, S. Ciencias Sociales, violencia epistémica y el problema de la "invención del otro". In: LANDER, E. (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/castro.rtf>>. Acesso em: 30 mar. 2012.
- DEL PASO, F. *Notícias do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- DIAS, W. S. *A ideia da América Latina nos livros didáticos de geografia*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- DUSSEL, E. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, E. (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/dussel.rtf>>. Acesso em: 30 mar. 2012.
- ELIZALDE, R. Resignificación del ocio: Aportes para un aprendizaje transformacional. *Revista Polis*, Santiago, v. 9, n. 25, p. 437-460, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n25/art26.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- ELIZALDE, R. Sustentabilidade, juventude e lazer. In: FORTINI, J.; GOMES, C. L.; ELIZALDE, R. (Org.). *Desafios e perspectivas da educação para o lazer/Desafios y perspectivas de la educación para el ocio/Challenges and Prospects of Education for Leisure*. Belo Horizonte: SESC/Otium, 2011. p. 95-110.
- ELIZALDE, R. *Aportes del ocio para un aprendizaje transformacional*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Bolivariana, Santiago, Chile, 2012.
- ESCOBAR, A. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? In: LANDER, E. (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/escobar.rtf>>. Acesso em: 30 mar. 2012.
- FERREIRA, A. *Lazer operário: um estudo de organização social das cidades*. Salvador: Livraria Progresso, 1959.
- FLEURI, R. M. Intercultura e educação. *Revista Grifos*. Dossiê Educação Intercultural. Chapecó, SC, Argos, p. 17-48, 2004.

- FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Moraes, 1980.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GALVAN, I. Y. A recreação na comunidade e nas organizações do terceiro setor. In: FORTINI, J. L. M.; GOMES, C. L.; ELIZALDE, R. (Org.). *Desafios e perspectivas da educação para o lazer/Desafios y perspectivas de la educación para el ocio/Challenges and prospects of education for leisure*. Belo Horizonte: Editorial SESC/Otium, 2011. p. 111-124.
- GOMES, C. L. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. 2. ed. rev./ atual. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- GOMES, C. L. Ocio, recreación e interculturalidad desde el "Sur" del mundo: desafíos actuales. *Revista Polis*, v. 9, n. 26. Santiago: Universidad Bolivariana, p. 199-217, 2010. (impresso e digital). Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-65682010000200010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-65682010000200010&script=sci_arttext)> Acesso em: 27 mar. 2012.
- GOMES, C. L. Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento. *Licere*. Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 1-25, set./ 2011. Disponível em: <<http://www.anima.cefd.ufjf.br/licere/sumario.html?ed=29>>. Acesso em: 27 mar. 2012.
- GOMES, C. L.; ELIZALDE, R. *Horizontes latino-americanos do lazer/Horizontes latinoamericanos del ocio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- GOMES, C. L.; ELIZALDE, R. (Org.). *Formação em Lazer/Recreación/Tiempo Libre: análise dos mestrados do Brasil, Costa Rica, Equador e México*. Belo Horizonte: Editora UFMG. (no prelo)
- GOMES, C. L. et al (Org.). *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latino-américa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- GRANGEIRO, L. H. F. *Paulo Freire iluminando os caminhos da educação ambiental: diálogos contemporâneos e decálogo inspirador e ressignificador de novas concepções e práticas*. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Universitat de Les Illes Balears (UIB), Palma de Mallorca, 2009.
- LANDER, E. Ciencias Sociales: saberes coloniales y eurocéntrico. In: LANDER, E. (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.

MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 1996.

MIGNOLO, W. D. La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In: LANDER, E. (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/mignolo.rtf>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

MIGNOLO, W. D. *Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

OLIVARES, M.; PAZ, E. Recreação comercial no México. In: FORTINI, J. L. M.; GOMES, C. L.; ELIZALDE, R. (Org.). *Desafios e perspectivas da educação para o lazer/Desafios y perspectivas de la educación para el ocio/Challenges and prospects of education for leisure*. Belo Horizonte: Editorial SESC/Otium, 2011. p. 47-56.

OSORIO, E. La recreación en Colombia: Um campo en construcción. In: GOMES, C. L. et al. (Org.). *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latino-América*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 217-252.

PÉREZ, A.; LEÓN, S. Tiempo libre, actividad deportivo-recreativa y estilos de vida en Cuba. In: GOMES, C. L. et al. (Org.). *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latino-América*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 253-294.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Comp.). *Ciencias Sociales: saberes coloniales y eurocéntrico. La colonialidad del saber: eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Org.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-126.

RIED, A.; LEIVA, R.; ELIZALDE, R. La recreación en Chile: Una mirada desde la actualidad y la precariedad. In: GOMES, C. L. et al. (Org.). *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latino-América*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 181-216.

SALAZAR-SALAS, C. G. *Recreación*. San José, Costa Rica: Editorial UCR, 2007.

SANTOS, B. de S. *Globalização: fatalidade ou utopia*. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

SANTOS, B. de S. *Crítica de la razón indolente*. Contra el desperdicio de la experiencia. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2003.

SANTOS, B. de S. *Conocer desde el Sur*: para una cultura política emancipatoria. Santiago: Editorial Universidad Bolivariana, 2008.

SANTOS, M. Lazer popular e geração de empregos. In: Serviço Social do Comércio/ World Leisure And Recreation Association. *Lazer numa sociedade globalizada/Leisure in a Globalized Society*. São Paulo: SEESC/WLRA, 2000. p. 31-37.

SHOHAT, E.; STAM, R. *Crítica da imagem eurocêntrica*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SUÁREZ, S. Una aproximación de la representación social de la recreación en Argentina: Aportes para resignificar el concepto. In: GOMES, C. L. et al. (Org.). *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latino-América*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 41-65.

WAICHMAN, P. A. ¿Cuál recreación para América Latina? *Cuaderno Venezolano de Sociología*. Maracaibo, v. 18, n. 1, p. 101-108, 2009. Disponível em: <[http://www2.scielo.org/ve/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S131500062009000100007&lng=es&nrm=iso](http://www2.scielo.org/ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S131500062009000100007&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 10 ago. 2010.

WALSH, C. ¿Qué conocimiento(s)? Reflexiones sobre las políticas de conocimiento, el campo académico, y el movimiento indígena ecuatoriano. *Boletín ICCI - "RIMAY"*. Instituto Científico de Culturas Indígenas, Quito, ano 3, n. 25, abr. 2001.

ZEA, L. *Latinoamérica: tercer mundo*. México: Extemporáneos, 1977.

*Silvia Cristina Franco Amaral*

## Apontamentos sobre a produção em políticas públicas de lazer

Este texto tem por objetivo refletir sobre a produção de políticas públicas de lazer. Um dos primeiros problemas que enfrenta o pesquisador de políticas públicas é a polissemia no uso da palavra política. Muller e Surel (1998) contribuem para que possamos esclarecer e melhor definir a que estamos nos referindo quando tratamos do tema. É possível interpretar o termo política a partir de três dimensões: a esfera da política (*polity*), a atividade política (*politics*) e a ação pública (*policy/policies*).

A primeira dimensão trata da política de forma filosófica, epistemológica, conceitual e, conseqüentemente, da organização do sistema político em si, da distribuição dos cargos, do sistema legal que sustenta a consecução da política. A segunda diz respeito à atividade política em geral, ou seja, a política partidária, a disputa pelos cargos políticos e as inúmeras formas de mobilização da sociedade. A terceira, e última, trata do processo de elaboração e implementação de ação pública, por meio de dispositivos político-administrativos coordenados *a priori* em torno de objetivos explícitos (Muller; Surel, 1998).

Frey (2000), que também se ancora na língua inglesa para superar a polissemia do termo política, afirma que *polity* é a ordem do sistema político, permeada pelo sistema jurídico, assim como a estrutura institucional



do sistema político-administrativo. *Politics* é o caráter conflituoso da política, e justifica tal fato à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição. E ao tratar de *policy* o autor afirma que é essencial se atentar para os conteúdos concretos, ou seja, "(...) à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas" (Frey, 2000, p. 217).

Esta explicação inicial serve para olharmos para a produção a partir de elementos que constituem as três dimensões do termo política. Os autores utilizam os termos em inglês porque a palavra política, em português, é polissêmica, incorporando numa só palavra as três dimensões. Ainda, adjetivar a política com o vocábulo pública significa afirmar que se trata da ação do Estado, revestido de autoridade, a fim de assegurar o direito ao lazer.

Os estudos de política pública são caracterizados como uma subdisciplina da ciência política, com características interdisciplinares (Melo, 1999). Isso, que poderia promover análises e pesquisas conjuntas, tem configurado uma fragmentação organizacional da comunidade científica. É possível observar, nas últimas décadas, como esse campo de investigação vem ocupando espaço e relevância dentro da ciência política e administrativa e em outras áreas, encaradas como setoriais na consecução da política pública, entre elas o lazer. Porém, em muitas pesquisas realizadas sobre esse objeto ainda predomina a análise das estruturas e instituições ou a "(...) caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas (...)" (Frey, 2000, p. 214), que contribuem para a elaboração de investigações de natureza descritiva. A partir desta última ótica é que se inserem a maioria das pesquisas sobre políticas públicas de lazer, embora já se possam notar pesquisas que mesclam microanálises com análises macroestruturais, o que é desejável segundo Frey (2000).

Em termos cronológicos, os estudos sobre políticas públicas são recentes tendo surgido no início dos anos de 1950 nos Estados Unidos (Frey, 2000), denominados de *policy science*. Na Europa, a preocupação com esse tema só ganhou força a partir dos anos de 1970. No Brasil, estes são recentes e de acordo com Melo (1999) possuem bases relativamente curtas no que se refere à sua genealogia intelectual.

No entanto, foi o surgimento de dilemas sociais na América Latina, no decorrer da década de 1980, impondo grandes dificuldades à implementação de um modelo de democracia que ultrapassasse um quadro meramente procedimental, que agregou valor à ampliação dos estudos sobre políticas públicas. Considerando que o cenário daquela década, na região latino-americana, identificava cidadãos excluídos das políticas públicas, em termos gerais havia nestes uma tentativa em se alcançar instrumentos e mecanismos de soluções para as demandas e reivindicações da sociedade.

No caso do lazer, após a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, na qual a temática ganhou status de direito social, o tema se impôs às diferentes esferas de governo. Tal fato promoveu, mesmo que de forma incipiente, desdobramentos legais e procedimentais. Também é fato que pelo menos duas concepções antagônicas de Estado disputam a direção de sua consecução, uma que o encara como direito social e outra que o pensa como um bem de consumo. Sobre esse cenário de democratização da América Latina *pari passu* ao avanço de políticas neoliberais Dagnino (2004) denomina “confluência perversa”.<sup>1</sup>

Também é necessário, como afirmam Santos e Amaral (2010, p. 2), pensar sobre o objeto da política.

Ou seja, é necessário que tenhamos uma definição do objeto da política. O que é ainda mais premente quando tratamos das políticas sociais, pois seu objeto são os direitos sociais que, diferentemente dos demais conjuntos de direitos que compõem a noção moderna de cidadania – direitos civis e políticos –, só são efetivados através da ação positiva do Estado, que se materializa na forma de políticas sociais.

As autoras defendem que para o lazer não há uma única definição, o que torna esse objeto da política difuso e pouco reivindicado. Indo mais além nesta reflexão, penso que o não consenso em torno de uma definição de lazer talvez não seja o impeditivo de sua reivindicação, mas sim o não entendimento pelos atores públicos e privados desse tema e área como passível de legitimidade quanto ao seu tratamento como direito e consequentemente como política pública.

Nesse contexto é possível identificar os primeiros estudos sobre políticas públicas de lazer em meados da década de 1990. Certamente uma obra que, se não é a primeira, marcou esse esforço inicial é a coletânea “Políticas públicas setoriais de lazer”, organizada por Nelson Carvalho Marcellino, em 1996. Ela contém textos de autores do grupo que o professor coordenava na época, mesclados a experiências bem-sucedidas de gestão do lazer nos municípios governados pela esquerda brasileira, daquele período. De lá para cá a produção sobre políticas públicas de lazer ganhou fôlego. Acreditamos que isso se deve a diversos fatores, como interesse pela temática, necessidade de assessoramento no planejamento de políticas públicas, linhas específicas de fomento para o tema das políticas públicas, aumento do número de doutores que se dedicam ao tema, bem como a criação do Ministério do Esporte e da Rede Cedes, entre outros.

Como já anunciado, pretendemos tecer um panorama das pesquisas sobre políticas públicas de lazer no Brasil analisando-os a partir de alguns conceitos básicos ao seu entendimento. Vasculhamos artigos da *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, *Revista Movimento*, *Revista Pensar a Prática*, *Licere* e *Motrivivência*, porque estes são os periódicos no qual há maior incidência de artigos dessa temática. Para esta análise a opção do recorte temporal é dos últimos cinco anos (2009-2013), entendendo que nesse período se localizam mudanças substanciais, tanto de investimento na área das políticas públicas que incidem nesse tema, quanto na reconfiguração do campo acadêmico no qual há espaço para esse tipo de investigação. Olhamos para a produção em programas de pós-graduação dessa área e para o programa de lazer da área interdisciplinar.<sup>2</sup> Também identificamos quais grupos de estudos cadastrados no CNPq relatam que pesquisa diretamente este tema na semana de 28 a 31 de outubro de 2013.<sup>3</sup> Por fim, elegemos algumas revistas internacionais<sup>4</sup> sobre lazer para fazermos um levantamento de tendências no debate e investigação sobre política pública, procurando estar abertos a dialogar com a mundialização do conhecimento.<sup>5</sup> Registre-se que em nossa busca em periódicos nos deparamos com várias análises cujo objetivo foi refletir sobre a produção em políticas públicas de lazer como dos artigos de Amaral e Pereira (2009) “Reflexões sobre a produção em políticas públicas de Educação Física Esporte e Lazer”; Alves *et al.* (2012) *Lazer e políticas públicas no*

*setor governamental* – análise da revista *Licere*; Alves *et al.* (2012) “Lazer, políticas públicas não governamentais e estudos conceituais na revista *Licere*”.

## **Políticas públicas de lazer: um olhar da produção a partir de conceitos básicos**

Afirmávamos em texto publicado anteriormente que política pública é “(...) toda atividade política que tem como objetivo específico assegurar, mediante a intervenção do Estado, o funcionamento harmonioso da sociedade, suplantando conflitos e garantindo a manutenção do sistema vigente” (Amaral, 2004, p. 183). Contudo, o avanço do debate conceitual nesse campo, e a nossa dedicação ao tema, nos permitem hoje perceber o quão simplificado era essa assertiva. Agregando mais elementos àquele conceito anterior, é necessário diferenciar decisão política da política pública em si, haja vista que a primeira pode não vir a se tornar a segunda, e, muitas vezes, uma não decisão constitui uma política pública.

Além disso, por mais óbvio que possa parecer, as políticas públicas são “públicas” – e não privadas ou apenas coletivas. A sua dimensão “pública” é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter “imperativo”. Isto significa que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público. As políticas públicas envolvem, portanto, atividade política. Para usar a linguagem de Easton, resultam do processamento, pelo sistema político, dos *inputs* originários do meio ambiente e, frequentemente, de *withinputs* (demandas originadas no interior do próprio sistema político) (Rua, 1998, p. 1).

Outro ponto fundamental para o entendimento das investigações de política pública é a distinção que existe entre o que é uma política de Estado e o que é uma política de governo. Höfling (2001) esclarece que Estado é o conjunto de instituições permanentes, como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras – que possibilitam a ação do governo. O funcionamento do Estado só é possível por meio de um ordenamento

legal. Assim, uma política de Estado se pauta no ordenamento legal, que prescreve uma política de longo prazo, que não poderá ser mudada conforme a perspectiva ideológica do partido que assume o governo. O governo condiz a um

(...) conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organizações, sociedade civil) e são propostos para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções do Estado por um determinado período (Höfling, 2001, p. 31).

Aqui aparece um primeiro elemento para a análise: existe uma política de Estado para o lazer? Um estudo que se preocupou com isso foi o de Santos (2011). A autora informa que a “pesquisa buscou reconstituir a trajetória do lazer na Constituinte para compreender como e por que ele foi incluído na Constituição Brasileira de 1988, quais os atores políticos e interesses envolvidos, e quais os significados e compreensões de lazer presentes no processo de construção de tal Constituição” (p. 13). Com tal objetivo Santos queria entender como e por que se constituiu o lazer como um direito social na Constituição Brasileira. Outro estudo que busca debruçar-se sobre uma política de Estado, olhando para a realidade latino-americana de língua espanhola, é o de Ramos “Os significados de *ocio/recreación* nas constituições de países latino-americanos de língua espanhola”. Diz a autora: “o objetivo geral desta pesquisa é compreender os enfoques, abrangências e especificidades do direito ao *ocio/recreación* nos documentos constitucionais, considerando os entendimentos atribuídos aos termos utilizados e o contexto em que estes foram gerados” (Ramos, 2012, p. 7).

Contudo, o fato de o lazer ter sido contemplado na Constituição Federal Brasileira de 1988 não significou um desdobramento que prescrevesse uma política de Estado. É possível perceber na própria Constituição um tratamento desigual a esse direito. Do artigo VII ao XII há indicações de diversas ordens, inclusive orçamentárias, de como alguns direitos sociais serão garantidos, o que não é o caso do lazer. Outro estudo que debate esse tema é o de Santos e Amaral (2010, p. 7) quando afirmam:

Essa provisoriade das políticas públicas de lazer, decorrente do fato de elas serem políticas de governo e não de Estado, expressa o lugar ocupado por ele na sociedade brasileira e evidencia o seu desenvolvimento no atual momento histórico. Tal desenvolvimento encontra-se articulado aos processos sociais e políticos que o engendram e que nos ajudam a compreender o lugar ocupado pelo lazer nas políticas sociais brasileiras. Assim, entender esses processos nos ajudará a compreender o lugar político ocupado pelo lazer no Brasil e possibilitará a construção social de seus sentidos e significados políticos.

Nas leis infraconstitucionais, que tratam do desdobramento de cada direito e que em tese configurariam uma política de Estado, o lazer se apresenta de forma pulverizada. Está descrito em vários documentos como no Estatuto da Cidade, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, nas leis da saúde, entre outras. Em vários desses casos, o lazer é reduzido à sua manifestação esportiva e, em grande parte, encarado como sinônimo do esporte participação.<sup>6</sup>

Não há muitas pesquisas que se debruçaram sobre este quadro normativo “pulverizado” do lazer e as repercussões disso para as políticas sociais. Este nos parece um tema de grande relevância, pois nos últimos anos temos estudado a intersetorialidade.<sup>7</sup> Contudo, como pensar intersetorialidade sem refletir sobre as ações setoriais do lazer?

Identificamos que há uma série de estudos que buscam entender a política de governo, sem necessariamente tocar no seu amparo legal. Os enfoques mais recorrentes destes são a gestão do lazer (especialmente a democratização do lazer e um aumento de pesquisas sobre o tema da intersetorialidade), as demandas por lazer, espaços e equipamentos (há vários sobre distribuição espacial destes e poucos acerca de georreferenciamento), e, em número menor, sobre a avaliação dos programas. Por fim, temos também pesquisas sobre a formação de pessoas para atuar nos programas, mas raríssimas sobre orçamento para a implementação de programas de lazer.

Tomamos como guia para nossa análise os conceitos básicos para o entendimento do que é uma política pública. Assim, procuramos estudos sobre a demanda, os atores (sujeitos da ação), a formulação de agenda, a

gestão em si (aqui encarada como o pessoal que atua nos programas, os recursos materiais e financeiros, e as formas de gerir a ação) e a avaliação.

Há várias análises sobre demanda pelo lazer. Porém, nem todas se preocuparam em identificar se tal demanda surge da sociedade ou, para usar o termo de Rua (1998), “do meio ambiente ou se do próprio sistema político”. Pelo quadro pulverizado e pouco normativo em que se encontram as políticas públicas de lazer hoje, no Brasil, certamente esta seria uma tarefa bem-vinda.

Além disso, Santos e Amaral (2010, p. 3) afirmam que a

presença marcante e crescente do lazer no debate acadêmico não se faz com a mesma expressão na vida rotineira das pessoas. Referimo-nos aqui exclusivamente ao uso desse vocábulo pelos cidadãos para designar o que fazem. Não estamos desconsiderando o crescente destaque que o lazer vem adquirindo na sociedade brasileira nos últimos anos, em diferentes âmbitos e instituições, mas apenas enfocando o fato de que as pessoas não denominam suas práticas, as atividades culturais que vivenciam, de lazer. Essa distância da produção teórica em torno do lazer à sua presença na vida das pessoas – nos termos acima explicitados –, além de muito nos instigar, acarreta algumas complicações para a construção de políticas que o tenham como objeto como, por exemplo, a ausência de reivindicações populares por lazer que, por sua vez, leva à dificuldade de ele se legitimar como direito social e, conseqüentemente, como política social. Além disso, o debate de tal campo de estudos também se faz pouco presente no ciclo das políticas de lazer que, muitas vezes, opera, em suas diferentes etapas, com concepções de lazer há muito superadas pelos estudos e pesquisas.

São exemplos de estudos sobre demanda por lazer o de Amaral (2007) “Avanços e contradições da participação popular na definição de políticas públicas de lazer em Porto Alegre”; França (2007) *Diálogos entre oferta e demanda: uma análise da relação entre o Poder Público e as Associações de Moradores/Usuários e Amigos de Parques e Bosques da Cidade de Curitiba*; Werle (2010) “Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer”; Castelan (2011) *As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)*; Stoppa, Marcellino e Silva (2011) “Políticas públicas de lazer e a metodologia

da ação comunitária”; Oliveira (2011) *Democracia participativa e políticas públicas de esporte e lazer: o Programa Esporte na Comunidade (Fortaleza/CE)*; e Rodrigues (2011) *O lazer nas políticas públicas participativas de Porto Alegre: estudo das gestões municipais de 1994 a 2004*.

De quem é a demanda por lazer? Ou quais são os atores que criam barreiras para uma demanda social por lazer? Este pode ser um interessante estudo sobre os atores que defendem e demandam lazer e aqueles que criam obstáculos. Claro que muitos já abordaram de forma indireta alguns desses atores. Entretanto, um estudo sobre o tema nos ajudaria a pensar sobre a atuação na formação dos profissionais do lazer e nos obstáculos à conscientização da população sobre a importância desse direito social.

A propósito, quem são os atores que demandam uma política social? Rua (1998) os classifica em públicos e privados. Para a autora, os atores públicos são constituídos de duas categorias: burocratas e políticos. Os primeiros são os funcionários de carreira e os segundos são aqueles que assumem um mandato eletivo. Quanto aos atores privados são os que representam interesses de diferentes setores da sociedade. Rua (1998) identifica que há atores que possuem mais força que outros. Ela expõe:

(...) entre os atores privados destacam-se os empresários. Sem qualquer sombra de dúvida, são atores dotados de grande capacidade de influir nas políticas públicas, já que são capazes de afetar a economia do país: controlam as atividades de produção, parcelas do mercado e a oferta de empregos. Os empresários podem se manifestar como atores individuais isolados ou como atores coletivos (Rua, 1998, p. 5).

Mas a autora não desconhece atores que possuem menos força – como os trabalhadores, os movimentos sociais –, e eu acrescentaria, hoje, grupos que se unem em torno de causas bastante específicas como o movimento por vias cicloviáveis. Também há atores de forte influência e que surgem no cenário internacional como agentes financeiros, ou de garantia dos direitos humanos, ou ainda que representam o interesse comercial de um capital multinacional como é o caso da Federation Internationale de Football Association (FIFA) ou Comitê Olímpico Internacional (COI).



Finalizando a ideia de um estudo ou de estudos sobre os atores, ou explicitando de outra forma: da arena das demandas, é importante, pois:

Grosso modo, a dinâmica das relações entre os atores pode obedecer a três padrões: lutas, jogos e debates. As lutas geralmente acontecem quando se trata de arenas redistributivas, onde se tem o chamado “jogo de soma-zero”, ou seja, uma situação na qual, para que um ator ganhe, o outro tem que perder. Esta é a pior de todas as situações em política. Entretanto, mesmo nestes casos, dependendo daquilo que esteja em jogo, e dependendo do custo do confronto para os atores envolvidos, é possível haver uma acomodação entre os interesses em conflito: pode-se ter uma situação onde um lado não ganhe tudo, nem o outro lado perca tudo. Cada um cede um pouco para resolver o conflito sem grandes enfrentamentos, cujo custo pode ser elevado. Por outro lado, a acomodação pode ser uma estratégia de algum ator interessado para adiar o confronto para o momento da implementação, quando a situação política e a correlação de forças podem lhe ser mais favoráveis (Rua, 1998, p. 9).

Identificamos várias pesquisas que, embora não se caracterizem explicitamente como lidando com os atores da política, ao abordar a formação e a atuação dos agentes e dos trabalhadores do lazer, estão tratando do tema. No caso brasileiro, não temos dados empíricos que sustentem essa afirmação, mas observações assistemáticas da realidade nos permitem afirmar que grande parte da demanda pode ser caracterizada como *withinputs*. Nessas demandas muito da preferência, da formação inicial e continuada, da experiência dos atores, sejam gestores, profissionais de carreira ou agente do lazer, condiz com a escolha do conteúdo da política. Estudos como de Suassuna (2009) *O programa esporte e lazer da cidade: a política de formação para o trabalho e o papel dos agentes sociais*; Figueiredo (2009) *Política e formação: o programa esporte e lazer da cidade no Distrito Federal e entorno*; Ewerton (2010) *Análise da formação profissional no programa esporte e lazer da cidade (PELC): olhar dos agentes sociais*; Lopes (2012) *Os princípios políticos do Programa BH Cidadania: o olhar de profissionais da Secretaria Municipal Adjunta de Esportes*; e Santos (2013) *A intervenção no lazer na política de segurança pública: a construção dos saberes de oficinheiros no Programa Fica Vivo!* exemplificam o exposto.

Relembrando que quando uma demanda deixa de ser um estado de coisas<sup>8</sup> e se transforma num problema político é que esta passa a ser incluída na agenda governamental. Após esse momento é que se dará início à formulação das alternativas que certamente é

(...) um dos mais importantes momentos do processo decisório, porque é quando se colocam claramente as preferências dos atores, manifestam-se os seus interesses e é então que os diversos atores entram em confronto. Cada um deles possui recursos de poder: influência, capacidade de afetar o funcionamento do sistema, meios de persuasão, votos, organização etc. E cada um deles possui preferências. Uma preferência é a alternativa de solução para um problema que mais beneficia um determinado ator. Assim, dependendo da sua posição, os atores podem ter preferências muito diversas uns dos outros quanto à melhor solução para um problema político. Estas preferências dependem do cálculo de custo/benefício de cada ator. O cálculo de custo/benefício é o cálculo das vantagens e desvantagens que cada ator tem em relação a cada alternativa proposta para solucionar um problema. Este cálculo não se restringe a custos econômicos ou financeiros. Envolve também elementos simbólicos, como prestígio; ou elementos políticos, como ambições de poder e ganhos ou perdas eleitorais, por exemplo (Rua, 1998, p. 9).

As preferências se formam em torno de *issues* ou questões. Rua nos ajuda a entender esse termo: “dependendo da decisão que for tomada quanto a esses pontos, alguns atores ganham e outros perdem, seus interesses são afetados e a política assume uma configuração ou outra” (1998, p. 11). Por exemplo, no lazer, são *issues*: o conceito de lazer, de cultura, a forma das atividades a serem propostas e o embate sobre o conceito de cultura, ou seja, o que é legítimo ou o que deve ser legitimado numa política pública. Como afirmamos antes não conseguimos encontrar estudos claros de formulação de agenda, em que os *issues* pudessem ser claramente identificáveis.

Sobre a gestão do lazer há vários estudos. Temas como democratização são encontrados em pesquisas como Lavoura, Schwartz, Machado (2007) “A democratização das atividades de aventura na natureza: o projeto ‘Canoagem Popular’”; Allen (2011) *Espaços e equipamentos públicos de*

*esporte e lazer em Praia Grande/SP: um olhar sobre a democratização*. Sobre a distribuição urbana de equipamentos e sua relação com outros aspectos sociais, temos como exemplo Rechia (2007) *Curitiba Cidade-Jardim: a relação dos espaços públicos e a natureza no âmbito das experiências do lazer e do esporte*; Mariano e Marcellino (2008) “Equipamentos de lazer em cidades pequenas de região metropolitana”; e Tschoke *et al.* (2011) “As experiências no âmbito do lazer e o princípio da inércia: uma analogia para pensar sobre os fatores que influenciam a apropriação dos espaços públicos”. Sobre a intersectorialidade há alguns estudos, como Costa (2009) *Na rede pelo lado de fora? Gestão matricial e políticas públicas de lazer na cidade de Santo André*; Bonalume (2010) *O esporte e o lazer na formulação de uma política pública intersectorial para a juventude: a experiência do PRONASCI*; Amaral e Costa (2012) “Possibilidades de matricialidade na administração pública do lazer”; Ribeiro (2012) *Um estudo das políticas públicas de lazer de Brotas/SP*; e Silva (2013) *Interfaces entre lazer e educação: o caso do Programa Escola Integrada do Município de Belo Horizonte*.

Por fim, sobre avaliação de políticas públicas, sobretudo a discussão de metodologias para tal procedimento, nada foi encontrado em nossa busca. Sabemos que há algumas pesquisas financiadas pela Rede Cedes, mas aqui decidimos não abordá-las. A avaliação de políticas públicas de um modo geral tem apresentado grande expansão, em especial a partir da década de 1990 no contexto da reforma do Estado brasileiro. Tinôco, Souza e Oliveira (2011) nos indicam que tem havido um predomínio de modelos avaliativos inspirados no positivismo, ligados à denominada avaliação gerencialista (que trata o Estado como uma empresa privada). Segundo os autores:

Não obstante, a avaliação de políticas públicas se defronta com muitos problemas e dificuldades, pois nem sempre os elementos indispensáveis à sua concretização, como a definição dos objetivos que se quer alcançar com a política, estão disponíveis para guiar a apreensão e julgamento dos efeitos e do impacto da política (2011, p. 311).

Bramante (informação oral, 2000) já denunciava que a avaliação é o elo perdido no ciclo de implementação de uma política pública.

## Grupos de pesquisa cadastrados no diretório de grupos do CNPq

Nesta seção, o objetivo é traçar um perfil dos grupos cadastrados no diretório de grupos de pesquisa do CNPq que abordam o tema das políticas públicas de lazer. Numa busca com a expressão política pública de lazer encontramos inicialmente 27 grupos cadastrados, vinculados a diversas áreas como Educação Física, Turismo, Planejamento Urbano e Regional, Educação, Geografia, Administração, Sociologia. Ao lermos atentamente as ementas dos grupos buscamos identificar o nome do grupo, seu líder, instituição à qual está vinculado e linhas de pesquisa e, assim, aproximar com o tema deste texto. Vários dos grupos encontrados na pesquisa inicial não tinham relação com a temática e os desconsideramos. Além disso, por percebermos que grupos que produzem sobre políticas públicas de lazer não haviam sido encontrados, cotejamos nossa busca com o trabalho de doutorado de Sousa (2013), ainda não divulgado. A seguir, apresentamos esses grupos, com um breve arrazoado sobre o enfoque de suas investigações e onde se situam geograficamente.

1. Gr.: Centro de Estudos de Educação Física, Esporte e Lazer - PUC Minas

Líder: Eustáquia Salvadora de Sousa

Área: Educação Física

Este grupo tem uma linha de pesquisa voltada para os estudos da política pública de lazer e informa que o foco das investigações é: legislação, estrutura e organização, planejamento, gestão, financiamento e avaliação. Dos cinco membros cadastrados nesta linha de investigação pelo menos três deles possuem estudos sobre a temática, na forma de livros ou artigos em revistas.

2. Gr.: GPL - Grupo de Pesquisas em Lazer - Unimep

Líder: Nelson Carvalho Marcellino e Edmur Antonio Stoppa

Área: Educação Física

Possui uma linha de investigação denominada “Movimento humano, lazer e movimento”, na qual informa que se estudam

“políticas públicas de intervenção”. O grupo reúne, sob a coordenação geral do professor Nelson Carvalho Marcellino, vários pesquisadores que reconhecidamente têm se dedicado nos estudos sobre o tema.

3. Gr.: Grupo MEL - Mídia/Memória, Educação e Lazer - UFBA  
Líder: Augusto Cesar Rios Leiro e Romilson Augusto dos Santos  
Área: Educação  
Apesar de o do grupo não dar indicativos de que se dedica ao tema das políticas públicas de lazer, há uma linha investigativa dedicada ao tema, cujo objetivo é: “pesquisas, formação continuada e estudos propositivos sobre gestão das políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer”.
4. Gr.: NIEL - Núcleo Interdisciplinar de Estudos do Lazer - UFPE  
Líder: Tereza Luiza de França e Kátia Brandão Cavalcanti  
Área: Educação Física  
O grupo aparece como não atualizado há mais de 12 meses (consulta em 29/10/2013). Apresenta uma linha de pesquisa que trata dos estudos das políticas públicas de lazer, e natureza.
5. Gr.: Necon - Núcleo de Estudos do Corpo e Natureza - UnB  
Líder: Dulce Maria Filgueira de Almeida Suassuna e Alexandre Jackson Chan Vianna  
Área: Sociologia  
Na linha denominada políticas públicas, o objetivo é “desenvolver estudos sobre as políticas públicas no Brasil”. Ainda afirma que entre os setores investigados está o lazer.
6. Gr.: Oricolé - Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer - UFMG  
Líder: Hélder Ferreira Isayama e Juliana de Alencar Viana  
Área: Educação  
Este grupo não foi localizado no diretório de grupos de pesquisa do CNPq, pois na data investigada estava em “processo de carga” (29/10/2013). Então, buscamos no Google, por entendermos que

este é um importante grupo que trata de uma dimensão fundamental das políticas públicas de lazer, qual seja da formação dos profissionais para esse campo de atuação. O grupo possui uma linha investigativa intitulada “Políticas públicas de lazer” e informa que os objetivos são “compreender, avaliar e analisar o papel do Estado nos processos de organização das políticas públicas de lazer”.

7. Gr.: Política Pública e Lazer - Unicamp

Líder: Sílvia Cristina Franco Amaral e Olívia Cristina Ferreira Ribeiro

Área: Educação Física

O grupo informa que os estudos desenvolvidos são relacionados à política. Possui três linhas: uma ligada à política pública, outra ligada às práticas cotidianas e sua interrelação com a política pública, e a última ligada às interrelações de educação para o lúdico e a política pública.

8. Gr.: INSIÈME: Grupo de Estudos Sociológicos, Políticos e Culturais das Práticas Corporais - UFES

Líder: Carlos Nazareno Ferreira Borges

Área: Educação Física

O grupo informa que possui uma linha dedicada ao estudo da política. Nela, o objetivo é “reunir iniciativas de estudos no âmbito dos fenômenos relacionados com as práticas corporais que façam interfaces com questões políticas e com as áreas onde se manifestam, entre as quais: educação, saúde, cultura, esporte, lazer, assistência social, entre outras. A fundamentação teórica utilizada é a produzida no campo da política, priorizando-se as matrizes teóricas conceituais de política, política pública, gestão, avaliação de políticas, democratização e acesso a direitos, formação política”.

9. Gr.: Observatório de Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer - Unicamp

Líder: Lino Castellani Filho

Área: Educação Física

O grupo se propõe a tratar o tema das políticas públicas em dois enfoques, sendo que um deles está ligado ao lazer. Assume que o trato da investigação será pelo materialismo histórico e dialético e que suas inserções se darão tanto no campo da ação governamental quanto da não governamental.

10. Gr.: Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer – Avante - UnB

Líder: Fernando Mascarenhas e Edson Marcelo Hungaro

Área: Educação Física

Este grupo se propõe a investigar tanto as políticas públicas de esporte quanto as de lazer por meio de duas linhas investigativas, sendo uma delas dedicada a analisar as políticas públicas no que diz respeito à sua formulação, implementação e avaliação.

Em relação à distribuição regional dos grupos que se dedicam especificamente aos estudos sobre políticas públicas de lazer cadastrados no diretório, temos dois na região Centro-Oeste, dois no Nordeste e oito no Sudeste.

## **Tendências de publicação em periódicos internacionais especializados em lazer**

Como anunciado na introdução, esta última seção do texto busca levantar em três revistas internacionais, nos últimos três anos, se há produção sobre políticas públicas de lazer e quais temas são tratados.

Os três periódicos têm alguma publicação sobre o tema, sendo que dois deles, *Leisure Studies* e *World Leisure Research*, dedicaram um número especial para esse debate. Em 2011, a revista *Leisure Studies* em seu v. 30, n. 4, tratou do tema abordando o “lazer e as políticas de meio ambiente”. Os editores fundamentam sua escolha por entenderem que, no discurso dominante, no senso comum e na academia, muito tem se falado e estudado sobre as mudanças climáticas e os seus impactos econômicos, sociais e políticos. Assim, a proposta desse número especial consistiu em pensar como o lazer e “uma política verde” têm relações e podem se influenciar;

complementar e criar valores na vida cotidiana. Também nos apresenta que um dos primeiros autores a escrever sobre esse tema foi Coppock (1982), que conduziu o debate para a relação entre humanos e o meio ambiente natural. Nesse número, os três primeiros artigos tiveram por objetivo debater os conflitos entre política, lazer e fruição.

O *World Leisure Journal*, em 2013, v. 55, n. 3, publicou um número especial sobre “lazer e política pública”, editado por Veal. A publicação procurou discutir o papel das políticas públicas para o setor do lazer. Foram publicados três artigos. Um sobre os conselhos locais na Inglaterra frente aos problemas das comunidades para a fruição dos serviços de recreação e esporte. O segundo, de autoria de Reis, Sousa-Mast e Carvalho, trata das vulnerabilidades do desenvolvimento de políticas para o esporte no contexto dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro. O último artigo, de Catalani, estuda um caso específico de um festival de arte na cidade de Manchester, com o objetivo de entender o que a autora denominou de “catalisador turismo”, ou seja, a possibilidade de intercambiar valores e identidades entre comunidade residente e visitantes.

No *Leisure Studies Journal*, foram ainda encontrados mais dois artigos, um que aborda as dificuldades de administração conjunta de área de grande interesse cultural, “The Politics of Managing a World Heritage Site: The Complex Case of Hadrian’s Wall” – *Leisure Studies*, v. 32, n. 2, 2013, e um artigo intitulado “Fornicating on Floats? The Cultural Politics of the Sydney Mardi Gras Parade beyond The Metropolis” cujo escopo é entender a política cultural da emoção gerada por esse desfile na vida dos indivíduos na cidade de Queensland, Austrália. Tomando como base uma estrutura performativa, discutem-se os conceitos de “sentido progressista de lugar”, “subjetividades situadas” e “territórios fronteiriços emocionais”. A análise narrativa revela que as subjetividades sexuais estão ativamente produzidas e contestadas por meio de diferentes maneiras nos corpos, nas emoções, na sexualidade e na espacialidade, entrelaçando-se dentro dos ritmos anuais desse megaevento.

Por fim, o último artigo “Educational Travel and Global Citizenship”, de Michael A. Tarrant, Lee Stoner, William T. Borrie, Gerard Kyle, Roger L. Moore, Annette Moore, encontrado no *Journal of Leisure Research*, v. 43, n. 3, 2011, trata de viagens educacionais influenciando e



apoiando as políticas ambientais em diferentes tipos de cidadãos (justiça orientada, participativa, pessoalmente responsável, e não cidadão). Os autores concluem que se os programas de viagens educacionais devem responder às chamadas para promover a cidadania global, eles devem se concentrar menos na promoção da cidadania pessoal responsável e mais em uma avaliação crítica das questões de justiça em torno dos problemas ambientais globais.

Ao finalizar esta reflexão sobre o estudo das políticas públicas de lazer é possível afirmar que há um significativo aumento de estudiosos que vêm se dedicando ao tema e, ao dialogarem com outras áreas do conhecimento, as pesquisas diversificam suas abordagens e ampliam sua incipiente genealogia inicial. Temas como gestão do lazer, demandas, espaços e equipamentos têm sido mais recorrentes, contudo há ainda muito a ser estudado. Setorialidade ou intersetorialidade, atores públicos ou privados, demandas internas ou externas ao sistema, arenas consensuais ou conflituosas, avaliação quantitativa, de resultado ou final, fatores de adesão ou rejeição às políticas públicas são temas ainda pouco estudados. Por fim, ao dialogarmos com alguns estudos internacionais podemos perceber dimensões associadas a esses estudos que pouco abordamos no Brasil, como: lazer e contribuições para uma política ambientalista ou uma política ambientalista e impactos no lazer; a importância da fruição do sujeito na manutenção e sucesso das políticas públicas de lazer; cidadania local e cidadania global no lazer.

## Notas

- <sup>1</sup> O processo de construção democrática no Brasil passa por uma confluência perversa entre dois processos distintos: a) o alargamento da democracia, em busca da criação de espaços públicos (Conselhos Gestores e Orçamento Participativo) e da participação da sociedade civil nos processos de discussão e tomada de decisão; b) a eleição de Collor em 1989, com os ajustes neoliberais, marcado pela isenção do Estado na garantia dos direitos, transferindo-os para a sociedade civil (Dagnino, 2004).
- <sup>2</sup> Nossa busca foi feita utilizando o recurso palavras-chave. Para isso, primeiro buscamos pela expressão políticas públicas de lazer e, entendendo que o estudo por demandas pode prescindir do termo política pública, usamos somente o termo lazer.

- <sup>3</sup> Optamos por não analisar a Rede Cedes já que estudos nesse sentido já foram realizados. Ver: Schwartz, G. *et al.*, 2010; e Starepravo, F. A., 2011.
- <sup>4</sup> Fizemos uma busca nos últimos três anos nas revistas *Leisure Studies Journal*, *World Leisure Journal* e *Journal of Leisure Research*. Ainda temos mais duas revistas acadêmicas que publicam especificamente sobre lazer fora do Brasil: *Leisure and Society* e *Leisure Science*.
- <sup>5</sup> Ao afirmar a intenção de dialogar com o conhecimento mundializado, estamos aqui diferenciando os termos globalização de mundialização. Aqui, afirmamos que a mundialização é a possibilidade de troca entre diferentes culturas sem que haja imposição cultural, em que todos estão abertos a apreender aspectos de outra realidade para pensar localmente. A globalização é a tendência à imposição de certos valores, geralmente daqueles produzidos em países desenvolvidos, sobre produtos, valores e comportamentos de outras culturas.
- <sup>6</sup> “II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente” (Brasil, 1998). O esporte participação se caracteriza por práticas de formas voluntárias, que buscam a integração dos indivíduos e a plenitude da vida social, podendo ser voltada para promoção da saúde, lazer, educação e preservação do meio ambiente (Tubino, 1993).
- <sup>7</sup> Voltaremos ao tema “formas de gestão” mais adiante.
- <sup>8</sup> Estado de coisas é um problema social que não consegue status suficiente para ser considerado como problema político na formulação da agenda governamental. Não significa que o estado de coisas não seja importante, mas que este não adquiriu consenso ou força suficiente para ser contemplado.

## Referências

- ALLEN, S. M. *Espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer em Praia Grande/SP: um olhar sobre a democratização*. Dissertação (Mestrado) – Unimep, Piracicaba/SP, 2011.
- ALVES, C. *et al.* Lazer e políticas públicas no setor governamental – Análise da revista *Licere*. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, v. 19, n. 2, p. 78-89, 2012.
- ALVES, C. *et al.* Lazer, políticas públicas não governamentais e estudos conceituais na revista *Licere*. *Revista da Educação Física/UEM*, v. 23, n. 2, p. 239-299, 2012.
- AMARAL, S. C. F. Políticas públicas. In: GOMES, C. L. *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 181-185.
- AMARAL, S. C. F. Avanços e contradições da participação popular na definição de políticas públicas de lazer em Porto Alegre. *Movimento* (ESEF/UFRGS), v. 11, n. 3, p. 9-25, 2007.

AMARAL, S. C. F.; PEREIRA, A. P. C. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 31, n. 1, 2009.

AMARAL, S. C. F.; COSTA, E. T. Possibilidades de matricialidade na administração pública do lazer. *Movimento*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 205-220, 2012.

BELL, V. R. The Politics of Managing a World Heritage Site: The Complex Case of Hadrian's Wall. *Leisure Studies*, v. 32, n. 2, p. 115-132, 2013.

BONALUME, C. R. *O esporte e o lazer na formulação de uma política pública intersetorial para a juventude: a experiência do PRONASCI*. Dissertação (Mestrado) – UnB, Brasília/DF, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Brasília, 24 mar. 1998.

CASTELAN, L. P. *As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)*. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas/SP, 2011.

COPPOCK, J. T. Geographical Contributions to the Study of Leisure. *Leisure Studies*, v. 1, n. 1, p. 1-27, 1982.

COSTA, E. T. *Na rede, pelo lado de fora? Gestão matricial e políticas públicas de lazer na cidade de Santo André*. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas/SP, 2008.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (Org.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES/Universidad de Venezuela, 2004. p. 95-111.

EWERTON, A. N. *Análise da formação profissional no programa esporte e lazer da cidade (PELC): olhar dos agentes sociais*. Dissertação (Mestrado) – UFMG, Belo Horizonte/MG, 2010.

FIGUEIREDO, P. O. F. de N. *Política e formação: o programa esporte e lazer da cidade no Distrito Federal e entorno*. Dissertação (Mestrado) – UnB, Brasília/DF, 2009.

FRANÇA, R. *Diálogos entre oferta e demanda: uma análise da relação entre o Poder Público e as Associações de Moradores/Usuários e Amigos de Parques e Bosques da Cidade de Curitiba*. Dissertação (Mestrado) – UFPR, Curitiba/PR, 2007.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e políticas públicas (IPEA)*, Brasília, v. 21, p. 211-259, jun. 2000.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

LAVOURA, T. N.; SCHWARTZ, G. M.; MACHADO, A. A. The Democratization of Adventure Activities in Nature: Project "Canoagem Popular". *Motriz*, Unesp, v. 13, n. 2, p. 80-85, 2007.

LOPES, C. G. *Os princípios políticos do Programa BH Cidadania: o olhar de profissionais da Secretaria Municipal Adjunta de Esportes*. Dissertação (Mestrado) – UFMG, Belo Horizonte/MG, 2012.

MARCELLINO, N. C. (Org.). *Políticas públicas setoriais de lazer – o papel das Prefeituras*. Campinas/SP: Autores Associados, 1996.

MARIANO, S. H.; MARCELLINO, N. C. Equipamentos de lazer em cidades pequenas de região metropolitana; Leisure Equipments in Small Cities of Metropolitan Region. *Motriz* (Impr.), v. 14, n. 2, p. 168-178, 2008.

MELO, A. M. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 59-99. v. 3.

MULLER, P.; SUREL, Y. O que é política pública? [Que'est-ce qu'une politique publique?]. \_\_\_\_\_. *L'analyse des politiques publiques*. Trad. Alceu R. Ferraro. Paris: Montchrestien, 1998. p. 13-32.

OLIVEIRA, A. A. N. *Democracia participativa e políticas públicas de esporte e lazer: o Programa Esporte na Comunidade (Fortaleza/CE)*. Dissertação (Mestrado) – UnB, Brasília/DF, 2011.

RAMOS, A. M. O. *Os significados de ócio/recreação nas constituições de países latino-americanos de língua espanhola*. Dissertação (Mestrado) – UFMG, Belo Horizonte/MG, 2012.

RECHIA, S. *Curitiba Cidade-Jardim: a relação dos espaços públicos e a natureza no âmbito das experiências do lazer e do esporte*. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 2007.

RIBEIRO, O. C. F. *Um estudo das políticas públicas de lazer de Brotas/SP*. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 2012.

RODRIGUES, R. P. *O lazer nas políticas públicas participativas de Porto Alegre: estudo das gestões municipais de 1994 a 2004*. Dissertação (Mestrado) – Unimep, Piracicaba, 2011.

RUA, M. das G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, M. das G.; CARVALHO, M. I. V. de (Org.). *O estudo da política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SANTOS, F. da C. *Procurando o lazer na constituinte: sua inclusão como direito social na Constituição de 1988*. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas, 2011.

SANTOS, F. da C.; AMARAL, S. C. F. Sobre lazer e políticas sociais: questões teórico-conceituais; Leisure and Social Policies: Theory and Concept Issues. *Pensar práct.* (Impr.), v. 13, n. 3, 2010.

SANTOS, S. *A intervenção no lazer na política de segurança pública: a construção dos saberes de oficineiros no Programa Fica Vivo!* Dissertação (Mestrado) – UFMG, Belo Horizonte, 2013.

SCHWARTZ, G. M. et al. Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: Balanço da Rede CEDES. Jundiá: Fontoura, 2010. 192 p.

SILVA, M. de S. *Interfaces entre lazer e educação: o caso do Programa Escola Integrada do Município de Belo Horizonte*, Belo Horizonte, UFMG, 2013.

SOUSA, W. L. Lino. Em busca do elo perdido: a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos a serviço da qualificação das políticas públicas de esporte e lazer. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física da Unicamp, Campinas, 2014.

STAREPRAVO, F. A. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

STOPPA, E. A.; MARCELLINO, N. C.; SILVA, D. A. M. da. Public Policies for Leisure and The Community Action's Methodology. *Motriz*, v. 17, n. 3, p. 556-566, 2011.

SUASSUNA, D. M. F. de A. *O programa esporte e lazer da cidade: a política de formação para o trabalho e o papel dos agentes sociais*. Tese (Doutorado) – UnB, Brasília/DF, 2009.

TINÔCO, D. dos S.; SOUZA, L. M. de; OLIVEIRA, A. B. de. Avaliação de políticas públicas: modelos tradicional e pluralista. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 15, n. 2, p. 305-313, jul./dez. 2011.

TSCHOKE, A. et al. As experiências no âmbito do lazer e o princípio da inércia: uma analogia para pensar sobre os fatores que influenciam a apropriação dos espaços públicos. *Movimento*, v. 17, n. 1, p. 117-136, 2011.

TUBINO, M. J. G. *O que é esporte?* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

WAITT, G.; STAPEL, C. 'Fornicating on Floats'? The Cultural Politics of the Sydney Mardi Gras Parade beyond The Metropolis. *Leisure Studies*, v. 30, n. 2, p. 197-216, 2011.

WERLE, V. Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer. *Motriz*, Rio Claro, v. 16, n. 1, p. 135-142, 2010.

*Marcia Cristina Pinto Bickel*

## O Serviço Social do Comércio e os Estudos do Lazer no Brasil na década de 1970

### **Introdução**

Usualmente, o termo “estudos do lazer” é empregado para designar a produção de conhecimentos científicos que tem o lazer como objeto de estudo. Esse conjunto de conhecimentos apresenta as características de um saber elaborado, organizado, sistematizado expresso através de produção textual embasada e orientada por infinitas possibilidades metodológicas de interpretação.

No Brasil ainda que existam controvérsias entre os estudiosos do lazer sobre uma possível cronologia acerca dos primeiros estudos sobre o tema, pesquisas apontam ter ocorrido um incremento na produção entre fins dos anos de 1960 e a década de 1970. Tratando do contexto em que se inserem os estudos contemporâneos sobre o tema, um ramo da pesquisa científica, denominado estado da arte, tem como preocupação o mapeamento da produção do conhecimento em diferentes campos. O acesso a essas pesquisas de caráter bibliográfico traz contribuições significativas na medida em que possibilita identificar o comportamento dessa em relação ao aspecto quantitativo e, também, as condições de sua ocorrência.

O artigo de Peixoto (2007) dedicado ao levantamento do estado da arte nos Estudos do Lazer no Brasil dos séculos XX e XXI apresenta

resultados preliminares do levantamento bibliográfico que objetivou mapear a produção de conhecimentos referente aos Estudos do Lazer no Brasil, tomando como marcos os séculos XX e XXI. Para a autora, a década de 1970 se configura num cenário de ampliação das preocupações com o lazer com predominância de pesquisas de base empíricas, o que caracteriza a ocorrência de condições favoráveis ao aprimoramento teórico-conceitual com ênfase no conhecimento sobre os “usos do tempo livre”.

Nesse mesmo artigo estão identificadas e quantificadas as publicações nacionais relativas ao lazer ao longo do período compreendido entre fins dos anos de 1960 e a década de 1970. No total, estão citados 87 títulos que fazem referência a implicações diversas e enfatizam questões como uso do tempo, urbanização, educação, recreação, ação social e esporte, além de exprimirem preocupações quanto a aspectos psicológicos relacionados ao lazer. Entre tais publicações, algumas são de autoria de profissionais do Serviço Social do Comércio (SESC), como é o caso de Renato Requixa e Luiz Octávio de Lima Camargo.

Renato Requixa<sup>1</sup> foi servidor do SESC São Paulo e é um dos autores citados nas pesquisas sobre o estado da arte do lazer no Brasil. Admitido no quadro de profissionais do SESC na década de 1950, durante os anos de 1970 desenvolveu interesse pelo tema lazer, tornando-se incentivador das ações institucionais que promoveram o lazer no âmbito nacional e influenciaram, sobremaneira, o aprimoramento de seus profissionais, por meio de estudos e pesquisas desenvolvidos, inclusive, no exterior.

Em entrevista que integra a Série de Depoimentos do Projeto Garimpando Memórias, do Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o próprio Requixa, ao ser indagado sobre a origem das preocupações institucionais com o tema lazer, refere-se ao ano de 1969, como o momento em que, pela primeira vez, a palavra lazer foi divulgada pelos meios de comunicação,<sup>2</sup> passando a fazer parte das discussões no âmbito institucional. Destaca, também, ter sido nesse mesmo ano, entre os dias 27 e 30 de outubro, que o SESC São Paulo, juntamente com a Secretaria de Bem-Estar do Município, promoveu um evento destinado a discutir

o lazer, denominado Seminário sobre o Lazer: Perspectivas para uma Cidade que Trabalha.

Esse foi o primeiro evento realizado no Brasil a congregar profissionais de diferentes áreas de atuação em torno do assunto lazer. Em vista do caráter absolutamente inédito de sua realização em fins da década de 1960, o seminário é visto pelos autores que se dedicam a estudar o processo de constituição do pensamento sobre o lazer no Brasil como um marco deflagrador das preocupações com o tema. Na conferência de abertura foram palavras de Requixa (1977):

(...) É na cidade de São Paulo, a mais industrializada cidade do país, onde o aspecto trabalho apresenta íntima conexão com a própria vida da cidade, que o lazer como tema haveria de impor-se, como aconteceu, com significativa importância. Assim, o lazer, como problema geral, emerge a consciência social brasileira nesse momento, e vai adquirindo progressiva importância social e política no país (p. 92).

Naquele momento, o discurso de Requixa enfatizava a relação do lazer com a vida urbana, denotando a preocupação sobre como tratá-lo, em meio aos desafios gerados pela industrialização. Requixa, assim como outros estudiosos que produziram e publicaram suas obras durante os anos de 1970, foi categórico em suas colocações enfatizando que a gênese das preocupações com lazer perpassava pela própria compreensão do que as suas práticas representavam para a sociedade. Assim abriram precedentes para que de maneira mais ampla o lazer fosse enxergado como um “problema das grandes cidades”.

O lazer percebido como problema social estimulou estudiosos e autoridades a repensarem a percepção da própria sociedade sobre as suas possíveis influências na vida e no comportamento das pessoas. Essa proposição reforça o entendimento do lazer como produto das modernas sociedades capitalistas, industrializadas e urbanizadas enfatizando a possibilidade de que o tempo livre dos trabalhadores, a ser ocupado com o lazer, pudesse inventar uma nova ordem social.



Sobre tal aspecto, Sant'Anna (1994) aponta que o crescimento das preocupações com o lazer dos trabalhadores suscitou a necessidade de constituição de projetos político-pedagógicos direcionados à disciplina- rização do comportamento dos indivíduos. Para ela, a intensificação do processo de industrialização, o crescimento das cidades em consequência do desenvolvimento da urbanização e o deslocamento de grandes contin- gentes da população rural para os centros urbanos são circunstâncias que apontam para o surgimento de uma nova ordem social, caracterizando os embates teóricos que estão na base do pensamento sobre o lazer no Brasil, observados na produção dos anos de 1970.

### **Panorama da produção de conhecimentos sobre o lazer antes da década de 1970**

Pensar o significado do lazer, sua importância no meio social, os as- pectos relevantes de sua inserção em meio ao crescimento das cidades, ao desenvolvimento industrial e à ampliação do setor terciário da economia são questões que foram introduzidas no cotidiano dos brasileiros, a partir de fins da década de 1960. Essas questões tornaram-se significativas para diversos segmentos da sociedade brasileira ao longo dos anos de 1970, quando o tema lazer atraiu para si as atenções, não apenas dos estudiosos que o viam como objeto de estudos, mas também daqueles que o viram como oportunidade de pensar a vida em sociedade. Alguns estudos apontam para indícios de que o interesse pelo lazer teria emer- gido, no cenário nacional, antes da década de 1970, quando já estavam sendo produzidos trabalhos e realizados estudos e pesquisas sobre o tema. Tais estudos ressaltam a predisposição dos intelectuais brasileiros para o aprofundamento de conhecimentos sobre a temática do lazer, tanto no sentido teórico, quanto no das práticas de trabalho.

Melo (2010) identifica que desde o século XIX as preocupações com o lazer da população já estavam presentes nos discursos de engenheiros e sanitaristas responsáveis pelas reformas urbanas típicas da modernidade, evidenciando a necessidade de se estudar “o problema do lazer” de forma mais estruturada, o que começaria a se concretizar nas primeiras décadas

do século XX. O estudo realizado por Gomes (2003), sobre os significados de recreação e lazer no Brasil é relevante para a análise do contexto de uma fase da história do país em que as ideias de recreação e lazer passaram a integrar as propostas de ocupação do tempo livre dos trabalhadores brasileiros. Debruçando-se sobre a compreensão das experiências de trabalho de três órgãos públicos – o Serviço de Recreação Pública, da Prefeitura de Porto Alegre, de 1926; o Serviço de Recreação Operária, organizado e implantado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no Rio de Janeiro, e extinto em 1964; e a Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura de São Paulo, cuja análise está situada entre 1935 e 1947 –, a autora dedica-se aos significados de recreação e lazer que, absorvidos de práticas de trabalho realizadas, principalmente nos Estados Unidos da América, foram incorporados ao contexto brasileiro.

Objetivamente, o texto de Gomes (2003) revela as primeiras preocupações quanto à institucionalização de procedimentos de intervenção no tempo livre da população brasileira, a partir da implantação de serviços de recreação,<sup>3</sup> antes mesmo que surgissem os serviços de assistência social, capitaneados por instituições previamente concebidas com a finalidade de intervir favoravelmente ao desenvolvimento econômico e social do país, como foi, no caso, o discurso que permeou a criação do SESC, Serviço Social da Indústria (SESI), SENAC e outras. São os poderes públicos – as Prefeituras e, em instância superior, o próprio Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – os primeiros defensores da ordenação dos lazeres da população.

No caso da cidade de Porto Alegre, a Prefeitura foi a responsável pela implantação dos “Jardins de Recreio”, a partir de 1926, até que em 1955, por modificação na estrutura administrativa, o Serviço de Recreação Pública (SRP) passou a ser um setor da Secretaria Municipal de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (Gomes, 2003, p. 44).

Em São Paulo, sob a gestão do governador Paulo Duarte e do prefeito Fábio Prado (1934-1938), foi criado o Departamento de Cultura e Recreação, para a “elevação cultural” de todos os paulistanos (Gomes, 2003, p. 168). Contando com cinco divisões – Expansão Cultural, Bibliotecas, Educação e Recreio, Documentação Histórica e Social, Turismo e Desenvolvimentos Públicos –, Mário de Andrade<sup>4</sup> seria o seu primeiro

diretor, e Nicanor Miranda, o primeiro chefe da Divisão de Educação e Recreio, responsável pela criação dos parques infantis, que serviam como espaço para os “lazers” infantis.<sup>5</sup>

No Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi constituído pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1943, o Serviço de Recreação Operária. Arnaldo Sussekind<sup>6</sup> foi o primeiro presidente desse serviço e o autor de algumas obras sobre o tema Recreação nas décadas de 1940 e 1950.<sup>7</sup>

Segundo Gomes e Melo (2003), esses serviços, destinados a promover atividades lúdico-educativas, referendam as estratégias utilizadas pelo Poder Público para enfrentar o “problema do lazer”, que começa a ser percebido, na cidade de São Paulo, a partir da década de 1930, com a possibilidade de redução da jornada de trabalho e a consequente ampliação das horas livres para os operários das indústrias. Asseguram os autores que “os dirigentes do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo acreditavam que este ‘problema’ seria resolvido por meio de ações fundamentadas em pesquisas e estudos sistematizados sobre o tema” (2003, p. 26).

Nesse momento, conforme muito bem demarcam Gomes e Melo (2003, p. 26-27), “o saudável emprego das horas de lazer foi também a tônica das pesquisas de Arnaldo Lopes Sussekind, na década de 1940, à frente do Serviço de Recreação Operária do Ministério do Trabalho”. Nesse contexto histórico é possível observar a publicação de diversos estudos fundamentados e sistematizados sobre o lazer em nosso país, o que possibilitou a emergência de um saber específico sobre o tema. As publicações de Arnaldo Sussekind e colaboradores, fundamentadas em obras nacionais e estrangeiras, já trazem contribuições consistentes para o estudo da temática no Brasil. Nesse texto (Gomes; Melo, 2003) nos fala, igualmente, das preocupações e das iniciativas relacionadas com a formação dos profissionais que atuariam nesse campo e que se tornaram mais constantes e estruturadas nas décadas de 1940 e 1950, notadamente no Rio de Janeiro.

Sobre tal aspecto, vale destacar a introdução de disciplinas denominadas “Recreação” em cursos de graduação (como ocorreu na Escola

Nacional de Educação Física e Desportos), a realização de cursos de especialização nessa área, por iniciativa pioneira de Inezil Penna Marinho, que também foi responsável pela publicação de duas obras: *Curso de Fundamentos e Técnica da Recreação*<sup>8</sup> (1955) e *Educação Física, Recreação e Jogos*<sup>9</sup> (1957). *Lazer operário*, de autoria do sociólogo brasileiro Acácio Ferreira (1959), também integra o conjunto de publicações retratadas nas pesquisas sobre o estado da arte no lazer como cronologicamente situadas no período anterior às preocupações quanto à cientificidade dos Estudos do Lazer.

### **O *dolce far-niente* das primeiras ponderações sobre o lazer em perspectiva científica**

A Sociologia é, em nível internacional, responsável por empreender as primeiras discussões sobre o lazer enquanto objeto de estudo, em perspectiva científica. Isso ocorreu na década de 1920, com o aparecimento da Sociologia do Lazer. Segundo Dumazedier (1979), tratava-se de um conjunto de estudos, que tinham em comum as preocupações com as urgências suscitadas pelo crescimento dos centros urbanos e o inchaço das cidades.

No texto de Werneck (2000) que discute os diferentes aspectos que envolvem o reconhecimento do lazer enquanto campo de conhecimento científico no Brasil, há uma breve discussão sobre a legitimação do caráter científico dos Estudos do Lazer. Ao tentar identificar os sujeitos envolvidos no processo é apresentada a seguinte consideração acerca da receptividade dos argumentos aqui introjetados por esse ramo específico da Sociologia:

A denominada “Sociologia do Lazer” foi gestada nos Estados Unidos na década de 1920, a partir da necessidade de conhecimento e controle social do tempo livre dos trabalhadores nos países industrializados. Nesse contexto, como enfatiza Sant’anna (1994), acirrava-se o debate em torno da criação de mecanismos de regulamentação e redução da jornada de trabalho, o que gerou uma preocupação por parte dos políticos e empresários em torno dos usos que

os trabalhadores pudessem fazer do seu tempo livre, instigando a realização de pesquisas sobre o tema (Werneck, 2000, p. 80).

Quanto à situação do Brasil, Sant'Anna (1994) complementa o argumento de Werneck sobre a absorção das ideias da Sociologia do Lazer. As indagações proporcionaram o diálogo com outras disciplinas além da Sociologia. Disseminadas entre profissionais de várias áreas do conhecimento, tais ideias tiveram repercussão significativa nos estudos brasileiros, a produção sobre o tema.

No Brasil, uma publicação de 1959, intitulada *Lazer operário* de autoria do sociólogo baiano Acácio Ferreira é considerada a primeira referência a legitimar o interesse pelo lazer em perspectiva histórica. Contudo, outros autores brasileiros contemporâneos de Ferreira já vinham pensando a recreação no sentido pragmático, enquanto instrumento pedagógico, como foi o caso de Inezil Penna Marinho, Arnaldo Sussekind<sup>10</sup> e Ethel Bauzer Medeiros. As obras de Arnaldo Sussekind, primeiro presidente do Serviço de Recreação Operária (SRO)<sup>11</sup> – *Recreação* (1946), *Recreação operária* (1948) e *Manual de recreação (Orientação dos lazeres dos trabalhadores)* (1952) foram publicadas através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio corroborando as pretensões do governo getulista, na medida em que destacavam a importância de organizar a vida sociocultural dos trabalhadores, através do direcionamento do uso adequado do tempo fora das atividades laborais.

Ainda sobre as publicações de Sussekind, Gomes (2003) enfatiza a importância conferida pelo Serviço de Recreação Operária às atividades de caráter recreativo como forma de preenchimento, organização e condução do lazer dos trabalhadores.

Outro autor que integra o referencial das pesquisas acerca da produção de conhecimentos sobre lazer no Brasil é Inezil Penna Marinho.<sup>12</sup> Ele e quatro colaboradores, incluindo Arnaldo Sussekind, publicaram, em 1955, uma obra intitulada *Curso de fundamentos e técnicas da Educação Física, recreação e jogos*. Professor de Educação Física, Inezil tinha como proposição a apropriação de técnicas de recreação no contexto da formação do profissional de Educação Física.

Sussekind, Marinho, Ethel Bauzer Medeiros<sup>13</sup> e Renato Requiça são autores que estão arrolados no trabalho de pesquisa de Peixoto (2007), e cujas obras foram publicadas antes da década de 1970, sendo, portanto, consideradas como produções que antecederam o *boom* das preocupações com o lazer no Brasil. Contudo, suas contribuições têm caráter relevante para a compreensão da conjuntura histórica e do quadro teórico de onde emergiram, de maneira mais intensa, as preocupações com o lazer em nosso país.

A década de 1970 inaugura na história do SESC um capítulo novo, na maneira de atuar no âmbito social. O lazer começa a ser visto como oportunidade de ampliação do raio de atuação institucional e, por isso, requer investimentos, tanto no aspecto financeiro como no capital humano. A seguir estão dois momentos que retratam o histórico da atuação institucional para a produção de conhecimentos sobre o lazer no Brasil, são eles: o I Seminário Nacional sobre o Lazer, realizado em Curitiba, no Paraná, em 1974; e o 1º Encontro Nacional sobre Lazer: Cultura, Recreação e Educação Física, que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1975.

## **Notas sobre o I Seminário Nacional sobre o Lazer**

O I Seminário Nacional sobre o Lazer aconteceu em Curitiba entre os dias 20 e 23 de novembro, reunindo cerca de 400 pessoas, através de ação conjunta entre a Prefeitura Municipal de Curitiba, o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano (IPPUC), a Fundação Cultural de Curitiba e o SESC – Departamento Regional no Paraná.

Entre os profissionais à frente dos debates estavam arquitetos, urbanistas, professores da área de Educação Física e também representantes das instituições responsáveis pela organização. No caso do SESC participaram técnicos do Departamento Regional do Paraná e Renato Requiça representando o Departamento Regional do SESC São Paulo.

O *Boletim de Intercâmbio*, n. 20, de dezembro de 1974,<sup>14</sup> expõe entre as comunicações que se sucederam ao longo dos quatro dias do

seminário a preponderância das apresentações dos arquitetos e urbanistas participantes, o que denota a influência do IPPUC não apenas na organização, como no próprio delineamento dos discursos proferidos.<sup>15</sup>

Roberto Burle Max, arquiteto e paisagista, participou do seminário com a conferência “Áreas verdes de lazer”,<sup>16</sup> afirmando que o lazer adquirira maior reconhecimento por parte da sociedade como valor positivo e não como desperdício, pois era o exercício da própria liberdade, materializada no trabalho criativo e nas atividades lúdicas. Assim, parecia reafirmar a busca por vivências inovadoras em ambientes desconhecidos, com a finalidade de enriquecer as experiências dos indivíduos.

Nesse I Seminário sobre o Lazer a Prefeitura Municipal de Porto Alegre apresentou sua experiência de trabalho através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com o título de “Centro de comunidade”, com o objetivo de oportunizar aos cidadãos o desenvolvimento a partir de atividades recreativas, culturais, sociais e de saúde. Chama a atenção, na análise do discurso dos representantes da Secretaria de Educação e Cultura de Porto Alegre, os termos que fundamentam a concepção, a natureza e a finalidade dos centros comunitários:

## **Centro de comunidade**

### **1 – Natureza**

Basicamente, os centros de comunidade visam ao desenvolvimento integral do homem atendendo, ampliando e criando o maior número possível de necessidades culturais, recreativas, sociais e profissionais para sua integração na comunidade.

Essa integração se dá na medida em que o trabalho desenvolvido por técnicos de diferentes especialidades conscientiza a população de sua área de ação, da importância de seu pleno desenvolvimento na vida comunitária. Cada um dos integrantes da família dessa população participa e desfruta dos serviços dos centros de comunidade, os quais assumem aspectos múltiplos de autêntico núcleo de atividades culturais, esportivas e de centro de preparação ocupacional.

## 2 - Finalidade

Os objetivos dos centros de comunidade são amplos.

Na área de recreação, *visa-se preencher as horas livres da comunidade com uma ocupação sadia e construtiva, possibilitando uma autêntica profilaxia mental e inter-relacionamento social.*

Na área de cultura, são oportunizadas, gradativamente, atividades artístico-culturais sob dois prismas: no primeiro, com apresentações onde o público assiste a espetáculos ou promoções; no segundo, com atividades nas quais a preocupação no fazer arte é fundamental. Música, teatro, cinema, artes plásticas, biblioteca são algumas atividades programadas.

Na área social, busca-se através do trabalho em grupo a formação de lideranças, a integração da comunidade e a ambientação do homem rural ao meio urbano. Na área de saúde, objetiva-se o aprimoramento físico da população através do desenvolvimento de um trabalho preventivo de saúde pública. Na área de oportunidades profissionais são dadas possibilidades de ingresso na força de trabalho a jovens e adultos de ambos os sexos, por meio de cursos objetivos no campo industrial, comercial e agrícola, de acordo com as necessidades de nosso mercado. São características principais desses cursos a flexibilidade, a intensidade, a objetividade, a rapidez e a mobilidade que os transformam em oportuno instrumento de preparação profissional (SESC-DN, 1974, p. 163 – grifos nossos).

No que concerne especificamente à descrição do que seria de competência do atendimento às comunidades, a partir da recreação, é empregada a expressão “ocupação sadia e construtiva das horas livres das comunidades”. Além disso, há igualmente preocupação quanto à profilaxia mental e com o relacionamento social.

Um dos últimos trabalhos a constar na publicação tem o título de “Recreação comunitária” e é de responsabilidade dos técnicos e assistentes sociais do SESC Paraná.<sup>17</sup> Refletindo a experiência de trabalho dos dois anos anteriores ao evento, a comunicação retrata a atuação de um grupo de técnicos com a recreação comunitária,<sup>18</sup> com o objetivo de levar atividades recreativas, orientadas para as comunidades localizadas em áreas mais afastadas dos centros urbanos e das unidades operacionais do SESC.



Observa-se a plena utilização, não apenas do termo recreação (atividades recreativas), como também a sua utilidade como elemento didático na consecução dos objetivos pretendidos. Uma questão que merece destaque é o fato de haver indicação da necessidade de uma equipe interdisciplinar para execução das ações a serem implementadas, além do que se discorre, também, sobre a utilização de voluntários e estagiários dos cursos de Educação Física, Pedagogia, Normal e outros (SESC-DN, 1974, p. 177).

Cabe, por fim, ressaltar que, tendo em vista a forma conjunta como se constituiu a organização do seminário, entre o SESC, a Prefeitura Municipal de Curitiba e órgãos do Governo Estadual (Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba e a Fundação Cultural de Curitiba), torna-se compreensível a interpretação de que o peso maior das discussões e debates tenha pendido para a análise dos problemas que se apresentavam no cotidiano do exercício profissional dos arquitetos e urbanistas e de que o lazer deveria encaixar-se de forma a ampliar as possibilidades de apropriação dos espaços urbanos para usufruto do tempo livre dos brasileiros.

Por isso, é nítida a percepção de atitudes que reificam a necessidade do planejamento urbano como forma de incorporação do lazer. Nesses discursos o lazer é assumido como um problema social, sobre o qual era preciso saber como lidar, de forma a torná-lo um meio adequado à reprodução dos valores socioculturais vigentes.

Também na apresentação de Renato Requixa, intitulada "O lazer e a civilização urbana (SESC-DN, 1974, p. 63-95), a questão urbana aparece como fator motivador para pensar a relação do cidadão com a cidade e, em decorrência, surge a apropriação do lazer como substrato para a equalização das situações de incapacidade adaptativa dos indivíduos às contingências do desenvolvimento urbano. No primeiro parágrafo, na Parte I, é revelada a postura elementar do autor com relação ao entendimento do lazer.

Gostaríamos de apresentar algumas justificativas para o emprego do lazer no tratamento dos problemas humanos e problemas sociais. Em primeiro lugar diríamos que a perspectiva do lazer parece-nos uma forma apropriada a fim de emprestarmos a necessária ênfase aos aspectos

humanos do desenvolvimento urbano. É óbvio que são inúmeras as facetas através das quais o desenvolvimento urbano pode ser analisado, avaliado, medido e considerado. Enquanto profissionais mais acostumados a lidar com aspectos humanos, no caso do desenvolvimento urbano, não poderíamos nos aventurar a qualquer outra ótica, que não a humana por excelência.

O lazer é uma das formas através das quais o homem estabelece relação com o mundo. E talvez seja uma das formas mais agradáveis e simpáticas de fazê-lo. Admitiremos mesmo que não apenas é uma forma de articulação com o mundo circundante, mas também uma forma de o indivíduo modificar esse mundo que tantas vezes o constrange e marginaliza. Com isso admitiremos a importância do lazer para facilitar a integração do indivíduo em sua própria cidade. O lazer, então, se destaca e são ressaltadas suas possibilidades como singular fator de humanização urbana, na medida em que se apresenta um valor de alto significado no mundo contemporâneo. Valor dos mais expressivos, principalmente ao considerarmos o constante processo de aumento do tempo que vai sendo liberado ao trabalho e a outras obrigações (SESC-DN, 1974, p. 67).

Associar as preocupações com os problemas sociais à ideia de que caberia ao lazer a heroica tarefa de dirimir as tensões e imposições da vida urbana é o tom do discurso de Requiza, que vê nesse “espaço-tempo” a ser ocupado por estratégias educativas a oportunidade de transformação das condições de vida do cidadão, das comunidades e, de forma pontual, na perspectiva do SESC, dos comerciários e seus familiares.

### **Notas sobre o I Encontro Nacional sobre o Lazer: Cultura, Recreação e Educação Física**

Em 1975 o Rio de Janeiro sediou o I Encontro Nacional sobre o Lazer, que recebeu o subtítulo “cultura, recreação e Educação Física”, realizado no Centro de Convenções do Hotel Glória, entre os dias 24 e 29 de agosto.<sup>19</sup> O encontro teve dois objetivos: obter subsídios para a elaboração de uma proposta de política de lazer em âmbito nacional,

visando à elaboração da Carta Mundial do Lazer e servir como preparatório do II Congresso Mundial do Lazer, realizado em Bruxelas, na Bélgica, em abril de 1976.

O Departamento Nacional do SESC foi responsável pela organização e elaboração do conteúdo programático com ênfase em debates sobre a compreensão do papel assumido pelo lazer no desenvolvimento do homem e das comunidades.<sup>20</sup> A predisposição para elaboração de uma Política Nacional de Lazer estava atrelada à Política de Integração empreendida pelo governo Geisel com o propósito de instituir um Sistema Nacional do Lazer, no sentido de preparar os trabalhadores para bem usufruírem do tempo livre, despendendo-o em atividades e práticas de lazer saudáveis.

A participação do Ministério do Trabalho nesse I Encontro sobre Lazer no Rio de Janeiro deu-se no sentido de arregimentar forças para a legitimação da existência do Sistema Nacional de Lazer atrelado ao Sistema Nacional de Emprego, de forma a atender às necessidades do lazer que estavam despontando em todo o país em conformidade com as instituições patronais presentes ao evento, conforme expresso no pronunciamento do ministro do Trabalho, Arnaldo Pietro, por ocasião da abertura do encontro:

Este Encontro constitui-se em um exemplo a mais, em mais um resultado da política de integração proclamada e praticada pelo Presidente Ernesto Geisel e que se implanta em todos os atos administrativos e se instala em todos os recantos do País. Estava o Ministério do Trabalho elaborando extenso plano de atividades em seus setores técnicos visando atender às necessidades do lazer. Os estudos desdobravam-se desde a pesquisa sobre os equipamentos e serviços existentes e prosseguiram com a programação de encontros regionais, prevendo-se a participação de sindicatos, entidades particulares e públicas, tendo por finalidade chegar à identificação de um sistema que se está a evidenciar na realidade social brasileira, quando tomou conhecimento deste Encontro Programado pelo Serviço Social do Comércio.

Para evitar duplicidade de esforços e obter a integração desejada, decidimos com o eminente Senador Jessé Pinto Freire a realização conjunta do encontro,

com a participação do Serviço Social da Indústria que, prontamente, atendeu nosso convite.

Estas duas entidades setoriais – SESI e SESC – detêm o maior acervo nacional de experiências no campo do lazer. “Ampliamos os objetivos iniciais do Encontro e passamos a contar, também, com a participação das entidades sindicais dos trabalhadores que acolheram, de forma expressiva, o chamamento do Ministério do Trabalho” (SESC-DN, 1977, p. 9).

Com relação aos eventos anteriores, o I Encontro Nacional sobre o Lazer conseguiu, em maior proporção, reforçar a imagem do lazer como instrumento de intervenção social. Isso é perceptível a partir da análise mais apurada da programação em que está destacada uma série de experiências de trabalho reveladoras das ações que vinham sendo desenvolvidas no país, inclusive por instituições estrangeiras.

Quanto às conferências que receberam peso maior no conteúdo científico do encontro predominam o caráter heterogêneo em relação aos temas abordados e a formação e atuação dos profissionais participantes. A título de exemplo, ocorreram duas participações de representantes de instituições de caráter religioso, uma com atuação no campo social, em nível de exterior, e a outra uma instituição de ensino superior, fundada com base religiosa. Na Experiência da Fundação Van Clé<sup>21</sup> e no Congresso Mundial de Lazer, Roger Lecoutre expõe a concepção de lazer que orienta as ações sociais da Fundação, destacando o aspecto educativo de suas realizações. Sinaliza, contudo, a complexidade no entendimento da relação que se estabelece entre trabalho, educação e lazer:

A educação não pode mais ser orientada para um objetivo puramente utilitário ou exclusivamente sobre uma matéria dada, mas deve sobretudo ser considerada como posse dos fundamentos necessários sobre os quais o desenvolvimento futuro, tanto da personalidade individual como da civilização e da comunidade, pode repousar. (...) A propósito queria lembrar uma das linhas de força que citei sobre o fenômeno do “lazer” que foi a referente à correlação entre o trabalho e o lazer, e a constatação de sua evolução. Não é suficiente considerar apenas o homem, corpo e alma em um processo de lazer para que, uma vez diminuída a pressão, ele esteja obrigado, de novo, a seu estafante trabalho, mas é preciso

ter em consideração estes dois aspectos do trabalho, a fim de contribuir para a harmonia do seu desenvolvimento global. A educação deverá, portanto, valer para que o meio e o lazer não se tornem elementos de segregação, mas sim, elementos de coesão social. A educação em função do lazer deve ser orientada de maneira a procurar os lazeres, o espaço e o tempo livre para comunicar, sem excluir o tempo de isolamento e de meditação. Uma das linhas de força do fenômeno do lazer que citei: “O lazer constitui o primeiro meio vital do homem.” Um dos aspectos do ideal da Fundação Van Clé é a qualidade de vida (SESC-DN, 1977, p. 38).

O ideal da Fundação Van Clé estaria diretamente relacionado à questão social. Implica pensar que a educação era vista como fim, e o lazer como meio, para a transformação da vida dos homens. Por isso, dizia ele: “E pela educação nos consagramos ao novo ideal da Fundação Van Clé que se coloca a serviço do homem: educação, consciência do meio, lazer, tema que ocupa essa jornada de estudos” (SESC-DN, 1977, p. 27).

Por sua vez, o padre Ernest Greiner, representante da PUC/RS, ao discorrer sobre *Tempo livre e liberdade*, o faz tratando o tema lazer com menos preocupação conceitual e mais interesse teológico e filosófico. Para ele, o homem é produto do meio, portanto sujeito e submetido a intervenções da natureza. Essa natureza seria, ao mesmo tempo, parte indissociável do cotidiano e da vida em sociedade, precisando ser entendida e cuidada, em vista de a qualquer momento nos tornarmos reféns do progresso desenfreado, que poderá cercear o tempo livre em restrição da liberdade.

Joffre Dumazedier também foi um dos conferencistas e apresentou dois temas: “Lazer nas sociedades em desenvolvimento” e “Lazer e cultura popular”. Sua fala inicial denotou atitude de reconhecimento sobre as perspectivas do lazer para o desenvolvimento do Brasil. Assim, situando o momento de sua participação neste I Encontro Nacional sobre o Lazer como uma continuidade de suas vindas anteriores ao Brasil expôs:

Esta não é a primeira vez que venho ao Brasil e tenho mesmo a impressão de estar acompanhando seus problemas, desde 1963. A minha primeira viagem, no período de 1961-1963, foi realizada a convite da Universidade de Brasília,

do Movimento da Cultura Popular do Recife e das autoridades eclesiásticas daquela cidade.

Entre os problemas então apresentados, mencionarei os seguintes: por que motivo o desenvolvimento cultural é tão difícil e tão lento no Nordeste em nível das coletividades locais, e quais seriam as providências indicadas para acelerá-los? Que tipo de escola seria mais adequada, ou talvez algo que não fosse escola? (SESC-DN, 1977, p. 42-43).

Ele já havia demonstrado, no começo dos anos de 1960, preocupação com a questão da educação social que imaginava ser o *locus* do aprendizado, ao mesmo tempo que reconhecia o lazer como instrumento de educação. Fazer da escola um local de experimentação cultural, por meio das atividades de lazer, em prol da diminuição do analfabetismo, tal qual o fora para Paulo Freire, foi o propósito que motivou a continuidade de seus entendimentos com diferentes setores da sociedade brasileira, em especial aqueles que relacionados direta ou indiretamente com as políticas econômicas do Estado corroboravam a atitude de redução dos índices de analfabetismo. E, sobre essa sua preocupação, é o próprio Dumazedier quem faz referência ao momento vivido nos anos de 1960:

Para começar devo dizer-lhes duas palavras sobre o projeto de transformação da escola a partir do lazer, projeto este que levamos três anos preparando para o Nordeste, para o Estado de Pernambuco, em colaboração com a Universidade de Brasília. (...) Em traços rápidos deixem-me dizer que em 1965 o lazer estava associado somente ao problema da educação, e não ao problema trabalho educação, tanto para a criança como para o adolescente e o adulto; e não se situava numa zona industrial e urbana, como é o caso de hoje, mas na zona pré-industrial, numa zona rural, cujos problemas eram bem diferentes. (...) Daí nasceu a ideia muito simples, que não vou desenvolver, que é a de se substituir as escolas não por circuitos utópicos de comunicações, mas por um conjunto de programas culturais, ou melhor, comunitários (SESC-DN, 1977, p. 42-43).

E finaliza a colocação dizendo que sua pretensão não logrou êxito, naquele momento, por ter sido o projeto considerado avançado para os padrões do sistema educacional vigente à época, principalmente porque

destituía dos mestres o título de únicos educadores reconhecidos pela legislação educacional. Especificamente sobre o motivo que lhe havia trazido de volta ao Brasil, em 1975, esclareceu ser oportunidade de contribuir para com os debates sobre as propriedades, necessidades e expectativas em torno do fenômeno lazer, em um Brasil em que predomina o crescimento das cidades, processo que, para ele, não se desenvolvera descolado da industrialização que, grosso modo, foi o fato marcante para a eclosão do lazer como fenômeno social moderno.

Ao definir o fenômeno lazer, o faz afirmando a necessidade do aporte teórico da Sociologia, de forma a fundamentar as concepções que se desejava instituir como padrões, em vista das diferentes sociedades onde se dialoga com o fenômeno.

Outra preocupação de Dumazedier foi pensar o potencial do lazer no meio urbano. Assegurava que o aumento da procura de ocupação do tempo livre com atividades de lazer se daria de maneira concomitante à regressão dos grandes controles institucionais sobre os indivíduos, tais como os das instituições religiosas, cívicas, família, escola. Ao final, assegurava:

(...) Eu concluiria dizendo que o lazer é o resultado de um processo de industrialização, não é uma moda, não é uma ideologia, não é uma evasão, não é uma maneira de camuflar problemas mais importantes; tudo isso pode existir, e certamente existe. Mas não é esta a propriedade constitutiva do lazer. Com muita frequência se esvazia o problema do lazer por identificá-lo com aqueles outros problemas – evasão da política, camuflagem de problemas mais importantes etc. Então, que me desculpem: vamos jogar fora a água do banho, que está suja, mas não o bebê. O bebê é o lazer, e não é pelo fato de ser o lazer um assunto explorado por alguns, incompreendido por muitos e utilizado por outros, que se deve jogá-lo fora. Vamos libertá-lo, mas não vamos jogar fora o bebê, junto com a água do banho. Certo? (SESC-DN, 1977, p. 48).

Outros participantes expressaram opiniões acerca do lazer, na ocasião da abertura do evento. José Papa Júnior, presidente da Federação do Comércio de São Paulo, foi um dos que expressou com clareza a maneira como o lazer estava sendo vivenciado e, por consequência, introjetado

no cotidiano da população, em especial dos trabalhadores do comércio, que eram o foco das ações sociais do SESC:

Há cerca de trinta anos, o SESC recém-criado iniciava o seu programa de lazer para a classe comerciária do País. Embora sem designá-lo com a palavra, hoje consagrada na prática das ciências humanas, o SESC veio criando colônias de férias, ginásios esportivos, centros de educação social, centros culturais e desportivos, centros de recreação e cultura, balneários e clubes de campo, ao lado de outras unidades de Serviço Social em todo o território brasileiro.

Nessas unidades milhares de comerciários desfrutaram e continuam desfrutando suas férias, fins de semana, feriados e noites de entretenimento, recreação, cultura e esporte. Seus familiares, mulheres, crianças, adolescentes, adultos e idosos encontram ambiente de repouso, recreação salutar, condições para o desenvolvimento de suas habilidades físicas e intelectuais, para a plena manifestação de sua sensibilidade e para o enriquecimento de sua vida pessoal e social (SESC-DN, 1977, p. 11).

Seu discurso deixa transparecer a responsabilidade do SESC para a consecução da proposta de implantação da Política Nacional de Lazer, vista como pilar de sustentação do Sistema Nacional de Lazer, produto do governo Geisel, com a pretensão de implantação pelos governos municipais e estaduais. Ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio nesse momento cabia a responsabilidade de legitimar a proposta frente aos diversos setores da sociedade, que seriam diretamente envolvidos no processo.

Nesse cenário as instituições patronais como o SESC e o SESI, por já possuírem experiência de atuação social no campo do lazer, serviram como exemplos de iniciativas bem-sucedidas e eram vistas como parceiras em potencial, porque em suas unidades operacionais era recorrente o emprego de atividades de recreação, para ocupação saudável das horas de lazer da clientela comerciária. Igualmente, a figura do sociólogo francês Joffre Dumazedier contribuiu para fortalecer a ideia de apropriação do lazer em prol do desenvolvimento das cidades em harmonia com o bem-estar social.



## Considerações finais

A história do SESC e de sua relação com o lazer é referência que aponta para uma possibilidade de entendimento sobre a constituição do pensamento sobre o lazer no Brasil. Partindo das pesquisas que retratam o estado da arte sobre o lazer, foi possível identificar ser recorrente a existência de bibliografia sobre o lazer publicada pela instituição ou que de certa forma é de autoria de seus servidores. Tecendo recortes mais detalhados dessa produção, abriu-se a possibilidade de que a pesquisa sobre a origem das primeiras preocupações com o lazer se materializasse a partir de cortes cronológicos que permitiram identificar entre os sujeitos históricos envolvidos no processo de construção as relações que estavam a permear os discursos que estão por trás das preocupações com o lazer. Assim desencadeou-se a ideia de pensar as contribuições do SESC para os Estudos do Lazer no Brasil. Da mesma forma, também nasceu a intenção de que o estudo ficasse restrito à década de 1970. Retratar a aproximação do SESC com o lazer a partir das experiências de participação na organização de dois eventos de caráter científico foi a maneira de expressar o pensamento institucional a partir da materialização de ideias em intenções e sua concretização através do discurso.

## Notas

- <sup>1</sup> Admitido no quadro profissional do Serviço Social do Comércio, Administração Regional do SESC em São Paulo, em 1953. Sua primeira função foi como orientador social, na Unidade Operacional do SESC Bertioga, primeira colônia de férias criada pelo SESC. Durante os anos de 1960, integrou a equipe técnica responsável pelas programações sociorecreativas das Unidades Móveis (Unimos), cuja atribuição era percorrer as cidades do interior do estado de São Paulo desenvolvendo ações de caráter social. Em 1976, assumiu a Diretoria Regional do SESC-SP.
- <sup>2</sup> Entrevista concedida ao Projeto Garimpendo Memórias a Christianne Luce Gomes, nov. 2001.
- <sup>3</sup> Nota-se que a recreação era termo corrente à época em que tais serviços começaram a funcionar. A inspiração vinha dos Estados Unidos.
- <sup>4</sup> A escolha de um intelectual como Mário de Andrade para o cargo de direção do novo órgão não se deu por acaso. Havia a pretensão do governo do Estado de encampar a proposta de desenvolvimento de uma cultura nacional, objetivo do grupo de intelectuais modernistas que

contou com o apoio da burguesia paulistana no sentido de também incorporar a ideia de controle da massa operária, a partir da utilização de propostas educativas (Gomes, 2003, p. 167-168).

- <sup>5</sup> “As preocupações com o público infantil estavam voltadas para limitar as consequências negativas advindas das péssimas condições de vida da população operária em uma cidade como a de São Paulo. E, em face dessa realidade, a municipalidade assumiu a responsabilidade de disponibilizar espaços apropriados para que as crianças praticassem atividades lúdico-educativas. Porém, não se tratava simplesmente de reservar espaços públicos para brincadeiras das crianças, tratava-se de reforçar determinados princípios, como a educação higiênica e social das crianças” (Gomes, 2003).
- <sup>6</sup> Arnaldo Lopes Sussekind integrou a comissão nomeada por Getúlio Vargas para elaboração da *Consolidação das Leis do Trabalho*, em 1942, juntamente com os juristas José de Segadas Viana, Oscar Saraiva, Luiz Augusto Rego Monteiro e Dorval Lacerda Marcondes; foi diretor do Serviço de Recreação Operária por 20 anos. No governo Juscelino Kubistchek foi diretor de Segurança Nacional do Ministério do Trabalho. Escolhido ministro do Trabalho e Previdência Social, ocupou depois os cargos de ministro e de vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, onde se aposentou (Gomes, Ângela, 1994).
- <sup>7</sup> Nas referências bibliográficas da tese de Christianne Gomes (2003, p. 305), estão listados três títulos de autoria de Sussekind: “Trabalho e recreação” (1946); *Recreação operária* (1948); e *Manual de recreação (Orientação dos lazeres dos operários)* (1952). Este último título em coautoria com Inezil Pena Marinho e Oswaldo Góes. Todos, publicados pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, em 1948.
- <sup>8</sup> Também, foram coautores: Arnaldo L. Sussekind, Augusto B. Rodrigues, Henrique Rosa F. Braga e Lúcia B. Alencastro. Publicado no Rio de Janeiro pela Baptista de Souza & Cia Editores, 1955.
- <sup>9</sup> Publicação da Cia. Brasil Editora, São Paulo, 1957.
- <sup>10</sup> Sobre este, ver a tese de doutorado de Christianne Luce Gomes: *Significados de recreação e lazer*.
- <sup>11</sup> Instituído em 6 de dezembro de 1943, no antigo Distrito Federal, através da Portaria Ministerial nº 68, com a finalidade de coordenar os meios de recreação operária, prestando aos sindicatos assistência e colaboração.
- <sup>12</sup> Professor de Educação Física, funcionário do Departamento de Educação do Ministério da Educação e Saúde (MES) desde 1939, quando foi admitido no quadro de servidores com o cargo de assistente técnico. Posteriormente, passaria a assistente de Ensino e, por fim, a técnico em Educação, o primeiro do Brasil formado em Educação Física.
- <sup>13</sup> Ethel Bauzer Medeiros tem 17 livros publicados e uma carreira direcionada aos estudos e pesquisas no campo da Educação e, posteriormente, enveredada ao lazer. Entre as obras mais citadas está *Lazer no planejamento urbano*, cuja primeira edição data de 1971, em edição conjunta com a Fundação Getúlio Vargas e a Ford. Em 1975, publica *Lazer: necessidade ou novidade?* pelo SESC/DRJ, obra que gerou polêmica, por ser de inspiração poética e refutar a corrente de pensamento teórico que vê o lazer como produto da sociedade industrial (Amaral; Nunes Jr., 2011).
- <sup>14</sup> O *Boletim de Intercâmbio* era uma publicação do Departamento Nacional do SESC, de periodicidade semestral, destinado a comunicar principalmente o trabalho técnico desenvolvido em todos os Departamentos Regionais. A ideia central era, como o próprio título sugere,

estimular o intercâmbio de informações no âmbito institucional. Este nº 20 do periódico foi dedicado exclusivamente ao Seminário Nacional de Lazer, ocorrido em Curitiba, Paraná. Nota-se, contudo, que os textos que integram o *Boletim* são, exclusivamente, reprodução das palestras e apresentações de experiências de trabalho, não comportando qualquer atitude interpretativa ou crítica dos organizadores.

- 15 Estão identificados os seguintes profissionais do ramo de arquitetura, pelo Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba: Angel Walter Bernal Acho e Omar Akel, responsáveis pela apresentação da palestra “Por uma viabilização de espaços urbanos de lazer”; Henrique Bougesto, responsável por apresentar o título “Planejamento urbano e lazer”. Além desses, há indicação de palestra ministrada pelo Sr. Jorge Wilhelm, que trata igualmente do tema planejamento urbano e lazer. Contudo, no documento do SESC não existe qualquer indicação a respeito da origem desse profissional, cujo texto pode ser consultado no *Boletim de Intercâmbio* (1974).
- 16 Dentro desse tema, Burle Max defendeu a tese “de se preservar o que está sendo destruído e desaparecendo em nome do progresso”.
- 17 Respondem pela apresentação do trabalho as assistentes sociais: Juçá Maria Azevedo Koscianski, Amália Madureira Paschoal, Mirian Ferreira da Silva; o acadêmico de Economia Edilson Hugo Ranciaro; e o professor de Educação Física Pierre Jacques Marie Reydam (SESC-DN, 1974, p. 171-195).
- 18 A denominação recreação comunitária refere-se a uma atividade desenvolvida pelo SESC. Seu raio de atuação eram as comunidades menos assistidas pelo poder público, que geralmente estavam afastadas das unidades operacionais do SESC (*Ibid.*, p. 175).
- 19 Inicialmente o encontro, que reuniu cerca de 650 inscritos e contou com a participação das Administrações Regionais do SESC e do SESI e de 171 instituições públicas e privadas de diversos estados do país, havia sido previsto para acontecer entre os dias 21 e 25 de julho de 1975, com previsão de 300 participantes. Em decorrência da impossibilidade de participação de alguns conferencistas, e da abertura para a participação da comunidade – que pode fazer parte dos círculos de debates –, a data foi adiada, o que possibilitou ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio encampar a ideia de sua realização, inclusive patrocinando-o. Por conta disso, o número de vagas para inscrições foi ampliado para 600 participantes, incluindo-se os representantes dos sindicatos de classe, que foram convidados a opinar sobre a *Política Nacional de Lazer*, principal objetivo dos debates travados no encontro (SESC-DN, 1977, p. 157-168).
- 20 Conforme disposto na primeira parte dos Anais, intitulada Organização Mecânica dos Trabalhos: “Neste I Encontro procurou-se definir, dentro da dinâmica social de hoje, o verdadeiro papel que o lazer deve assumir em função do processo de desenvolvimento e integração social do homem e das comunidades” (SESC-DN, 1977, p. 6).
- 21 Fundada em 1968, em Bruxelas, na Bélgica, em homenagem ao padre Antoon Van Clé, que tem como objetivos: estar a serviço do homem em geral; contribuir para a humanização dos lares em particular; promover a pesquisa científica no domínio do lazer; ajudar sob outra forma a realização de projetos concretos que têm por fim melhorar a qualidade de vida (SESC-DN, 1977, p. 26).

## Referências

- AMARAL, S. C. F.; NUNES JR., P. C. Trajetórias do lazer no Brasil: memórias de Ethel Bauzer Medeiros. *Licere*, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, set. 2011.
- BOLETIM DE INTERCÂMBIO, Rio de Janeiro, SESC-DN, n. 20, p. 9-21, dez. 1974.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DUMAZEDIER, J. *Questionamento teórico do lazer*. São Paulo: SESC, 1975.
- DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- DUMAZEDIER, J. *Planejamento de lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão*. Biblioteca Científica – Série Lazer 1. São Paulo: SESC-CODES/DICOTE-CELAZER, 1980a.
- DUMAZEDIER, J. *Planejamento de lazer no Brasil: valores e conteúdos culturais do lazer*. Biblioteca Científica – Série Lazer 3. São Paulo: SESC, 1980b.
- FERREIRA, A. *Lazer operário: estudo de organização social das cidades*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959.
- FIGUEIREDO, B. G. *A criação do SESI e SESC: do enquadramento da preguiça a produtividade do ócio*. 1991. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, 1991.
- GOMES, Â. de C. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GOMES, C. L. *Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)*. 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.
- GOMES, C. L.; MELO, V. A. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. *Revista Movimento*, Porto Alegre, n. 19, 2003.
- GOMES, C. M. *Dumazedier e os estudos do lazer no Brasil: breve trajetória histórica*. Rio de Janeiro: SESC, 2004.
- GONÇALVES, C. A.; MELO, V. A. Lazer e urbanização no Brasil: notas de uma história recente (décadas de 1950/1970). *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 249-271, jul.-set. 2009.
- MARCASSA, L. *A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935)*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

MEDEIROS, E. B. *Lazer no planejamento urbano*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação, Serviço de Publicações, 1971.

MELO, V. A. (Org.). *Lazer: olhares multidisciplinares*. Campinas: Átomo e Alínea, 2010.

PEIXOTO, E. M. de M. *Estudos do lazer no Brasil: apropriação das obras de Marx e Engels*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2007.

PEIXOTO, E. M. de M.; PEREIRA, M. de F. R. Primeiro ciclo dos estudos do lazer no Brasil: contexto histórico, temáticas e problemáticas. In: JORNADA DO HISTEDBR, VIII, 2008, São Carlos. *Sociedade, Estado e educação: um balanço do século XX e perspectivas para o século XXI*. Campinas/São Carlos: Histedbr Unicamp/UFSCar, 2008. Disponível em: <[http://www.histedbr.fac.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada8/txt\\_compl/Elza\\_Peixoto.doc](http://www.histedbr.fac.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada8/txt_compl/Elza_Peixoto.doc)>. Acesso em: 02 jun. 2014.

PEIXOTO, E. M. de M.; PEREIRA, M. de F. R. O segundo ciclo dos estudos do lazer no Brasil (1968-1979). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, VIII, 2009, Campinas. *História, sociedade e educação no Brasil. História, educação e transformação: tendências e perspectivas*. Anais... Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009.

RAGO, M. A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900-1950. In: PORTA, P. (Org.). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v. 3.

REQUIXA, R. A. Q. de S. *As dimensões do lazer*. São Paulo: SESC, 1974.

REQUIXA, R. A. Q. de S. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

REQUIXA, R. A. Q. de S. Projeto Garimpando Memórias. (Depoimento, 2001). Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte – ESEF/UFRGS, 2004. Entrevista concedida a Christianne Gomes.

SANT'ANNA, D. B. *O prazer justificado: história e lazer* (São Paulo. 1969/1979). São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1994.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (Departamento Nacional). *A Previdência Social e o Serviço Social do Comércio*. Rio de Janeiro: SESC-DN, 1957.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (Departamento Nacional). *SESC Ano do Jubileu*. Rio de Janeiro: SESC-DN, 1972b.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (Departamento Nacional). In: I Seminário Nacional sobre o lazer. *Boletim de Intercâmbio*, Rio de Janeiro, n. 20, dez. 1974.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (Departamento Nacional). 1º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O LAZER: CULTURA, RECREAÇÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA, 1975. *Anais...* Rio de Janeiro: SESC-DN, 1977.

WERNECK, C. L. G. *A constituição do lazer como um campo de estudos científicos no Brasil: implicações do discurso sobre a cientificidade e autonomia deste campo*. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 12, 2000, Balneário Camboriú. *Coletânea...* Balneário Camboriú: Roca/Universidade do Vale do Itajaí, 2000.

Hélder Ferreira Isayama  
Victor Andrade de Melo

A produção de  
conhecimento sobre lazer  
O olhar do periódico *Licere*

## Introdução

O periódico científico pode ser compreendido como um veículo de difusão de resultados de investigações, um registro público organizado a partir de um sistema de avaliação (editor-avaliador), uma parte fundamental do fluxo de informação originado com a atividade de pesquisa (Oliveira, 2002). Cumpre também a função de definição e legitimação de disciplinas e campos de estudos, constituindo-se em fórum para institucionalização e promoção de avanços do conhecimento (Miranda; Pereira, 1996).

No que se refere ao campo dos Estudos do Lazer, no qual os temas de investigação são abordados por pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento (Educação Física, Turismo, Sociologia, Antropologia, Administração, Economia, entre outras), a veiculação de informações é da mesma forma multidisciplinar, havendo no Brasil um único periódico científico exclusivamente dedicado ao assunto: a *Licere*.

*Licere* – Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer/UFMG<sup>1</sup> é um periódico trimestral “dedicado a discutir a temática lazer, em suas múltiplas dimensões e a partir de uma ótica multidisciplinar”.<sup>2</sup> Dois são seus objetivos principais: “a) registrar,

difundir e compartilhar publicamente o conhecimento construído na área do Lazer; b) contribuir com o avanço qualitativo dos estudos e experiências desenvolvidas.”<sup>3</sup>

Trata-se de um periódico eletrônico,<sup>4</sup> que recebe artigos em fluxo contínuo, avaliados no modelo “duplo cego”.<sup>5</sup> Até dezembro de 2012, foram lançados 15 volumes e 34 números. Os atuais conselho editorial e corpo de pareceristas são compostos por reconhecidos pesquisadores, vinculados a 38 universidades diferentes, de cinco países distintos; os brasileiros estão ligados a instituições de 15 unidades da federação. *Licere* está indexada no Latindex e no Lilacs, bem como catalogada no Sibradid e no Sportdiscus. O periódico passa pela avaliação do Scielo Brasil e deve receber o parecer final, sobre a indexação, no decorrer do ano de 2014.

Um olhar panorâmico para os 15 anos de existência de *Licere* nos permite perceber o quanto sua trajetória tem relação com o trato do seu tema central no âmbito das iniciativas relacionadas à Educação Física. Isso se explicita não só na vinculação institucional de muitos dos protagonistas dos Estudos do Lazer no Brasil, como também na presença do assunto em coleções, periódicos e eventos da área, entre os quais o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, que possui um grupo de trabalho temático específico.<sup>6</sup>

Tendo em conta que essas ocorrências constituem uma importante parte da história recente dos Estudos do Lazer no Brasil,<sup>7</sup> a que corresponde à estruturação de um cenário acadêmico propriamente dito, não seria equivocado dizer, portanto, que, em certa medida, emerge da Educação Física a gestação desse campo relativamente autônomo, que envolvendo pesquisadores de várias disciplinas distintas, hodiernamente, possui seus congressos próprios,<sup>8</sup> um programa de pós-graduação exclusivamente dedicado ao tema<sup>9</sup> e, entre outras iniciativas, um periódico científico específico, nosso assunto nesse artigo: a *Licere*.

Estamos considerando que a revista é, simultaneamente, um indicador e um agente desse processo de consolidação (e se há propriedade nessa afirmação, podemos sugerir, desde já, que a publicação tem conseguido alcançar seus objetivos). Mais ainda, em função de nossa situação “imbricada” (entre a área de Educação Física, cujos parâmetros de avaliação



são muito marcados pelas Ciências Biomédicas e pela área de Humanas, no âmbito do campo multidisciplinar ao qual se vincula a revista), pretendemos explicitar o quanto os caminhos (e descaminhos) adotados por alguns periódicos ligados às Ciências do Esporte nos influenciaram (inclusive quando decidimos o que não fazer). Isto é, na condição de editores muito nos serviram como parâmetros de atuação as experiências que observamos e vivenciamos como autores e pareceristas de outras revistas. Iniciemos com uma breve apresentação da trajetória da *Licere*.

## Trajatória

*Licere* foi lançada em 1998, uma iniciativa do Centro de Estudos de Lazer e Recreação da Universidade Federal de Minas Gerais, tendo como editores os coordenadores daquele grupo de pesquisa: Christianne Luce Gomes e Hélder Ferreira Isayama. Na verdade, a trajetória do periódico tem forte relação com as ações dos colegas que se dedicavam ao tema naquela instituição mineira, entre as quais podemos destacar: a criação de um curso de especialização (que funciona por quase duas décadas, responsável por formar uma geração de novos pesquisadores), a organização de um evento científico, o Seminário “O Lazer em Debate”, que hoje ocupa um importante espaço no campo,<sup>10</sup> o gerenciamento de uma série de projetos junto ao SESI, SESC e órgãos governamentais, o lançamento de livros e a constante publicação dos resultados das investigações realizadas. Tratava-se de iniciativas de estruturação dos Estudos do Lazer, que têm como uma importante marca a criação do já citado programa de pós-graduação, ao qual, nos dias de hoje, *Licere* se vincula.

Considerando esse processo, o lançamento de um periódico pode parecer uma decisão óbvia. Todavia, não se tratava, naquele momento, de uma iniciativa simples. Para além das dificuldades operacionais e custos, havia uma preocupação central, até mesmo porque poderia ser responsável por inviabilizar a ideia. Teríamos produção suficiente para manter a revista?

Devemos lembrar que o quadro era distinto do atual. Mesmo que já fosse perceptível o aumento da produção no âmbito das Ciências do

Esporte e estivessem em curso importantes iniciativas relacionadas à conformação dos Estudos do Lazer, vislumbrava-se que ainda não era seguro contar com um fluxo de artigos de qualidade aceitável para garantir com periodicidade a publicação de uma revista que se pretendia científica e ambicionava contribuir com a consolidação das investigações sobre o tema.

Já havia, é verdade, um campo internacional consolidado, que se refletia, inclusive, na existência de vários periódicos, até mesmo em outros países da América do Sul.<sup>11</sup> Entretanto, naqueles tempos em que a internet dava os primeiros passos e ainda eram limitados os contatos acadêmicos, isso não era grande alento para uma reflexão sobre o futuro da *Licere*.

Assim sendo, optou-se por fazer um primeiro número com convidados, uma expressão do que os editores consideravam assuntos candentes no cenário nacional (inclusive a discussão do conceito de lazer), e por adotar a periodicidade anual. Era um primeiro passo, um modesto passo, o suficiente para lançar o novo periódico brasileiro ligado aos Estudos do Lazer.<sup>12</sup>

Foi apenas em 2003 que se adotou a periodicidade semestral. Algumas ocorrências foram responsáveis por tal decisão: a) a consolidação do tema no âmbito das Ciências do Esporte; b) a melhor conformação dos Estudos do Lazer, inclusive com a diversificação de grupos nacionais; c) o aumento da presença do assunto em iniciativas de outras áreas de conhecimento; d) o maior contato com pesquisadores de outros países; e) a qualificação dos envolvidos com a produção do periódico, não somente os editores, como também os pareceristas; f) a maior segurança desses no tocante ao processo de preparação da revista; g) a aprovação de um financiamento, para os anos de 2003 e 2004, por edital específico da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG. Já havia, portanto, simultaneamente, maior demanda de autores que desejavam veicular seus artigos, maior qualidade dessa produção, pareceristas mais capacitados para avaliar e editores mais experientes.

*Licere* seguiu dando passos curtos e seguros, tendo como estímulos a percepção de que, de fato, circulavam os artigos nela publicados, bem como uma crescente submissão de contribuições, inclusive por

pesquisadores que assumiam o protagonismo acadêmico. Esse quadro motivou os editores a promoverem uma nova mudança, dessa vez mais profunda do ponto de vista do projeto editorial.

Buscou-se aperfeiçoar os mecanismos de avaliação, ampliar o número de envolvidos com o periódico (tornando mais representativo o corpo de pareceristas), reestruturar suas seções, atrair autores de outros países e de áreas de conhecimento distintas. Intentava-se aprimorar suas contribuições e referendar seu papel de liderança no âmbito dos Estudos do Lazer.

Do ponto de vista formal, duas modificações marcam essa nova fase: a) a partir do número 1 do v. 9 (2007), as capas passaram a explicitar os compromissos e as vinculações que a revista pretendia para os estudos do lazer; e b) a partir do v. 10, ela passou a ser eletrônica e quadrimestral.<sup>13</sup> Nesse momento, também se deu início ao processo de indexação do periódico.

Tendo em vista a criação do curso de mestrado em lazer e as exigências de alguns indexadores, resolveu-se ainda: a) assumi-la como órgão oficial do programa de pós-graduação; na verdade, sempre foi organizada por professores que estavam envolvidos tanto com essa iniciativa quanto com os anteriores cursos de especialização, que ocuparam espaço de importância na consolidação do campo no Brasil; b) promoveu-se uma mudança de design e de divisão das seções, sem abandonar os intuítos de difusão de conhecimento para além da publicação de artigos; c) adotou-se o formato eletrônico, que na época já se apresentava como uma alternativa viável de aumentar sua penetrabilidade e acessibilidade; e d) optou-se por publicar três números ao ano.

Em 2009, motivados pelas críticas e sugestões dos avaliadores de Lilacs e pelo seguido aumento de volume de artigos recebidos para a avaliação, decidiu-se por editá-la trimestralmente (março, junho, setembro e dezembro). A princípio, havia antigos receios. Seria possível receber artigos de qualidade para tantos números por ano? Conseguiríamos operacionalizar a publicação? Lançar quatro edições anuais significava aumentar o esforço de todos os envolvidos, inclusive os pareceristas e as equipes de revisão e produção.

Rápidos e favoráveis foram os desdobramentos: no sistema Qualis/Capes, *Licere* foi melhor avaliada em várias áreas de conhecimento; jamais tivemos problemas de periodicidade; os artigos nela publicados continuam circulando bem; importantes lideranças do campo seguem para o periódico enviando suas contribuições; os jovens pesquisadores o têm em conta em suas estratégias de publicação.

Nessa trajetória, a *Licere* sempre teve uma abordagem nacional e, a partir de certo momento, também internacional: nos artigos, no conselho editorial (11 doutores) e no corpo de pareceristas (86 doutores), podemos ver nomes de pesquisadores de todas as regiões do país, bem como de outros países, notadamente ibero-americanos. Vale destacar que, dado o caráter inter e multidisciplinar do tema, várias são as áreas de conhecimento representadas.

A *Licere* (ISSN 1981-3171) está indexada pelo Latindex, pelo Sibradid, pelo Sportdiscus e pelo Lilacs. Segue as normas da ABNT e publica contribuições em três seções: Artigos (Originais, de Revisão e Relatos de Experiência), Fique por Dentro, Tome Ciência. Publica em média 12 artigos por número, 100% não publicados antes em outros periódicos (uma exigência editorial). Todos os exemplares (41 números) estão disponíveis na internet, sendo que, entre os que foram publicados em formato impresso, estão disponíveis apenas os resumos (os eletrônicos estão integralmente disponíveis).

O periódico na atual base de dados do Qualis (ano-base 2011) recebeu as seguintes colocações em estratos: B2 – Educação Física, Interdisciplinar e Sociologia; B3 – Educação, Enfermagem, História e Letras/Linguística; B4 – Antropologia/Arqueologia, Arquitetura e Urbanismo, Psicologia e Saúde Coletiva; B5 – Administração, Ciências Contábeis e Turismo.

O fluxo de publicação dos últimos cinco anos foi: em 2009, foram recebidos 58 trabalhos, sendo 35 publicados; em 2010, foram recebidos 61, sendo 33 publicados; em 2011, dos 70 enviados, 36 foram aprovados; em 2012, a proporção foi 77/41 e, em 2013, 88/49. Esses números demonstram a evolução da revista *Licere* em termos quantitativos e qualitativos. A indexação no Lilacs e a crescente qualidade dos artigos

têm incentivado pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento a enviarem suas contribuições. É importante destacar ainda o aumento de artigos de pesquisadores vinculados a diversos grupos de pesquisa e programas de pós-graduação (nos quais se destacam os de Lazer, Educação Física, Educação, Sociologia).

Nos últimos quatro anos é dessa forma que *Licere* tem sido publicada. Vale destacar que nesse percurso nunca se perdeu de vista os intuítos estabelecidos desde sua criação:

a) preencher uma lacuna na área, uma vez que não existiam, em nosso País, publicações periódicas dedicadas exclusivamente ao assunto; b) contribuir para o avanço das discussões ao dar visibilidade à crescente produção acadêmica (seja eminentemente teórica, fruto de discussões conceituais e pesquisas realizadas; ou resultado de reflexões entabuladas a partir de experiências de intervenção), reflexo do aumento do número de teses de doutorado, dissertações de mestrado, monografias de especialização e graduação, assim como da ação de grupos de pesquisas organizados.<sup>14</sup>

Os editores procuraram sempre dialogar com o que a cada momento se apresentava no cenário acadêmico, sem, contudo, abrir mão de certos princípios (alguns dos quais foram mesmo reafirmados no decorrer do tempo). Mesmo os desafios que se apresentaram, e seguem se apresentando, à manutenção da revista não foram utilizados como justificativas para abalar nossa compreensão sobre o que deve ser um periódico científico, ainda mais um periódico científico no quadro brasileiro e dedicado aos Estudos do Lazer. Abordemos esse assunto.

## Princípios

Os periódicos científicos brasileiros, quase em sua totalidade (se não na totalidade), são, em maior ou menor grau, publicações artesanais. Quando afirmamos isso, estamos nos referindo ao grau de “profissionalização” do processo editorial. Ao contrário de muitas iniciativas internacionais, no Brasil, como responsáveis pela manutenção das revistas,

normalmente não temos uma editora que disponibiliza técnicos para organizar cada número. Nesses casos, tendo em vista a necessidade de remunerar os envolvidos e garantir a manutenção da empresa, o que significa também auferir lucros, o acesso a tais periódicos é pago, seja por meio de assinaturas ou da venda de edições eletrônicas (no caso de nosso país, o governo federal compra alguns desses títulos e disponibiliza na base Portal Periódicos/Capes).

No Brasil, até existem algumas iniciativas de publicação de periódicos com o suporte de editoras, mas essas são responsáveis por apenas uma parte do processo, a etapa final de editoração, recebendo o volume já pronto dos editores, que comumente não são remunerados por essa atividade, assim como ocorre com os pareceristas. Quando há grupos editoriais envolvidos, são remunerados por meio de assinaturas, anúncios, taxas de filiação a entidades científicas ou apoio de órgãos governamentais.

Mesmo esses poucos casos observáveis no cenário nacional têm se reduzido em função da utilização dos recursos da internet. Essas ferramentas tornaram mais ágil o processo de editoração e facilitaram o acesso dos interessados (algo potencializado pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de busca). A disponibilização, pelo IBICT, do Serviço Eletrônico de Editoração Eletrônica (SEER) facilitou a manutenção de revistas eletrônicas, que, ademais, acabaram referendadas pela Capes e pelo CNPq, que não só reconhecem a legitimidade dessa forma de publicação, como também estimulam a sua adoção em suas linhas de fomento.

Aperfeiçoou-se o processo de editoração e reduziu-se a dependência financeira dos editores, mas não se eliminou o caráter artesanal das iniciativas. Aliás, devemos lembrar que se ampliou o número de periódicos científicos eletrônicos. Até mesmo em função disso, tornaram-se necessários mecanismos mais complexos de avaliação. Esses interferiram na dinâmica de publicação, inclusive na manutenção de certas revistas.

Tenhamos em conta que os critérios dos editais de fomento acabam por privilegiar os periódicos já consolidados. Pouco incentivo há para a qualificação de revistas que ainda não atingiram um maior grau de desenvolvimento. Se considerarmos que, em geral, os melhores artigos são enviados para as publicações com classificação “superior”, veremos os

desafios que cercam a atuação de alguns editores, a tentativa de sobreviver com pouco ou nenhum recurso e com a boa vontade de alguns parceiros.

De toda forma, nesse processo, para todos envolvidos com a organização de revistas ampliaram-se as tarefas. A despeito disso, embora suas funções sejam extenuantes e de grande responsabilidade, editores raramente são remunerados, nem mesmo de forma indireta (por exemplo, com a contagem dessas horas de trabalho em sua jornada semanal). Por vezes sequer recebem o devido reconhecimento, tanto de suas instituições quanto das agências de fomento. Pareceristas também são voluntários, e contribuir com os periódicos acaba sendo mais uma entre muitas tarefas acadêmicas. No caso da *Licere*, devemos ainda ter em conta que estamos lidando com um campo em crescimento, em que ainda é pequeno o número de doutores que podem contribuir com a avaliação das submissões.

Alguns periódicos conseguem manter, ao menos, um revisor e/ou alguém responsável por adequar os artigos às normas bibliográficas, mas a maioria não. Se há o desejo de adotar um *design* mais bonito e funcional, não é incomum que para tal se conte com alguém que “quebra um galho” e/ou cobra mais barato pelo serviço.

Observe-se que não estamos condenando *a priori* o aumento do número de revistas (uma ocorrência que merece ser analisada com cuidado, sem incorrer em posições maniqueístas), nem dizendo que é bom ou ruim esse aspecto artesanal dos periódicos nacionais. Apenas sugerimos que esses são elementos que não devem ser negligenciados, tanto pelos editores quanto pelas agências governamentais em seus processos de incentivo e avaliação.

Um dos aspectos em que se manifesta de forma mais problemática e explícita esse perfil artesanal é na tensão que, não poucas vezes, se estabelece entre editores, autores e pareceristas. Os primeiros recebem, no caso de revistas consolidadas, um grande número de artigos. A nosso ver, não deveriam ser meros distribuidores das submissões para os pareceristas. Editores devem editar e não somente ser organizadores. Trata-se, desde o início, de uma série de decisões delicadas. O artigo está relacionado ao escopo do periódico? Tem uma qualidade mínima para ser enviado para avaliação, sem o que se corre o risco de desperdiçar precioso tempo de

um colega (devemos nos lembrar que, em função das crescentes pressões acadêmicas, é cada vez mais comum o encaminhamento de artigos sem o devido amadurecimento)? Quais são os avaliadores adequados tendo em vista seu perfil e o volume de tarefas para as quais foram já demandados?

No caso dos editores de periódicos que estão em processo de consolidação ou que não foram bem avaliados no Qualis/Capes, essas questões relacionam-se ainda a outro problema: recebendo normalmente baixo volume de submissões, deve-se desperdiçar uma contribuição, sob o risco de não ter o suficiente para fechar uma edição?

Os autores, pressionados concreta e/ou simbolicamente pelos parâmetros de avaliação, esperam ansiosamente as avaliações de suas contribuições. Nem sempre observam todos os procedimentos de submissão, que são, efetivamente, bastante minuciosos, inclusive no que toca à normatização. Essa não observância acaba, aliás, por aumentar o trabalho da equipe de produção.

Os editores dependem dos pareceristas para dar sequência à tarefa de preparação dos números e dar resposta aos autores, que exigem, em maior ou menor grau, com mais ou menos razão, uma resposta à sua submissão, até mesmo porque, enquanto aguardam, têm seu artigo obliterado de circulação em outros periódicos. Se ele não for aprovado, ter-se-á perdido um grande tempo.

Os pareceristas, voluntários e normalmente sobrecarregados de trabalho, devem conseguir um tempo para realizar sua tarefa. A maior parte dos colegas tem enorme boa vontade, e graças a eles as revistas seguem existindo e podem de fato contribuir com o avanço do conhecimento. Alguns são mais rigorosos, outros menos. Alguns se estendem mais nas suas considerações, outros nem tanto. Alguns demoram mais para devolver seus posicionamentos, outros respondem mais prontamente, em alguns casos os editores necessitam solicitar a devolução, situação sempre delicada. Haja o que houver, não nos parece aceitável que simplesmente se envie os pareceres, para os autores, sem pelo menos uma avaliação do trabalho executado.

No nosso entender, cabe ao editor fazer uma mediação (e isso significa adotar uma postura ativa) entre autores e pareceristas (preservando,



obviamente, o duplo cego). Deve haver espaço para o contraditório, para que se conteste o ponto de vista dos avaliadores. O editor deve arbitrar esse processo, decidindo até mesmo se será necessário solicitar outro(s) parecer(es) para melhor esclarecer a avaliação de um determinado artigo.

Essa postura é para nós um princípio: deve-se abrir sempre o diálogo, certos de que, frente à complexidade e aos limites desse processo de avaliação, algo acentuado pela falta de completa profissionalização, pode haver falhas de todos os lados. Não se pode considerar qualquer dos envolvidos como se um detalhe fosse: uma revista de qualidade não existe sem bons pareceristas, mas também não sem bons autores, e muitos desses, inclusive, são jovens talentosos em início de carreira que merecem atenção.

É, aliás, com preocupação que vemos o oposto disso em muitas revistas. Editores que são verdadeiros “Pilatos”, lavando suas mãos frente a pareceres de qualidade duvidosa. Mais ainda, editores que aboletados numa boa avaliação Qualis usam seus periódicos como instâncias baratas de poder e não como iniciativas efetivamente acadêmicas, que possam possibilitar o debate e o aperfeiçoamento das investigações.

É possível que na trajetória da *Licere* tenhamos por vezes falhado nesse princípio de diálogo e respeito com os autores e pareceristas (afinal, nós também temos milhares de tarefas acadêmicas), mas sempre reafirmamos esse nosso intuito e sempre o utilizamos como um marco para a nossa atuação.

Aliás, a preocupação central que sempre tivemos ao editar a *Licere*, como já expusemos ao falar da trajetória do periódico, foi contribuir para a conformação dos Estudos do Lazer no Brasil, e isso sempre exigiu, a cada momento, uma avaliação do campo. Uma questão sempre nos cercou: uma revista científica deve pautar ou deve ser uma expressão do estágio de desenvolvimento do conhecimento?

Considerar que um periódico, na maior parte das vezes conduzido basicamente pelos editores, pode sozinho dizer para onde vai o conhecimento é no mínimo uma pretensão atroz. Corre-se o risco de se desconsiderar as fraturas, a heterogeneidade, o ritmo específico das iniciativas e ações entabuladas pelos agentes que compõem de forma dinâmica o

campo. Ninguém desenvolve algo por decreto; trata-se de um longo processo desigual e tenso de amadurecimento.

De outro lado, o periódico pode procurar apontar alguns limites a serem vencidos e as necessidades de aprofundamento. Isso pode ser feito de várias maneiras. Por exemplo, com a eleição de temáticas para dossiê, uma indicação de assuntos urgentes a serem abordados. Outra possibilidade relaciona-se aos critérios de qualidade para avaliação dos artigos. De nada vale estabelecer condições muito exigentes para um campo que está dando os primeiros passos: frustram-se os autores em potencial, afastam-se possíveis futuras lideranças e investigadores. De outro lado, há um ponto ideal que deve motivar os pesquisadores a melhorarem sua produção: uma revista científica não pode ser um mar seguro para a mesmice e a mediocridade.

O equilíbrio entre as duas posturas foi algo que sempre buscamos em nossa trajetória. Isso ficará claro para quem fizer uma análise detida dos volumes de *Licere*. A cada momento foram sendo modificados o perfil de produção e o grau de exigência para publicação, *pari passu* com o próprio aperfeiçoamento das iniciativas do campo.

Essa postura balizou até mesmo nossa relação com os indexadores e com os parâmetros de avaliação do sistema Qualis/Capes. Sempre consideramos que tais mecanismos são importantes para o aperfeiçoamento dos periódicos científicos. Todavia, é com grande preocupação que acompanhamos a forma como esse procedimento tem sido entabulado, de maneira que, não poucas vezes, deixa-se de considerar a heterogeneidade das diversas áreas de conhecimento, internamente e entre elas.

Em vários momentos estivemos atentos aos critérios estabelecidos por agências de fomento, bem como às sugestões exaradas pelos indexadores que avaliaram a *Licere*. Todavia: a) percebemos que alguns analisaram a revista sem ter em conta a especificidade do campo de Estudos do Lazer no Brasil, considerando o periódico de forma absoluta, sem levar em conta sua peculiaridade, potencialidade e os seus compromissos de diálogo e de consolidação da área de investigação; e b) observamos que algumas indicações não nos pareciam cabíveis e não deveriam ser seguidas, sob o risco de traírmos o nosso projeto original.

Por vezes, preferimos sacrificar a tentativa de alguma avaliação “superior” ou ser aceitos em algum indexador quando consideramos que isso não era adequado para a proposta que construímos e temos tentado implementar. Para nós, essa postura expressava até mesmo um compromisso com os pesquisadores que vêm escolhendo a *Licere* para veicular sua produção.

Indicadores explícitos dessas escolhas são a língua do periódico e o diálogo com o cenário internacional. Não temos dúvida de que o inglês é o idioma mais utilizado no campo acadêmico mundial, bem como que estabelecer contato com colegas de outros países é uma necessidade. Mas sacrificar um projeto de soberania em nome de certos ditames internacionais parece-nos uma postura acrítica, que não combina com o que se espera de intelectuais comprometidos com a nação.

Além disso, cremos na necessidade de contestar a “naturalização” do uso do inglês. Estamos de acordo com Renato Ortiz (2004), quando critica a excessiva valorização dessa língua e sua adoção como um padrão em disciplinas científicas, lembrando que o impacto disso é ainda maior nas Ciências Humanas e Sociais. De acordo com o autor: “O inglês, em sua presença quantitativa, se insinua pouco a pouco como uma hegemonia qualitativa” (p. 17). Assim,

por sua abrangência, esse idioma adquire a capacidade de “pautar” o debate em escala global. Em jornalismo, “pautar” significa selecionar, entre tantos, alguns problemas existentes, tornando-os relevantes e visíveis. Esse tipo de procedimento favorece a existência de um conjunto hegemônico de representações mundializadas, que passam a ser aceitas como válidas, naturalizando procedimentos metodológicos e diversas problemáticas (p. 18).

Sua posição é clara:

No limite, se pensarmos em termos do contexto, deveríamos dizer que o ideal seria o conhecimento de todas as línguas nas quais as Ciências Sociais se exprimem, para se obter, não uma universalização do espírito, mas uma biblioteca de idiomas a serviço de uma maior riqueza do pensamento. Embora isso seja irrealizável, é importante tê-lo em mente, pois o cosmopolitismo das

ideias somente pode existir quando levamos em consideração a diversidade dos contextos e os “sotaques” das tradições sociológicas. Entretanto, o que se observa é um movimento na direção contrária a qualquer tipo de diversidade das interpretações (p. 18).

Por fim, Ortiz (2004) observa:

Temos, assim, não apenas uma hierarquia entre os idiomas, marcando a desigualdade existente entre eles, mas um elemento sutil de segregação intelectual que se instaura. A homologia postulada entre local-global/particular-universal fecha o círculo, rebaixando as outras interpretações à posição subalterna de localismo. Convenientemente se esquece que o cosmopolitismo não é um atributo necessário da globalidade e que o particularismo do pensamento se enuncia tanto em dialeto como em linguagem global, pois na condição da modernidade-mundo é plausível, e corriqueiro, ser globalmente provinciano (p. 19).

Já existem autores que, ao contestarem a centralidade da língua inglesa, destacam a necessidade de criar novos circuitos de relacionamento acadêmico. Capel (2004), por exemplo, conclama pelo estabelecimento de ações dos países ibero-americanos para valorizar a produção nas línguas-mães. Gorelik (2004) sugere maior número de iniciativas entre pesquisadores da América Latina. Melo e Fortes (2010), falando do campo da história do esporte, reforçam a ideia de que seria interessante fortalecer os laços entre os investigadores da América do Sul e a comunidade acadêmica de países lusófonos, algo que também chamou a atenção de Melo (2011).

Na *Licere*, de duas formas atuamos tendo em conta essas reflexões. Passamos a aceitar artigos em quatro idiomas: português, espanhol, inglês e francês. Da mesma forma, procuramos estimular pesquisadores internacionais, notadamente de países ibero-americanos, a enviarem suas contribuições para nosso periódico. Mas isso jamais significou reduzir o espaço de publicação dos brasileiros, tampouco eliminar a língua portuguesa das opções dos autores.

*Brazilian Journal* é, para nós, coisa de gente colonizada, de gente que se envergonha do idioma nacional, que se satisfaz e mesmo se apraz em substituir a língua nativa em nome de exigências que, mascaradas de científicas, mal conseguem esconder os projetos políticos que têm por trás.

## Considerações finais

De acordo com o artigo de Lazzarotti Filho e colaboradores (2012), que procederam a uma interessante análise de oito revistas nacionais na *Licere*: quase metade dos artigos é de autoria individual, ao contrário de uma tendência geral oposta; a maior parte dos autores dialoga com a produção nacional, na contramão de uma valorização do debate com a literatura internacional; as contribuições usam como referências prioritariamente livros e capítulos de livro, quando existe uma tendência de valorizar a consulta a outros periódicos; a totalidade dos artigos era ligada às Ciências Humanas e Sociais.

Como se pode ver, *Licere* é claramente uma revista brasileira que tem em conta o público nacional e as necessidades de consolidação do campo dos Estudos do Lazer no Brasil, tarefa com a qual tem claramente se envolvido desde os seus primeiros momentos. Isso não significou desconsiderar a necessidade de diálogo internacional, mas sim não perder de vista os seus objetivos primordiais.

Na classificação *Qualis/Capes*, nas áreas de Educação Física e Interdisciplinar, os campos principais de diálogo do periódico, *Licere* está no estrato B2. Ainda que discordemos de uma série de pontos, parece-nos uma boa avaliação, ainda mais tendo em conta os princípios que nesse artigo procuramos apresentar, a decisão de não macular nossos intuitos em nome de melhor colocação ou de inserção em indexadores.

No início de 2011, fomos convidados pela pró-reitora de Pesquisa da UFMG para participar de um projeto de incentivo aos periódicos da instituição. As ações vão desde a qualificação dos responsáveis pela publicação, por meio da participação em eventos da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), passam pela realização de debates sobre

a valorização do trabalho de editoria na carga horária dos docentes envolvidos, e chegam à concessão de apoio financeiro para a criação de um sistema *on-line* único (SEER), entre outros aspectos. Essa oportunidade tem nos ajudado a melhor dimensionar o nosso futuro.

Na verdade, os desafios que se apresentam para o futuro da *Licere* são os mesmos que sempre estiveram presentes em sua trajetória: aperfeiçoar seu processo de editoração (minimizando ao máximo os problemas do caráter artesanal com uma clara disposição de diálogo e respeito aos autores, pareceristas e equipe de produção), para, captando o melhor possível o estágio de desenvolvimento dos Estudos do Lazer, contribuir para a sua consolidação, a partir da veiculação de resultados das investigações do tema, advindas dos pesquisadores dos mais diferentes perfis e áreas de formação, provocados para que incrementem seus esforços.

Nosso compromisso é com a nação e com a ciência nacional, aquela que, mesmo dialogando com parâmetros internacionais, reafirma as condições, peculiaridades e necessidades do país; não aquela colonizada que se rende sem grande crítica ao que está colocado no *mainstream* do campo acadêmico mundial.

*Licere* é, orgulhosamente, uma revista brasileira dedicada aos Estudos do Lazer.

(Este texto é uma versão do artigo “*Licere*: uma revista brasileira de lazer”, publicado na *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 2014.)

## Notas

- 1 A escolha desse nome foi uma sugestão de um dos membros do CELAR/UFMG. Palavra de origem latina, *licere* significa “ser lícito, permitido”, sendo uma das origens do termo lazer.
- 2 Política de publicação. Disponível em: <<http://www.anima.eefd.ufjf.br/licere/docs/politica.html>>. Acesso em: 2 abr. 2013.
- 3 Política de publicação. Disponível em: <<http://www.anima.eefd.ufjf.br/licere/docs/politica.html>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

- <sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.eeffto.ufmg.br/licere>>. Acesso em: 2 abr. 2013.
- <sup>5</sup> Normas de publicação. Disponível em: <<http://www.anima.eefd.ufjf.br/licere/docs/normas.html>>. Acesso em: 2 abr. 2013.
- <sup>6</sup> GTT Lazer e sociedade. Para mais informações, acesse: <<http://www.cbce.org.br/br/gtt/recreacao-e-lazer/>>. Acesso em: 2 abr. 2013.
- <sup>7</sup> Para uma discussão sobre a trajetória dos Estudos do Lazer no Brasil, ver artigo de Gomes e Melo (2003).
- <sup>8</sup> Vale citar o Seminário Lazer em Debate e o Encontro Nacional de Recreação e Lazer.
- <sup>9</sup> O Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer/UFMG. Para mais informações, acesse: <<https://www.ufmg.br/mestradoemlazer/>>. Acesso em: 2 abr. 2013.
- <sup>10</sup> Em 2013, foi realizada a 14ª edição do evento. Somente em cinco ocasiões o seminário não foi organizado pela UFMG (pela UFRJ, em duas edições, USP, IFES-RN e Unicamp). Ainda em 2013, foi criada a Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos do Lazer (ANPEL), que passará a organizar o evento a partir de 2014, com a seguinte denominação: Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer/Seminário “O Lazer em Debate”.
- <sup>11</sup> Devemos lembrar, por exemplo, de *Cuadernos de Ocio*, dirigida pelo colombiano Victor Molina. Já existiam também a *Leisure Studies*, o *Journal of Leisure Research* e a *Loisir e Société*, entre outras.
- <sup>12</sup> *Licere* não foi o primeiro periódico nacional ligado ao tema. Devemos lembrar, por exemplo, de *Leituras CELAZER*, publicado mensalmente pelo SESC/SP, entre janeiro de 1980 e fevereiro de 1981 (14 números), dirigido por Luis Octávio Camargo (Bickel, 2013). Além disso, o tema já era abordado em algumas revistas da área de Educação Física, como na *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, tendo sido o assunto central de uma edição (v. 12, n. 1).
- <sup>13</sup> A partir de então, passou a contar com a preciosa colaboração de Mônica Carvalho, responsável pelo projeto *on-line* da revista, incluindo o *design*, e por inserir as informações de todos os números na internet.
- <sup>14</sup> Política de publicação. Disponível em: <<http://www.anima.eefd.ufjf.br/licere/docs/politica.html>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

## Referências

- BICKEL, M. C. P. *O Serviço Social do Comércio e a produção de conhecimentos sobre o lazer no Brasil (década de 1970)*. Dissertação (Mestrado em Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- CAPEL, H. Libelo contra el inglés. *Biblio 3W*, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. IX, n. 490, fev. 2004. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-490.htm>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

GOMES, C. L.; MELO, V. A. de. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. *Movimento*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 23-44, jan.-abr. 2003.

GORELIK, A. El comparatismo como problema: una introducción. *Prismas: Revista de História Intelectual*, Quilmes, n. 8, p. 121-128, 2004.

ICSSPE. *The Directory of Sport Science*, Fifth Edition. Champaign: Human Kinetics, 2009.

LAZZAROTTI FILHO, A. *et al.* Modus operandi da produção científica da Educação Física: uma análise das revistas e suas veiculações. *Revista de Educação Física/UEM*, Maringá, v. 23, n. 1, p. 1-14, 2012.

MELO, V. A. de; FORTES, R. História do esporte: panorama e perspectivas. *Fronteiras*, Dourados, v. 12, n. 22, p. 11-35, jul.-dez. 2010.

MELO, V. A. de. *Jogos de identidade: o esporte em Cabo Verde*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

MIRANDA, D. B. de; PEREIRA, M. de N. F. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 375-382, set.-dez., 1996.

OLIVEIRA, M. C. Análise dos periódicos brasileiros de contabilidade. *Revista Contabilidade e Finanças*, v. 13, n. 29, maio-ago., 2002.

ORTIZ, R. As Ciências Sociais e o inglês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, p. 5-22, 2004.



## Sobre os autores

*Hélder Ferreira Isayama (org.)* é doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), líder do grupo de pesquisa Oricolé, editor da revista *Licere*, pesquisador do programa Pesquisador Mineiro (PPM) da Fapemig (2014-2016), presidente da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos do Lazer (ANPEL) (2013-2014).

*Marcus Aurelio Tabora de Oliveira (org.)* é professor da UFMG, onde atua no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer e no Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social. É bolsista em produtividade de pesquisa do CNPq e foi contemplado no PPM/Fapemig (2013-2015).

*Aline Tschoke* é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Lazer, Espaço e Cidade (GEPLEC/UFPR).

*Christianne Luce Gomes* é doutora em Educação pela UFMG, com pós-doutorado em Ciências Políticas e Sociais pela Universidad Nacional de Córdoba (UNC/Argentina), professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG,

pesquisadora do PPM/Fapemig, bolsista do CNPq e líder do grupo de pesquisa Otium: Lazer, Brasil & América Latina (UFMG/CNPq).

*Cleber Dias* é professor da UFMG, atua no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, dedicando-se, mais especificamente, a pesquisas sobre história do lazer e do esporte. Publicou artigos sobre o assunto em periódicos especializados, além dos livros *Epopeias em dias de prazer: uma história do lazer na natureza* (Editora UFG, 2013), *Urbanidades da natureza: o montanhismo, o surfê e as novas configurações do esporte no Rio de Janeiro* (Apicuri, 2009).

*Juan Manuel Carreño Cardozo* é mestre em Investigação Social Interdisciplinar, especialista em Investigação Social, com licenciatura em Educação Física, secretário acadêmico da Faculdade de Ciências da Educação da Universidad de la Salle (Bogotá, Colômbia) e pesquisador do programa Licenciatura en Recreación de la Universidad Pedagógica Nacional (Bogotá, Colômbia).

*Marcia Cristina Pinto Bickel* é mestre em Lazer pela UFMG e assessora técnica em Recreação da Gerência de Lazer da Divisão de Programas Sociais do Serviço Social do Comércio/SESC Departamento Nacional.

*Mirleide Chaar Bahia* é doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA) – onde atua como professora – e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Turismo, Cultura e Meio Ambiente da UFPA/CNPq.

*Rafael Fortes* é professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG.

*Rodrigo Elizalde* é doutor em Educação: Aprendizagem Transformacional pela Universidad Bolivariana (UB) no Chile, com pós-doutorado em Geografia pela UFMG, especialista em Educação Ambiental

(UNED/Espanha), psicólogo, músico, bolsista do CNPq e colíder do grupo de pesquisa Otium: Lazer, Brasil & América Latina. Foi professor substituto na UFMG.

*Simone Rechia* é doutora em Educação Física pela Unicamp, professora do Departamento de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFPR, e coordenadora do GEPLC/UFPR.

*Sílvia Cristina Franco Amaral* é doutora em Educação Física pela Unicamp, livre-docente pela Faculdade de Educação Física da Unicamp, docente da Faculdade de Educação Física da Unicamp e líder do grupo de pesquisa Política Pública e Lazer da Unicamp.

*Victor Andrade de Melo* é professor da UFRJ – onde atua na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em História Comparada – e coordenador do Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer. Atua também no Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer da UFMG.

A presente edição foi composta pela Editora UFMG e impressa pela Rona Editora em sistema offset, papel offset 90g (miolo) e cartão supremo 300g (capa), em agosto de 2014.

as tendências do lazer em relação a outros segmentos da vida cotidiana. São apresentados elementos como a compreensão do lazer em seus aspectos legais e federativos, as relações inerentes ao contexto socioambiental, a operacionalidade do lazer por meio dos espaços e equipamentos temáticos, o papel das políticas setoriais no desenvolvimento do lazer, a crescente produção acadêmica na área veiculada por meio de congressos e revistas científicas. Nesse sentido, é inequívoca a vocação desta obra como contribuição singular ao debate acadêmico do lazer, realizado de forma interdisciplinar e de elevado interesse nas mais distintas formações profissionais. Deseja-se assim uma rica e proveitosa leitura desta elogiável iniciativa no campo dos Estudos do Lazer.

RICARDO R. UVINHA  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Este livro apresenta um panorama dos estudos sobre Lazer e a sua ampliação decorrente da abertura de novos cursos de pós-graduação nessa área, bem como do aumento do número de grupos que reúnem pesquisadores dedicados aos estudos de Educação Física, Educação, Turismo e Hotelaria, Sociologia, Pedagogia, em projetos apoiados por organismos públicos de fomento à pesquisa.



CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO  
ESPORTE RECREATIVO E DO LAZER

Ministério do  
**Esporte**

9 788542 300758



ISBN 978-85-423-0075-8